INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA
COORDENAÇÃO DE HIDRELÉTRICA

TERMO RESSALVA

Ressalvamos que o Processo de nº 02001.006995/2008-01, volumes I e III, contém a(s) seguinte(s) irregularidade(s):

( ) O volume ____ encerra-se com mais de 200 folhas.

(X) Há duplicidade de numeração entre as páginas 563 a 565.

(X) Lapso de numeração entre as páginas 68 a 70 e 482 a 483.

( ) Ausência de carimbo ou rubrica da unidade de origem.

( ) Documentos com folhas menores que A4.

( ) Outro:

Informamos que o referido processo apresentou falha na numeração e foi recebido com a presente irregularidade por esta unidade.

Certificamos que não é possível realizar a renumeração das páginas, pelo (s) seguinte (s) motivo (s):

(X) o processo foi autuado em anos anteriores à vigência da Portaria nº 26 de 26/12/2014;

( ) foi objeto de cópias solicitadas por usuários externos;

( ) a (s) referida (s) página (s) foi/foram mencionadas (s) posteriormente à numeração.

( ) outros:

Brasília, 18/08/2016

Assinatura do Elaborador

Assinatura da Chefia Imediata

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis

IBAMA
MMA

PROCESSO Nº
02001.006995/2008 - 01

NOME:

ANO: **2008**

PROCEDÊNCIA:

REFERÊNCIA:

ASSUNTO:

PORTO
TERMINAL DE GRANÉIS DE SC
TGSC
TERMINAIS PORTUÁRIOS
TGSC E FERTIMPORT
SC

IBAMA/MMA ADM.CENTRAL
PROCESSO: 02001.006995/2008-01
INTERESSADO: TGSC TERMINAIS DE GRANEIS DE SANTA CATARINA S A E FERTIMPORT S A
ASSUNTO: 20914
DATA: 20-11-2008 10:05:03
DOCUMENTO PROCEDENCIA: MEMO Nº 172/08-DILIC
LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO TERMINAIS PORTUARIOS TGSC E FERTIMPORT

ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	APENSAÇÃO ANEXAÇÃO
Dilic								

Cod: 440.4
Fls: 01
Proc.: 699567
Rubrica

IBAMA
MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

Memorando nº 172-2008/DILIC/IBAMA

Brasília, 19 de novembro de 2008.

Ao Protocolo Geral ,
Sra. Luciana Oliveira

Assunto: **Solicitação de Abertura de Processo.**

1. Solicito a abertura de processo visando o licenciamento ambiental do seguinte empreendimento:

Terminais Portuários TGSC e FERTIMPORT

Empreendedor: TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.

CNPJ/CPF: 08.504.106/0001-34

Atenciosamente,

SEBASTIAO CUSTODIO PIRES
Diretor de Licenciamento Ambiental

EM BRANCO

02
695/07
Rubrica

Identificação Empreendimento

Identificação

Dados do Empreendimento

Denominação do Empreendimento: Terminais Portuários TGSC e FERTIMPORT.
Nº de acompanhamento: 2008.11.023.0042478.
Tipologia: Porto.
Processo Arquivado? Não.
Situação do empreendimento: Aguardando Análise Formulário de Abertura de Processo (FAP).
Processo de Regularização? Não.
Coordenação Responsável pelo Processo: CGTMO.

Dados do Empreendedor

Empreendedor: TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A..
CPF/CNPJ: 08.504.106/0001-34.

Data da Entrega

Data de Entrega da FAP: 17/11/2008 20:21:42.

Dados Específicos

Registro ANTAQ

Registro ANTAQ (Quando houver): Não há.

Coordenadas Geográficas

Longitude	Latitude
026 13 50.9 W	48 37 55.7 S

Unidade da Federação e Município

Estado: SANTA CATARINA.
Município: SAO FRANCISCO DO SUL.

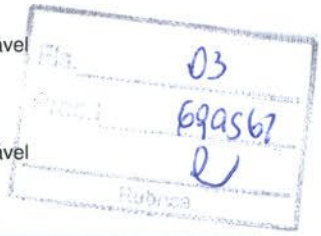
Obras

Obras	Observação
Construção de terminais	Implantação de dois terminais portuários , o TGSC especializado na exportação e importação de granéis vegetais e o Terminal FERTIMPORT SA. especializado na importação de fertilizantes e exportação de óleo vegetal.
Supressão de Vegetação	Da área total de 50.419,66 m2. do estudo da flora, esta prevista a supressão de 38.289,36 m2.
Construção de cais	Implantação de uma ponte de acesso e duas plataformas marítimas com três berços de atracação.

EM BRANCO

Atividades a serem desenvolvidas

Atividade	Observação	Classe
Outras	Recebimento, armazenamento e expedição de óleos vegetais. O sitema de armazenamento encontra-se implantado e devidamente licenciado, não sendo parte do escopo do presente estudo.	Não Aplicável
Manipulação e armazenamento de granéis sólidos	Recebimento, armazenamento e expedição de granéis sólidos vegetais e fertilizantes.	Não Aplicável



Operações do Empreendimento

Caladão mínimo de operação: 8,00 m.
Caladão máximo de operação: 12,80 m.
Tipo e porte das embarcações previstas: O maior navio-tipo que irá operar nos Terminais possuirá as seguintes dimensões: Comprimento - 225 metro, Calado máximo - 12,8 metros, Boca - 32,30 metros e Deslocamento - 65.000 DWT.
Tipos de cargas previstas: Granéis Vegetais Sólidos: soja, milho, trigo, cevada, entre outros;Gráneis Vegetais Líquidos: óleo de soja e Fertilizantes..

Meio Biótico e Físico

Dados Bióticos

Bioma

Bioma envolvido	Observação acerca do Bioma envolvido
Mata Atlântica	O Estado de Santa Catarina tem uma extensão territorial de 95.985 km2 e está totalmente inserido no Bioma da Mata Atlântica, incluindo diversas fisionomias florestais e ecossistemas associados.

Presença de Unidades de Conservação

Unidade de Conservação	Competência	Intervenção
Unidade de conservação não listada	Municipal	zona do entorno (num raio de 10 km da unidade)
Unidade de conservação não listada	Estadual	zona do entorno (num raio de 10 km da unidade)
Unidade de conservação não listada	Municipal	zona do entorno (num raio de 10 km da unidade)

Presença de Corredores de Proteção Ambiental

Corredores de Proteção Ambiental: O empreendimento e seu entorno não está inserido em áreas de corredores ecológicos..

EM BRANCO

Existência de Áreas Prioritárias para Proteção da Biodiversidade

Área prioritária	Observação acerca da área prioritária
Area Insuficientemente conhecida	Áreas prioritárias para a conservação de aves
Prioridade Muito Alta	Áreas prioritárias para a conservação da flora.
Prioridade Alta	Áreas prioritárias para a conservação de mamíferos

Fls: 04
Proc.: 699562
Rubrica

Dados Físicos

Região Hidrográfica

Regiões Hidrográficas envolvidas no empreendimento: Atlântico Sul.

Qualidade da água

Dados preliminares sobre a qualidade da água: Águas estuarinas superficiais P01: Ph:7,9 - Cloretos(g/L):18,28 - Oxigênio (mg/L):6,6 - Óleos e Graxas (mg/L): <0,5 - Carb. Org. Total (mg/L): 6,6 - DBO(mg/L):60 - DQO(mg/L):400.

Dados sobre o uso da água

Dados preliminares sobre o uso da água: Não foi idenfificado na AID pontos de captação para o sistema público de abastecimento de água..

Socioeconômico

Terras Indígenas

Presença de terras indígenas nas áreas afetadas

Terra indígena: .

Quilombos

Presença de Quilombolas nos municípios afetados

Denominação	Localização
Sem Informação.	Sem Informação.

Atividades Econômicas

Descrição preliminar do perfil da atividade econômica predominante da área afetada

Atividade econômica	Descrição
Pesca e Aqüicultura	Foi detectado uma área de cultivo de mariscos à uma distância aproximada de 1.300metros do empreendimento. Quanto a Pesca, esta atividade é majoritariamente praticada em alto mar.
Atividades Portuárias	A atividade portuária é a principal atividade econômica desenvolvida em SFS. É responsável por 51% das cargas movimentadas no estado e representam 48% da arrecadação municipal.
Turismo	A atividade turística é baseada na beleza natural dos balneários, da Baía da Babitonga e do Centro Histórico. Sendo assim, os principais atrativos turísticos são os aspectos naturais, a visita a amigo

EM BRANCO

05
6995/07

Patrimônio Histórico

Referência de áreas Tombadas, de Patrimônio Histórico ou sítios arqueológicos conhecidos na área afetada

Item	Identificação	Localização
Patrimônio Histórico	Centro Histórico de São Francisco do Sul	Centro de São Francisco do Sul
Patrimônio Histórico	Sítio Arqueológico Histórico Praia do Inglês	Propriedade confrontante leste

Outros

Principais vias de acesso à obra:

A principais vias de acesso ao empreendimento são: modal rodoviário -BR-280; modal ferroviário -ramal ferroviário que atende o Porto de SFS; rotas marítimas: canal de acesso ao Porto de SFS..

Atividade Pesqueira na área de influência:

A área de cultivo da AMACOP é composta por 28 áreas de 2.500m2 (50x50m) sendo 25 áreas pertencentes às 25 famílias de maricultores e destinadas à produção comercial. Quanto as atividades pesqueiras, a pesca embarcada é majoritariamente praticada "lá fora" (sic), ou seja, em alto mar. .

Atividade Pesqueira na área de influência:

Atividade Pesqueira: A área de cultivo da AMACOP é composta por 28 áreas de 2.500m2 (50x50m) sendo 25 áreas pertencentes às 25 famílias de maricultores e destinadas à produção comercial. Quanto as atividades pesqueiras, a pesca embarcada é majoritariamente praticada "lá fora" (sic), ou seja, em alto mar. .
Quantidade de pescadores associados a Colônia: 999.

Uso e potencial turístico da região:

As principais atividades turísticas desenvolvidas na AID do empreendimento estão associadas ao turismo de negócio decorrente das atividades portuárias, ao turismo histórico desenvolvido no Centro de São Francisco do Sul e ao turismo de veranêio desenvolvido na Praia do Inglês que apresenta forte sazonalidade com significativo acrescimo de fluxo nos meses de alta temporada (dezembro, janeiro e fevereiro)..

Estimativa de população atingida

Estimativa do número de famílias a serem desapropriadas: 0.
Estimativa do número de propriedades a serem desapropriadas: 0.

Contato

Contato(s)

Dados do(s) Contato(s)

Nome	Endereço	Fone/Fax	Email
Ricardo Lobo de Macedo	Rua Rafael Pardinho, 60 Centro SAO FRANCISCO DO SUL/SC CEP:89240-000	(0xx47) 3444-4555	ricardo.macedo@netvision.com.br

EM BRANCO

Informações complementares

Informações

Informações sobre licenças emitidas por órgãos ambientais

Instituição	Processo nº	Tipo documento	Nº do documento	Vencimento
Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.

Informações sobre estudos ambientais já realizados

Descrição do estudo	Autoria do estudo	Responsável técnico	Data	Observações
Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.

Outros Órgãos Consultados (IPHAN, FUNAI, Fundação Palmares, ANA, ANEEL, ANTT, etc.)

Instituição	Processo nº	Tipo documento	Nº do documento	Vencimento	Observações
Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.

Fls. 06
Proc. 699513
Rubrica

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
CONFERIDO
Processo anexado à fls. 6
Data: 20 / 11 / 07
Luciana [illegible]
DCA/COSEG/CGEAT
Chefe de Divisão

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fl. 07
Proc.: 6995/08
Rub.:

DESPACHO ASS/DILIC/IBAMA Nº 71 /2008

PROCESSO: 02001.006995/2008-01

INTERESSADO: TGSC TERMINAIS DE GRANEIS DE SANTA CARARINA S.A. E FERTIMPORT S.A.

ASSUNTO: TERMINAIS PORTUÁRIOS TGSC e FERTIMPORT

A Coordenadora Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis
Rosa Zago

De ordem do Senhor Diretor, encaminho o presente processo para as providências cabíveis.

Em 21/11/2008.

Julio Henrichs de Azevedo
Assessor Técnico
DILIC/IBAMA

À COMA
p/ manifestação +
orientação
24/11/08

Rosa Helena Zago Loes
Coordenadora de Mineração e
Obras Civis - Matr 685656
COMOC/CGTM/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

Fl. 08
Proc.: 6995/08
Rub.: MGF

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis

Memorando nº 460 /2008- COTRA/CGTMO/DILIC

Brasília, 16 de dezembro de 2008.

À Coordenadora-Geral de Transporte Mineração e Obras Civis
Rosa Helena Zago Loes
C/C SISLIC – Eliane Solon

Assunto: **Equipe Técnica do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Terminais Portuários TGSC e Fertimport.**

1. Indico os Analistas Ambientais **Elisabeth Uema, Flávia A. Lima Paiva, Fernando Dantas Campelo, Marcus Vinícius Leite Cabral de Melo, Mariana Graciosa Pereira** e o Técnico Especializado **Leandro Hartleben Cordeiro,** para comporem a equipe técnica dos procedimentos de licenciamento ambiental da implantação dos **Terminais Granéis de Santa Catarina - TGSC e Fertimport,** constantes do **Processo nº 02001.006995/2008-01.**

2. Para a função cumulativa de *Técnico Responsável pelo Processo* (condução administrativa do processo, organização dos trabalhos técnicos) indico a Analista Ambiental **Mariana Graciosa Pereira.**

Atenciosamente,

EUGÊNIO PIO COSTA
Coordenador
COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA
08.01.2009

EPC

EM BRANCO

Fls.: 09
Proc. 6995/08
Rubr.: MGF

IBAMA
M M A

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TRANSPORTES, MINERAÇÃO E OBRAS CIVIS

SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1071 Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

MEMÓRIA DE REUNIÃO

LOCAL: IBAMA/Sede	DATA: 14/10/2008	HORÁRIO: 10:00h

ASSUNTO: Terminais TGSC e Fertimport

PARTICIPANTES: vide lista anexa

- A reunião teve por objetivo a apresentação do projeto dos Terminais TGSC e Fertimport, no município de São Francisco do SUL, SC.
- Os terminais terão uma ponte comum que dará acesso a dois berços, cada um de uma das empresas, localizados na mesma área; baseados nessa superposição as duas empresas decidiram levar adiante um processo de licenciamento único, com a elaboração de um único estudo.
- Os empreendedores informaram que os estudos iniciaram com base num Termo de Referência geral do IBAMA, ao qual foram feitas adequações.
- O IBAMA informou que será necessária discussão e avaliação pela equipe técnica do Termo de Referência utilizado pelo empreendedor, sendo assim, o mesmo deverá ser encaminhado oficialmente ao IBAMA para posterior discussão em reunião. Deverá também, ser iniciado o processo formal no IBAMA, com o preenchimento da FAP a ser realizado por meio do SISLIC, que pode ser acessado na página do IBAMA na rede mundial de computadores.
- Foi extensamente discutida a questão da titularidade do processo, tendo em vista que o projeto é proposto por duas empresas distintas. Foi informado pelo IBAMA que por se tratar de um único estudo de impacto a ser protocolado dentro do mesmo processo, a Licença Prévia só poderá ser emitida em nome de um empreendedor (um único CNPJ e respectivo Cadastro Técnico Federal). Os empreendedores deverão, portanto, definir qual empresa será titular do processo perante o IBAMA, até a possível emissão da LP. A LI e a LO, poderão ser emitidas separadamente para cada uma das empresas.
- Foi agendada vistoria à área do terminal para dia 24 de outubro, na qual serão feitas a apresentação e discussão do Termo de Referência.
- Foi citada a proposta de criação da Reserva de Fauna na Baia da Babitonga, a qual está suspensa judicialmente.

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRASNPORTE, MINERAÇÃO E OBRAS CIVIS

SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1071 Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

LISTA DE PRESENÇA

ASSUNTO: LOCAL: IBAMA - Sede DATA: 14 / 10 / 08

NOME	ORGÃO/SETOR	TELEFONE	E-MAIL
LUDMILA LADEIRA ALVES DE BRITO	COTRA/CGTMO/DILIC	61 33161392	ludmila.brito@ibama.gov.br
Mariana Graciosa Pereira	IBAMA/DILIC/CGTMO	61 33161392	MARIANA.PEREIRA@IBAMA.GOV.BR
FERNANDO DANTAS CAMPELLO	IBAMA/DILIC/CGTMO	61 33161410	FERNANDO.CAMPELLO@IBAMA.GOV.BR
MARISA DIETRICH		47 30280015	MARISA DIETRICH@NETVISION.COM.BR
LEANDRO HARTLEBEN CORDEIRO	IBAMA/DILIC	61 33161392	leandro.cordeiro@ibama.gov.br
FABIO CURCINO DE MORAES	FERTIMPORT/BUNGE	11 75146874	FMORAES.FERTIMPORT@BUNGE.COM
RICARDO LOBO DE MACEDO	TGSC-TERM. GRAN. SC	47 9984-5254	RICARDO.MACEDO@NETVISION.COM.BR
Carlos Henrique P. Nobrega	OAP CONSULTORES ASSOC.	(47) 9915-1116	carlos@oap.srv.br
Rosa Helena Zago Lobos	CGTMO/DILIC/IBAMA	61 33161293	rosa.lobos@ibama.gov.br

Fls.: 10
Proc.: 6995/08
Rubr.: MGF

EM BRANCO

Fl. 11
Proc.: 6995/08
Rub.:

OAP - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Joinville, 23 de outubro de 2008.

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: Termo de Referência para o licenciamento ambiental do Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Fertimport S/A.

Prezados Senhores,

Considerando a intenção de implantação de dois novos terminais portuários para exportação e importação de granéis pelas empresas **Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC**, para granéis sólidos vegetais e **FERTIMPORT SA**, para exportação de óleos vegetais e recebimento de fertilizantes, vimos por meio deste solicitar a este Instituto a emissão de Termo de Referência para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA dos empreendimentos acima, que serão localizados no Município de São Francisco do Sul – SC.

Os dois empreendimentos apresentam em sua parcela terrestre infra-estruturas independentes, no entanto, o projeto da parcela aquática, prevê uma única ponte de acesso para três berços de atracação de navios. Consequentemente, na etapa de operação, o compartilhamento da ponte de acesso incidirá em programação de ações comuns de uso e manutenção.

Neste contexto a empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto da parcela terrestre do Terminal TGSC foi a empresa **ZORTEA – Construções Ltda.**, já a parcela terrestre do Terminal FERTIMPORT foi projetada pela empresa **LPC - LATINA Projetos Civis** e a ponte de acesso e berços de atracação dos dois empreendimentos foi desenvolvido pela empresa **HIDROTOPO - Consultoria e Projetos Ltda**.

Visando auxiliar a concepção do respectivo TR, apresentamos em anexo uma proposta estruturada com base no Termo de Referência para ampliação de Portos, elaborada pelo IBAMA em junho de 2005.

Considerando a estrutura aquática comum e a previsão da Resolução CONAMA nº 01/86, mais especificamente no que concerne às propriedades cumulativas na analise dos impactos ambientais de um projeto, a equipe técnica multidisciplinar, responsável pela presente proposta, entendeu ser tecnicamente mais adequado abordar de forma integrada os empreendimentos em um único EIA/RIMA.

Antecipadamente agradecemos a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

Recebido por:

_____
Data: ____/____/_____

OAP Consultores Associados LTDA

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

EM BRANCO

Fl. 12
Proc.: 6995/07
Rub.: MGF

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência (TR) tem o objetivo de determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conforme escopo apresentado a seguir, instrumentos que subsidiarão o licenciamento ambiental prévio para o Terminal de Granéis de Santa Catarina – TGSC e para o Terminal FERTIMPORT, localizado no Município de São Francisco do Sul – SC.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Os estudos de impacto ambiental serão realizados segundo as exigências legais e técnicas pertinentes, especialmente as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 01/86 e 237/97.

Os estudos ambientais deverão ser elaborados antes do início das obras, através de análises integradas, multi e interdisciplinarmente, a partir de levantamentos primários e secundários.

Todas as informações deverão ser compostas de dados obtidos em trabalho de campo, na literatura técnica, em banco de dados e sistemas de informações, possibilitando que sejam consideradas as peculiaridades regionais.

Os dados obtidos deverão ser apresentados descritivamente, em tabelas, diagramas e gráficos de forma a facilitar a visualização destes como um todo.

As metodologias adotadas deverão estar de acordo com as normas específicas, com os anexos constantes neste Termo de Referência ou com práticas científicas consagradas, explicitadas e justificadas nos capítulos correspondentes.

Os projetos de controle ambiental apresentados deverão ser capazes de minimizar e compensar as conseqüências negativas da atividade e potencializar os reflexos positivos.

EM BRANCO

ESCOPO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA

Este estudo desenvolver-se-á considerando as seguintes abordagens técnicas:

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1 Identificação dos Empreendedores

1.1.1 Nome ou razão social;
1.1.2 Números dos registros legais; CTF
1.1.3 Endereço completo;
1.1.4 Telefone, fax e e-mail;
1.1.5 Representantes legais (nome, endereço, fone e fax); e
1.1.6 Pessoa de contato (nome, endereço, fone e fax).

1.2 Identificação da Empresa Consultora

1.2.1 Nome ou razão social;
1.2.2 Números dos registros legais; CTF
1.2.3 Endereço completo;
1.2.4 Telefone, fax e e-mail;
1.2.5 Representantes legais (nome, endereço, fone e fax); e
1.2.6 Pessoa de contato (nome, endereço, fone e fax).

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Caracterização geral do empreendimento, com a sua localização a nível regional, bem como localização detalhada e delimitação, considerando os aspectos físicos e socioeconômicos, e descrição detalhada das obras, ações e outras intervenções, com apresentação do projeto proposto, através de plantas e mapas georeferenciados, memoriais descritivos e cronograma de execução. Serão caracterizadas as fases de implantação e operação do empreendimento.

Descrição do empreendimento e do local abordando aspectos atuais e em função das obras pretendidas e atividades a serem desenvolvidas, conforme os seguintes itens:

2.1 Apresentação do Empreendimento e de seus objetivos;
2.2 Localização das obras pretendidas, apresentando mapas temáticos;
2.3 Apresentação do projeto básico com dados técnicos das obras e atividades, incluindo plantas, memoriais descritivos e cronograma com previsão das etapas de execução;
2.4 Mapa de localização regional do empreendimento;
2.5 Caracterização da etapa de operação.

EM BRANCO

Fl. 14
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

3. METODOLOGIA E INFRA-ESTRUTURA

Deverão ser explicitados os procedimentos metodológicos, técnicos e a infra-estrutura empregada para a execução do empreendimento.

3.1 Métodos e técnicas utilizadas para a execução do projeto;

3.2 Infra-estrutura de apoio às obras
Descrição dos serviços, centros administrativos e alojamentos, estradas de acesso e de serviços, canteiros de obra, mão-de-obra necessária, entre outros, necessários à execução das obras;

3.3 Descartes e local de disposição
Descrição dos descartes (entulhos, resíduos sólidos, efluentes, contaminantes da água, dos solos e do ar), com justificativas para a escolha dos locais de disposição e/ou mapas com as respectivas localizações.

4. JUSTIFICATIVAS

Deverão ser apresentadas justificativas do empreendimento, abordando os aspetos, técnicos, econômicos, políticos, sociais e ambientais.

5. ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E LOCACIONAIS

Deverão ser avaliadas as alternativas locacionais, considerando o grau de prioridade do projeto dentro dos Planos Governamentais e a influência sócioeconômica e ambiental.

6. REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

Avaliar a compatibilidade do empreendimento em relação aos dispositivos legais e normas em vigor, considerando:

- Dispositivos legais (Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções, Instruções Normativas e Portarias) em nível Federal, Estadual e Municipal, referentes à utilização, proteção e conservação dos recursos ambientais, bem como o uso e a ocupação do solo.
- Planos e programas governamentais (federais, estaduais e municipais) propostos e em implantação na área de influência do empreendimento.
- Normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

EM BRANCO

7. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

O Diagnóstico Ambiental deverá retratar a qualidade ambiental da área de abrangência dos estudos, indicando as características dos diversos fatores que compõe o sistema ambiental, de forma a permitir o entendimento da dinâmica e das interações existentes entre os meios físico, biológico e socioeconômico, englobando as variáveis suscetíveis de sofrer direta ou indiretamente efeitos das ações do empreendimento.

A **área de influência** do empreendimento deverá ser estabelecida a partir de dados preliminares colhidos, devendo compreender:

- **Área de influência direta** – área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem afetados e das características do empreendimento; e
- **Área de influência indireta** – área real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e operação do empreendimento, abrangendo os ecossistemas e o sistema socioeconômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na área de influência do empreendimento.

Para cada um dos fatores ambientais – meio físico, biótico e socioeconômico – deverá ser definida e caracterizada uma área de abrangência específica. Assim, devendo ser definidas as áreas de influência direta e indireta afetadas pelas obras e atividades propostas para cada um dos meios, considerando as bacias hidrográficas, águas interiores e o mar territorial, onde deverão ser desenvolvidos os estudos ambientais.

Todos os dados com informações espaciais levantados durante a fase de diagnóstico deverão ser apresentados em mapas georreferenciados.

Os levantamentos de dados e informações deverão ser realizados, tendo como base fontes primárias. Caso haja necessidade de complementação destas informações poderão ser utilizadas fontes secundárias (referências bibliográficas, documentais, cartográficas, estatísticas, imagens de satélite, etc).

As metodologias utilizadas para coleta e análise devem ser descritas e justificadas identificando os laboratórios que analisaram as amostras.

Os levantamentos deverão abranger, no mínimo, os aspectos relacionados a seguir:

EM BRANCO

Fl. 16
Proc.: 6995/08
Rub.: MGF

7.1. MEIO FÍSICO

Serão realizados estudos do meio físico, envolvendo aspectos que possam ser afetados pelo empreendimento ou possam condicionar a ocupação da área, tais como geologia, solos, relevo, hidrografia, hidrologia e clima. As informações espaciais serão apresentadas em mapas temáticos a serem elaborados sobre base cartográfica georreferenciada, em escala apropriada ao detalhamento necessário.

7.1.1. Geologia

Caracterização e mapeamento da geologia local e regional incluindo os locais de apoio à obra, por meio de revisão de mapa oficiais e levantamentos já realizados, bem como levantamentos no local.

Identificação, descrição e localização geográfica, através de mapas, de ocorrência mineral de valor econômico e inclusive de jazidas que poderão ser exploradas para as obras, incluindo a existência de áreas requeridas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), na área de influência direta do empreendimento.

Deverão ser listados todos os locais de exploração de minerais que servirão às obras, constando cópias de suas respectivas licenças ambientais.

7.1.2. Relevo

Será elaborado estudo da topografia local, a partir de levantamento planialtimétrico e batimétrico, de forma a possibilitar a análise do relevo e topografia da área do empreendimento e entorno.

7.1.3. Solos

Os estudos referentes aos solos deverão incluir:

- Elaboração de mapas e caracterização pedológica da área de influência direta e indireta;
- Apresentação da potencialidade do uso e ocupação do solo na área de influência e aptidão agrícola, suscetibilidade à erosão, condições de drenagem, impedimento à mecanização, entre outros.

EM BRANCO

7.1.4. Recursos Hídricos

Na caracterização dos recursos hídricos deverão ser abordados os seguintes aspectos:

- Caracterização e mapeamento do sistema hidrográfico regional, com detalhamento da área de influência direta, identificando as possíveis fontes poluidoras e listando as áreas críticas (inclusive por possível ocorrência de acidentes);
- Caracterização do regime hidrológico dos corpos hídricos da área do empreendimento, com os respectivos mapeamentos;
- Identificação dos diferentes usos possíveis da água, em ordem de prioridade, tais como abastecimento doméstico e industrial, diluição de despejos, irrigação, lazer, pesca, aqüicultura, dessedentação de animais, etc;
- Caracterização da hidrogeologia regional identificando os usos e as potencialidades de uso dos recursos hídricos subterrâneos, apresentando os perfis estratigráficos e hidrogeológicos da área de influência direta.

Avaliação da condição das águas superficiais da área de influência direta conforme a Resolução CONAMA nº 397/08.

7.1.5. Oceanografia

Deverão ser feitos estudos de alguns parâmetros oceanográficos tais como: temperatura, salinidade, turbidez, considerando correntes, regime de ondas, de marés e batimetria da área de influência direta e indireta.

A caracterização da qualidade de água do ambiente das obras deverá considerar os seguintes parâmetros: Cloreto, pH, OD, óleos e graxas, N-Kjeldahl (Nitrogênio Orgânico e Nitrogênio Amoniacal), N-Total, P-total, N-NO_3, DBO, DQO, COT e Condutividade, incluindo medições em 3 níveis – superfície, meio e fundo. Os resultados deverão ser comparados com um local de referência, distante do local da obra e uma avaliação comparativa entre todos os pontos amostrados no local de interferência.

Deverá ser caracterizado o estado natural em que se encontra o local, através de levantamento topo-batimétrico.

7.1.6. Meteorologia

Caracterização do clima e condições meteorológicas da área de influência do empreendimento, apresentando eventos extremos, séries histórias e variações sazonais, englobando: temperatura do ar, umidade relativa do ar, insolação média, precipitação e direção e velocidade dos ventos;

Deverá ser avaliado, de acordo com os padrões meteorológicos, o comportamento das emissões atmosféricas e dos efluentes, assim como em função da ocorrência de acidentes durante as atividades de implantação e operação do empreendimento.

EM BRANCO

Fl. 18
Proc.: 6995/08
Rub.: MGF

7.2. MEIO BIÓTICO

Os estudos do meio biótico deverão:

- Caracterizar a biota da área de influência, com ênfase às espécies de interesse econômico e científico, raras, endêmicas e ameaçadas de extinção;

- Identificar as principais ameaças à conservação destas espécies na região;

- Selecionar bioindicadores potenciais para serem acompanhados através do Programa de Monitoramento Ambiental;

- Descrever as relações tróficas indicando as inter-relações existentes entre a atividade e o ecossistema local, bem como as possíveis modificações causadas pelas alterações de parâmetros físicos, químicos e biológicos do ambiente aquático e terrestre.

7.2.1. Caracterização da flora

Identificar, caracterizar e mapear as diferentes formações vegetais da área de influência, com ênfase na vegetação das áreas de preservação permanente.

A caracterização será feita por meio de inventário florestal e descrição das composições florísticas, que serão mapeadas com a utilização de fotografias aéreas e imagem de satélite.

- Caracterização da Vegetação no Estado de Santa Catarina
- Caracterização Geral da Vegetação na Ilha de São Francisco do Sul
- Caracterização da Vegetação na Área do Empreendimento
- Metodologia do Inventário Florestal
- Análise dos Dados das Áreas em Estudo
- Análise dos Resultados para as áreas segundo os Parâmetros da Resolução CONAMA nº 04/1994 e Aspectos Florísticos e Fitossociológicos
- Supressão de Vegetação
- Quadro-Resumo
- Tabelas do Inventário
- Caracterização da Vegetação na Área do Bota-Fora

7.2.2. Caracterização da fauna

- O levantamento faunístico busca identificar as espécies existentes, suas populações e distribuição, como indicadores da qualidade do ambiente local.

EM BRANCO

Na caracterização relacionada entre o meio e a fauna, merecem destaque na análise da vegetação, os aspectos físicos e geomorfológicos, as alterações físicas causados por animais e pelo homem, o sistema aquático, o suprimento de alimento, a presença ou não de predadores, competidores, parasitas ou doenças, os distúrbios humanos, a pressão de caça, o clima e condições meteorológicas, com relação a:

- Plâncton
- Macrofauna Bentônica
- Carcinofauna
- Ictiofauna Estuarina
- Quelônios
- Cetáceos
- Herpetofauna
- Avifauna
- Mastofauna Terrestre

7.3. MEIO SOCIOECONÔMICO

Caracterização do meio antrópico a ser atingido pelo projeto considerando toda a interação econômica e social decorrente das alterações propostas, incluindo:

- Localização
- Histórico
- Ocupação Pré-colonial
- Diagnóstico Arqueológico
- Ocupação Histórica
- Patrimônio Cultural
- Aspectos Demográficos
- Emprego e Mão-de-Obra
- Nível de Renda
- Índice de Desenvolvimento Humano - IDH
- Uso e Ocupação do Solo
- Unidades de Conservação
- Atividades Econômicas
- Infra-Estrutura e Serviços Urbanos
- Planos e Programas Governamentais

EM BRANCO

Fl. 20
Proc.: 6995/08
Rub.: MPL

- Aspectos Legais

Apresentar uma análise do impacto do empreendimento e de seus desdobramentos sobre a economia no contexto local, estadual e federal e sobre a sociedade local.

Estudo do abastecimento de água da comunidade residente no entorno do empreendimento.

Descrever o sistema de organização social, identificando os grupos, movimentos e as associações comunitárias, lideranças e forças políticas atuantes.

Caracterização da infra-estrutura da região com as intervenções que serão efetuadas e as possíveis interferências às comunidades e atividades pesqueiras da região.

Localizar as colônias de pesca ao longo das áreas de influência direta e indireta, com dados referentes ao número de pescadores registrados, quantidade e tipos de embarcações utilizadas e métodos de pesca empregados.

Levantamento e mapeamento da ocorrência dos principais pesqueiros da região, principalmente na área de influência direta do empreendimento.

8. IMPACTOS AMBIENTAIS

A identificação e avaliação dos impactos ambientais deverão levar em consideração cada um dos fatores componentes do meio natural abordados no diagnóstico ambiental e dos diversos fatores de impactos determinando sua natureza, intensidade, abrangência, mitigabilidade, potencialidade, ocorrência, reversibilidade, temporalidade e propriedades cumulativas.

Quanto à sua Natureza, a execução de uma ação pode ser desejável (positiva) quando as repercussões da sua implementação representarem uma melhoria da qualidade ambiental e/ou uma melhoria dos indicadores sócio-econômicos de uma comunidade, bem como poderão causar danos ao meio ambiente (impactos negativos).

Quanto à sua Intensidade, os impactos poderão repercutir com pequena intensidade ou ao contrário, poderão repercutir intensamente, dependendo da susceptibilidade ambiental da área ou região ambiental impactada. Neste caso serão analisados os impactos quanto a sua intensidade de forma alta, média ou baixa.

Quanto à Abrangência, procura-se formar juízo de valor sobre a área afetada pelo respectivo impacto, podendo ser local (raio de aproximadamente 1 km. do empreendimento), regional (região nordeste do estado de SC), estadual ou nacional.

Quanto à Mitigabilidade, procura-se encontrar ações que quando implementadas, venham permitir a diminuição ou a amenização das conseqüências negativas do impacto (redução da intensidade, magnitude, temporalidade, etc.) e serão tratadas como mitigáveis ou não mitigáveis.

EM BRANCO

Quanto à Potencialidade, procura-se encontrar ações que quando realizadas, venham permitir a potencialização das conseqüências positivas do impacto e serão tratadas como potencializáveis e não potencializáveis.

Quanto à sua Ocorrência, esta pode ser considerada como certa ou possível, assim poderá se distinguir o que de fato será um impacto ou um risco ambiental.

Quanto à Reversibilidade, procura-se formar juízo se o ambiente impactado poderá (reversível) ou não (irreversível) voltar a ser como era antes de ter sofrido a afetação.

Quanto à Temporalidade, procura-se formar juízo de valor sobre o período de tempo durante o qual irá ocorrer o impacto. Os impactos poderão ser de curto prazo (até 1 ano), de médio prazo (de 1 a 3 anos), de longo prazo (acima de 3 anos), cíclicas e permanentes.

Quanto às Propriedades Cumulativas do impacto, procura-se identificar se o impacto causado apresenta (sim) ou não tais propriedades.

Sintetizando, na avaliação se assume que a realização de qualquer empreendimento provocará alterações no meio ambiente.

Deverão ser consideradas as condições do meio ambiente na fase anterior à atividade, de modo a permitir um prognóstico das condições resultantes, envolvendo a previsão de magnitude, considerando os graus de intensidade, duração e importância dos impactos identificados.

- Aspectos Conceituais
- Critérios para Avaliação
- Medidas Mitigadoras e Potencializadoras
- Metodologia
- Análise dos Impactos Pré-existentes
- Matrizes de Correlação dos Impactos Ambientais
- Impactos Resultantes da Implantação da Parcela Terrestre do Empreendimento
- Impactos Resultantes da Implantação da Parcela Aquática do Empreendimento
- Impactos Resultantes da Operação do Empreendimento
- Tabelas de Avaliação dos Impactos Ambientais
- Análise dos Principais Impactos

9. PROGRAMAS AMBIENTAIS

Com base na identificação dos impactos e passivos ambientais deverão ser recomendadas medidas que venham a minimizá-los, compensá-los ou eliminá-los. Essas medidas deverão ser implementadas visando a recuperação e a conservação do meio ambiente, devendo ser consubstanciadas em programas.

EM BRANCO

Quando da implementação das medidas, em especial daquelas vinculadas ao meio socioeconômico, deverá existir uma participação efetiva da comunidade diretamente afetada, bem como dos parceiros institucionais identificados, buscando-se, desta forma, a inserção regional do empreendimento.

As medidas mitigadoras serão caracterizadas quanto:

- Ao componente ambiental afetado;
- Às fases da atividade em que deverão ser implementadas;
- Ao agente executor, com definição de responsabilidades; e
- A duração do impacto e da própria medida.

Programas de Controle e Monitoramento

Deverão ser apresentadas as diretrizes gerais para a implantação dos programas de monitoramento ambiental, que contemple a área em questão, com o objetivo de se permitir o acompanhamento da evolução da qualidade ambiental e a adoção de medidas complementares de controle.

Devendo contemplar:

- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água;
- Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar;
- Programa de Monitoramento da Fauna (Biota Aquática: Plâncton, Bentos, Água de Lastro; Cetáceos; Quelôneos; Ictiofauna / Fauna Terrestre: Herpetofauna, Avifauna e Mastofauna;
- Programa de Monitoramento da Supressão de Vegetação e Salvamento de Epífitas;
- Programa de Monitoramento de Ruídos;
- Programa de Monitoramento do Canteiro de Obras;
- Programa de Monitoramento das Obras de Terraplanagem;
- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Programa de Gerenciamento de Risco e Planos de Ação de Emergências.

10. CONCLUSÕES

Deverão ser apresentadas as conclusões sobre os resultados dos estudos de impacto ambiental do empreendimento, enfocando os seguintes pontos:

- Prováveis modificações ambientais na área de influência do empreendimento, sobre os meios físico, biótico e socioeconômico decorrentes da implementação da atividade, considerando a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas;
- Benefícios sociais, econômicos e ambientais decorrentes da implementação do empreendimento;
- Avaliação do prognóstico realizado quanto à viabilidade ambiental do projeto.

EM BRANCO

11. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Apresentação de documentação fotográfica das áreas de intervenção, bem como das áreas relevantes da área de influência do empreendimento.

12. EQUIPE TÉCNICA

Apresentar a relação dos técnicos e da empresa responsável pela elaboração dos Estudos Ambientais, com a indicação do número de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA, a área profissional e o número do registro no respectivo Conselho de Classe dos profissionais envolvidos, se houver, conforme determina a Resolução CONAMA nº 001/98.

Os responsáveis técnicos pelos estudos realizados deverão apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica, ou documento similar, quando couber.

13. BIBLIOGRAFIA

Deverá constar a bibliográfica consultada para a realização dos estudos, segundo as normas da ABNT.

14. ESCOPO DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, deverá conter as informações técnicas geradas, apresentadas em linguagem acessível ao público.

Este relatório deverá ser ilustrado por mapas, quadros, gráficos, tabelas e demais técnicas de informação e comunicação visual auto-explicativas, de modo que a população em geral possa entender claramente as conseqüências ambientais do empreendimento.

O RIMA deverá ser elaborado de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 001/86, contemplando necessariamente os tópicos constantes do Art. 9º.

Para tanto o Relatório de Impacto Ambiental refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental e conterá, no mínimo:

- Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;
- A descrição das atividades, especificando a área de influência, mão-de-obra, os processos e técnicas operacionais, os empregos a serem gerados;

EM BRANCO

Fl. 24
Proc.: 6995/08
Rub.: MGC

- A síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento;
- A descrição dos prováveis impactos ambientais da atividade, considerando o projeto, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;
- A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto;
- A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;
- O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.

EM BRANCO

Fl. 25
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

OAP - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Joinville, 09 de dezembro de 2008.

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: Termo de Referência para o licenciamento ambiental do Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Fertimport S/A.

Prezados Senhores,

Considerando a intenção de implantação de dois novos terminais portuários para exportação e importação de granéis pelas empresas **Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC**, para granéis sólidos vegetais e **FERTIMPORT SA**, para exportação de óleos vegetais e recebimento de fertilizantes, vimos por meio deste solicitar a este Instituto a emissão de Termo de Referência para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA dos empreendimentos acima, que serão localizados no Município de São Francisco do Sul – SC.

Os dois empreendimentos apresentam em sua parcela terrestre infra-estruturas independentes, no entanto, o projeto da parcela aquática, prevê uma única ponte de acesso para três berços de atracação de navios. Consequentemente, na etapa de operação, o compartilhamento da ponte de acesso incidirá em programação de ações comuns de uso e manutenção.

Neste contexto a empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto da parcela terrestre do Terminal TGSC foi a empresa **ZORTEA – Construções Ltda.**, já a parcela terrestre do Terminal FERTIMPORT foi projetada pela empresa **LPC - LATINA Projetos Civis** e a ponte de acesso e berços de atracação dos dois empreendimentos foi desenvolvido pela empresa **HIDROTOPO - Consultoria e Projetos Ltda**.

Visando auxiliar a concepção do respectivo TR, apresentamos em anexo uma proposta estruturada com base no Termo de Referência para ampliação de Portos, elaborada pelo IBAMA em junho de 2005.

Considerando a estrutura aquática comum e a previsão da Resolução CONAMA nº 01/86, mais especificamente no que concerne às propriedades cumulativas na analise dos impactos ambientais de um projeto, a equipe técnica multidisciplinar, responsável pela presente proposta, entendeu ser tecnicamente mais adequado abordar de forma integrada os empreendimentos em um único EIA/RIMA.

Antecipadamente agradecemos a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

OAP Consultores Associados LTDA

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 15.244
DATA: 10 / 12 /08
RECEBIDO:

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182
e-mail : oap@oap.srv.br

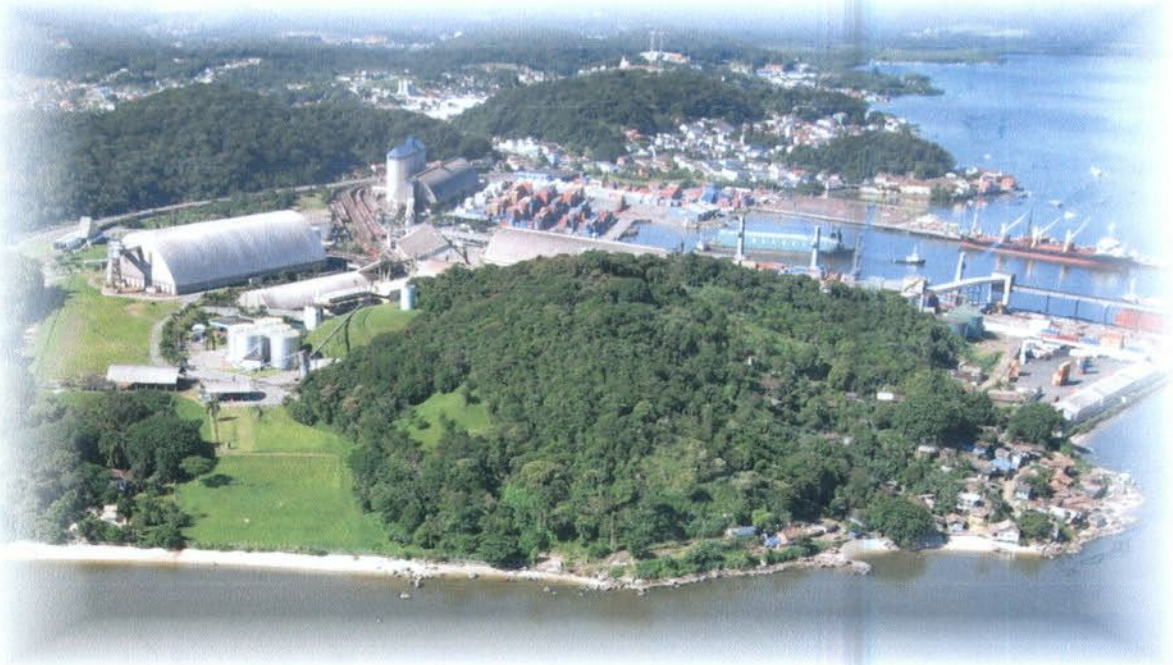
A Cotrim
em 10/12/08.

EM BRANCO

TERMINAIS PORTUÁRIOS
TGSC e FERTIMPORT

Fl. 26
Proc.: 6995/08
Rub.: MGF

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
EIA



TERMO DE REFERÊNCIA

JOINVILLE / DEZEMBRO / 2008

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

EM DIA COM O PLANETA. carbono neutro

À COTRA
p/ manifestação
11/12/08

Rosa Helena Zago Loes
Coordenadora Geral de
Transportes,Mineração e Obras
Civis-CGTMO/DILIC/IBAMA

À
Dra. Mariana
Sr. Fernando
Dra. Elisabeth
Dra. Flávia
Sr. Leandro
Para ciência e demais
providências.

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA
26.12.2008

Fl. 27
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência (TR) tem o objetivo de determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conforme escopo apresentado a seguir, instrumentos que subsidiarão o licenciamento ambiental prévio para o Terminal de Granéis de Santa Catarina – TGSC e para o Terminal FERTIMPORT, localizado no Município de São Francisco do Sul – SC.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Os estudos de impacto ambiental serão realizados segundo as exigências legais e técnicas pertinentes, especialmente as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 01/86 e 237/97.

Os estudos ambientais deverão ser elaborados antes do início das obras, através de análises integradas, multi e interdisciplinarmente, a partir de levantamentos primários e secundários.

Todas as informações deverão ser compostas de dados obtidos em trabalhos de campo, na literatura técnica, em banco de dados e sistemas de informações, possibilitando que sejam consideradas as peculiaridades regionais.

Os dados obtidos deverão ser apresentados descritivamente, em tabelas, diagramas e gráficos de forma a facilitar a visualização destes como um todo.

As metodologias adotadas deverão estar de acordo com as normas específicas, com os anexos constantes neste Termo de Referência ou com práticas científicas consagradas, explicitadas e justificadas nos capítulos correspondentes.

Os projetos de controle ambiental apresentados deverão ser capazes de minimizar e compensar as conseqüências negativas da atividade e potencializar os reflexos positivos.

EM BRANCO

ESCOPO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA

Este estudo desenvolver-se-á considerando as seguintes abordagens técnicas:

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1 Identificação dos Empreendedores

1.1.1 Nome ou razão social;
1.1.2 Números dos registros legais;
1.1.3 Endereço completo;
1.1.4 Telefone, fax e e-mail; / CPF e-mail
1.1.5 Representantes legais (nome, endereço, fone e fax); e
1.1.6 Pessoa de contato (nome, endereço, fone e fax).

→ certidão negativa de débitos ambs junto ao IBAMA
→ CTF

1.2 Identificação da Empresa Consultora

1.2.1 Nome ou razão social;
1.2.2 Números dos registros legais;
1.2.3 Endereço completo;
1.2.4 Telefone, fax e e-mail;
1.2.5 Representantes legais (nome, endereço, fone e fax); e
1.2.6 Pessoa de contato (nome, endereço, fone e fax).

→ Dados da equipe técnica multidisciplinar

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- Histórico do emp.

Caracterização geral do empreendimento, com a sua localização a nível regional, bem como localização detalhada e delimitação, considerando os aspectos físicos e socioeconômicos, e descrição detalhada das obras, ações e outras intervenções, com apresentação do projeto proposto, através de plantas e mapas georeferenciados, memoriais descritivos e cronograma de execução. Serão caracterizadas as fases de implantação e operação do empreendimento.

Descrição do empreendimento e do local, abordando aspectos atuais e em função das obras pretendidas e atividades a serem desenvolvidas, conforme os seguintes itens:

2.1 Apresentação dos Empreendimentos e de seus objetivos;
2.2 Localização das obras pretendidas, apresentando mapas temáticos;
2.3 Apresentação dos projetos básicos com dados técnicos das obras e atividades, incluindo plantas, memoriais descritivos e cronograma com previsão das etapas de execução;
2.4 Mapa de localização regional do empreendimento;
2.5 Caracterização da etapa de operação.

EM BRANCO

3. METODOLOGIA E INFRA-ESTRUTURA

Deverão ser explicitados os procedimentos metodológicos, técnicos e a infra-estrutura empregada para a execução dos empreendimentos.

3.1 Métodos e técnicas utilizadas para a execução dos projetos;

3.2 Infra-estrutura de apoio às obras
Descrição dos serviços, centros administrativos e alojamentos, estradas de acesso e de serviços, canteiros de obra, mão-de-obra necessária, entre outros, necessários à execução das obras;

3.3 Descartes e local de disposição
Descrição dos descartes (entulhos, resíduos sólidos, efluentes, contaminantes da água, dos solos e do ar), com justificativas para a escolha dos locais de disposição e/ou mapas com as respectivas localizações.

4. JUSTIFICATIVAS

Deverão ser apresentadas justificativas para implantação dos empreendimentos, abordando os aspetos técnicos, econômicos, políticos, sociais e ambientais.

5. ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E LOCACIONAIS

Deverão ser avaliadas as alternativas tecnológicas e locacionais, considerando o grau de prioridade do projeto dentro dos Planos Governamentais e a influência socioeconômica e ambiental.

6. REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

Avaliar a compatibilidade dos empreendimentos em relação aos dispositivos legais e normas em vigor, considerando:

- Dispositivos legais (Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções, Instruções Normativas e Portarias) em nível Federal, Estadual e Municipal, referentes à utilização, proteção e conservação dos recursos ambientais, bem como o uso e a ocupação do solo.
- Planos e programas governamentais (federais, estaduais e municipais) propostos e em implantação na área de influência do empreendimento.
- Normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

EM BRANCO

Fl. 30
Proc.: 6995/08
Rub.: MGF

7. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

O Diagnóstico Ambiental deverá retratar a qualidade ambiental da área de abrangência dos estudos, indicando as características dos diversos fatores que compõe o sistema ambiental, de forma a permitir o entendimento da dinâmica e das interações existentes entre os meios físico, biológico e socioeconômico, englobando as variáveis suscetíveis de sofrer direta ou indiretamente efeitos das ações do empreendimento.

A **área de influência** dos empreendimentos deverá ser estabelecida a partir de dados preliminares colhidos, devendo compreender:

- **Área de influência direta** – área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem afetados e das características do empreendimento; e
- **Área de influência indireta** – área real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e operação dos empreendimentos, abrangendo os ecossistemas e o sistema socioeconômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na área.

Para cada um dos fatores ambientais – meio físico, biótico e socioeconômico – deverá ser definida e caracterizada uma área de abrangência específica. Assim, deverão ser definidas as áreas de influência direta e indireta afetadas pelas obras e atividades propostas para cada um dos meios, considerando as bacias hidrográficas, águas interiores e o mar territorial, onde deverão ser desenvolvidos os estudos ambientais.

Todos os dados com informações espaciais levantados durante a fase de diagnóstico deverão ser apresentados em mapas georreferenciados.

Os levantamentos de dados e informações deverão ser realizados, tendo como base fontes primárias. Caso haja necessidade de complementação destas informações poderão ser utilizadas fontes secundárias (referências bibliográficas, documentais, cartográficas, estatísticas, imagens de satélite, etc).

As metodologias utilizadas para coleta e análise devem ser descritas e justificadas identificando os laboratórios que analisaram as amostras.

Os levantamentos deverão abranger, no mínimo, os aspectos relacionados a seguir:

7.1. MEIO FÍSICO

Serão realizados estudos do meio físico, envolvendo aspectos que possam ser afetados pelos empreendimentos ou possam condicionar a ocupação da área, tais como geologia, solos, relevo, hidrografia, hidrologia e clima. As informações espaciais serão apresentadas em mapas temáticos a serem elaborados sobre base cartográfica georreferenciada, em escala apropriada ao detalhamento necessário.

EM BRANCO

Fl. 31
Proc.: 6995/08
Rub.:

7.1.1. Geologia

Caracterização e mapeamento da geologia local e regional incluindo os locais de apoio às obras, por meio de revisão de mapas oficiais e levantamentos já realizados, bem como levantamentos no local.

Identificação, descrição e localização geográfica, através de mapas, de ocorrência mineral de valor econômico e inclusive de jazidas que poderão ser exploradas para as obras, incluindo a existência de áreas requeridas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), na área de influência direta do empreendimento.

7.1.2. Relevo

Será elaborado estudo da topografia local, a partir de levantamento planialtimétrico e batimétrico, de forma a possibilitar a análise do relevo e topografia da área dos empreendimentos e seu entorno.

7.1.3. Solos

Os estudos referentes aos solos deverão incluir:

- Elaboração de mapas e caracterização pedológica da área de influência direta e indireta;
- Apresentação da potencialidade do uso e ocupação do solo na área de influência e aptidão agrícola, suscetibilidade à erosão, condições de drenagem, impedimento à mecanização, entre outros.

7.1.4. Recursos Hídricos

Na caracterização dos recursos hídricos deverão ser abordados os seguintes aspectos:

- Caracterização e mapeamento do sistema hidrográfico regional, com detalhamento da área de influência direta, identificando as possíveis fontes poluidoras e listando as áreas críticas (inclusive por possível ocorrência de acidentes);
- Caracterização do regime hidrológico dos corpos hídricos da área dos empreendimentos, com os respectivos mapeamentos;
- Identificação dos diferentes usos possíveis da água, em ordem de prioridade, tais como abastecimento doméstico e industrial, diluição de despejos, irrigação, lazer, pesca, aqüicultura, dessedentação de animais, etc;
- Caracterização da hidrogeologia regional identificando os usos e as potencialidades de uso dos recursos hídricos subterrâneos, apresentando os perfis estratigráficos e hidrogeológicos da área de influência direta.

Avaliação da condição das águas superficiais da área de influência direta conforme a Resolução CONAMA nº 397/08.

EM BRANCO

7.1.5. Oceanografia

Deverão ser feitos estudos de alguns parâmetros oceanográficos tais como: temperatura, salinidade, turbidez, considerando correntes, regime de ondas, de marés e batimetria da área de influência direta e indireta.

A caracterização da qualidade da água do ambiente das obras deverá considerar os seguintes parâmetros: Cloreto, pH, OD, óleos e graxas, N-Kjeldahl (Nitrogênio Orgânico e Nitrogênio Amoniacal), N-Total, P-total, N-NO_3, DBO, DQO, COT e Condutividade, incluindo medições em 3 níveis – superfície, meio e fundo. Os resultados deverão ser comparados com um local de referência, distante do local da obra e uma avaliação comparativa entre todos os pontos amostrados no local de interferência.

Deverá ser caracterizado o estado natural em que se encontra o local, através de levantamento topo-batimétrico.

7.1.6. Meteorologia

Caracterização do clima e condições meteorológicas da área de influência do empreendimento, apresentando eventos extremos, séries histórias e variações sazonais, englobando: temperatura do ar, umidade relativa do ar, insolação média, precipitação e direção e velocidade dos ventos;

Deverá ser avaliado, de acordo com os padrões meteorológicos, o comportamento das emissões atmosféricas e dos efluentes, assim como em função da ocorrência de acidentes durante as atividades de implantação e operação do empreendimento.

7.2. MEIO BIÓTICO

Os estudos do meio biótico deverão:

- Caracterizar a biota das áreas de influência, com ênfase às espécies de interesse econômico e científico, raras, endêmicas e ameaçadas de extinção;
- Identificar as principais ameaças à conservação destas espécies na região;
- Selecionar bioindicadores potenciais para serem acompanhados através do Programa de Monitoramento Ambiental;
- Descrever as relações tróficas indicando as inter-relações existentes entre a atividade e o ecossistema local, bem como as possíveis modificações causadas pelas alterações de parâmetros físicos, químicos e biológicos do ambiente aquático e terrestre.

EM BRANCO

7.2.1. Caracterização da flora

Identificar, caracterizar e mapear as diferentes formações vegetais da área de influência, com ênfase na vegetação das áreas de preservação permanente.

A caracterização será feita por meio de inventário florestal e descrição das composições florísticas, que serão mapeadas com a utilização de fotografias aéreas e imagem de satélite.

- Caracterização da Vegetação no Estado de Santa Catarina
- Caracterização Geral da Vegetação na Ilha de São Francisco do Sul
- Caracterização da Vegetação nas Áreas dos Empreendimentos
- Metodologia do Inventário Florestal
- Análise dos Dados das Áreas em Estudo
- Análise dos Resultados para as áreas segundo os Parâmetros da Resolução CONAMA nº 04/1994 e Aspectos Florísticos e Fitossociológicos
- Supressão de Vegetação
- Quadro-Resumo
- Tabelas do Inventário
- Caracterização da Vegetação na Área do Bota-Fora

7.2.2. Caracterização da fauna

O levantamento faunístico busca identificar as espécies existentes, suas populações e distribuição, como indicadores da qualidade do ambiente local.

Na caracterização relacionada entre o meio e a fauna, merecem destaque na análise da vegetação os aspectos físicos e geomorfológicos, as alterações físicas causados por animais e pelo homem, o sistema aquático, o suprimento de alimento, a presença ou não de predadores, competidores, parasitas ou doenças, os distúrbios humanos, a pressão de caça, o clima e condições meteorológicas, com relação a:

- Plâncton
- Macrofauna Bentônica
- Carcinofauna
- Ictiofauna Estuarina
- Quelônios
- Cetáceos
- Herpetofauna
- Avifauna
- Mastofauna Terrestre

EM BRANCO

7.3. MEIO SOCIOECONÔMICO

Caracterização do meio antrópico a ser atingido pelos projetos considerando toda a interação econômica e social decorrente das alterações propostas, incluindo:

- Localização
- Histórico
- Ocupação Pré-colonial
- Diagnóstico Arqueológico
- Ocupação Histórica
- Patrimônio Cultural
- Aspectos Demográficos
- Emprego e Mão-de-Obra
- Nível de Renda
- Índice de Desenvolvimento Humano - IDH
- Uso e Ocupação do Solo
- Unidades de Conservação
- Atividades Econômicas
- Infra-Estrutura e Serviços Urbanos
- Planos e Programas Governamentais
- Aspectos Legais

Apresentar uma análise do impacto do empreendimento e de seus desdobramentos sobre a economia no contexto local, estadual e federal e sobre a sociedade local.

Descrever o sistema de organização social, identificando os grupos, movimentos e as associações comunitárias, lideranças e forças políticas atuantes.

Caracterização da infra-estrutura da região com as intervenções que serão efetuadas e as possíveis interferências às comunidades e atividades pesqueiras da região.

Localizar as colônias de pesca ao longo das áreas de influência direta e indireta, com dados referentes ao número de pescadores registrados, quantidade e tipos de embarcações utilizadas e métodos de pesca empregados.

Levantamento e mapeamento da ocorrência dos principais pesqueiros da região, principalmente na área de influência direta do empreendimento.

8. ANÁLISE INTEGRADA

Elaboração de síntese que caracteriza a área de influência de forma global, com o objetivo de integrar as informações do diagnóstico ambiental e das diversas áreas do conhecimento – subsídios à identificação e a avaliação dos impactos decorrentes, bem como da qualidade ambiental futura da região.

EM BRANCO

Fl. 35
Proc.: 6995/08
Rub.:

9. IMPACTOS AMBIENTAIS

A identificação e avaliação dos impactos ambientais deverão levar em consideração cada um dos fatores componentes do meio natural abordados no diagnóstico ambiental e dos diversos fatores de impactos determinando sua natureza, intensidade, abrangência, mitigabilidade, potencialidade, ocorrência, reversibilidade, temporalidade e propriedades cumulativas.

Quanto à sua Natureza, a execução de uma ação pode ser desejável (positiva) quando as repercussões da sua implementação representarem uma melhoria da qualidade ambiental e/ou uma melhoria dos indicadores sócio-econômicos de uma comunidade, bem como poderão causar danos ao meio ambiente (impactos negativos).

Quanto à sua Intensidade, os impactos poderão repercutir com pequena intensidade ou ao contrário, poderão repercutir intensamente, dependendo da susceptibilidade ambiental das áreas ou região ambiental impactada. Neste caso serão analisados os impactos quanto a sua intensidade de forma alta, média ou baixa.

Quanto à Abrangência, procura-se formar juízo de valor sobre a área afetada pelo respectivo impacto, podendo ser local (raio de aproximadamente 1 km. do empreendimento), regional (região nordeste do estado de SC), estadual ou nacional.

Quanto à Mitigabilidade, procura-se encontrar ações que quando implementadas, venham permitir a diminuição ou a amenização das conseqüências negativas do impacto (redução da intensidade, magnitude, temporalidade, etc.) e serão tratadas como mitigáveis ou não mitigáveis.

Quanto à Potencialidade, procura-se encontrar ações que quando realizadas, venham permitir a potencialização das conseqüências positivas do impacto e serão tratadas como potencializáveis e não potencializáveis.

Quanto à sua Ocorrência, esta pode ser considerada como certa ou possível, assim poderá se distinguir o que de fato será um impacto ou um risco ambiental.

Quanto à Reversibilidade, procura-se formar juízo se o ambiente impactado poderá (reversível) ou não (irreversível) voltar a ser como era antes de ter sofrido a afetação.

Quanto à Temporalidade, procura-se formar juízo de valor sobre o período de tempo durante o qual irá ocorrer o impacto. Os impactos poderão ser de curto prazo (até 1 ano), de médio prazo (de 1 a 3 anos), de longo prazo (acima de 3 anos), cíclicas e permanentes.

Quanto às Propriedades Cumulativas do impacto, procura-se identificar se o impacto causado apresenta (sim) ou não tais propriedades.

Sintetizando, na avaliação se assume que a realização de qualquer empreendimento provocará alterações no meio ambiente.

EM BRANCO

Fl. 36
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Deverão ser consideradas as condições do meio ambiente na fase anterior à atividade, de modo a permitir um prognóstico das condições resultantes, envolvendo a previsão de magnitude, considerando os graus de intensidade, duração e importância dos impactos identificados.

Serão abordados:

- Aspectos Conceituais
- Critérios para Avaliação
- Medidas Mitigadoras e Potencializadoras
- Metodologia
- Análise dos Impactos Pré-existentes
- Matrizes de Correlação dos Impactos Ambientais
- Impactos Resultantes da Implantação da Parcela Terrestre dos Empreendimentos
- Impactos Resultantes da Implantação da Parcela Aquática dos Empreendimentos
- Impactos Resultantes da Operação dos Empreendimentos
- Tabelas de Avaliação dos Impactos Ambientais
- Análise dos Principais Impactos
- Impactos Sinérgicos das Atividades Portuárias

10. PROGRAMAS AMBIENTAIS

Com base na identificação dos impactos e passivos ambientais deverão ser recomendadas medidas que venham a minimizá-los, compensá-los ou eliminá-los. Essas medidas deverão ser implementadas visando a recuperação e a conservação do meio ambiente, devendo ser consubstanciadas em programas.

Quando da implementação das medidas, em especial daquelas vinculadas ao meio socioeconômico, deverá existir uma participação efetiva da comunidade diretamente afetada, bem como dos parceiros institucionais identificados, buscando-se, desta forma, a inserção regional dos empreendimentos.

As medidas mitigadoras serão caracterizadas quanto:

- Ao componente ambiental afetado;
- Às fases da atividade em que deverão ser implementadas;
- Ao agente executor, com definição de responsabilidades; e
- A duração do impacto e da própria medida.

Programas de Controle e Monitoramento:

Deverão ser apresentadas as diretrizes gerais para a implantação dos programas de monitoramento ambiental, que contemple a área em questão, com o objetivo de se permitir o acompanhamento da evolução da qualidade ambiental e a adoção de medidas complementares de controle.

EM BRANCO

Fl. 37
Proc.: 6995/08
Rub.:

Devendo contemplar:

- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água;
- Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar;
- Programa de Monitoramento da Fauna (Biota Aquática: Plâncton, Bentos, Água de Lastro, Cetáceos, Quelônios, Ictiofauna / Fauna Terrestre: Herpetofauna, Avifauna e Mastofauna;
- Programa de Monitoramento da Supressão de Vegetação e Salvamento de Epífitas;
- Programa de Monitoramento de Ruídos;
- Programa de Monitoramento do Canteiro de Obras;
- Programa de Monitoramento das Obras de Terraplanagem;
- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Programa de Gerenciamento de Risco e Planos de Ação de Emergências;
- Programa de Gestão Ambiental.

11. CONCLUSÕES

Deverão ser apresentadas as conclusões sobre os resultados dos estudos de impacto ambiental dos empreendimentos, enfocando os seguintes pontos:

- Prováveis modificações ambientais na área de influência dos empreendimentos, sobre os meios físico, biótico e socioeconômico decorrentes da implementação da atividade, considerando a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas;
- Benefícios sociais, econômicos e ambientais decorrentes da implementação do empreendimento;
- Avaliação do prognóstico realizado quanto à viabilidade ambiental do projeto.

12. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Apresentação de documentação fotográfica das áreas de intervenção, bem como das áreas relevantes da área de influência do empreendimento.

13. EQUIPE TÉCNICA

Apresentar a relação dos técnicos e da empresa responsável pela elaboração dos Estudos Ambientais, com a indicação do número de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA, a área profissional e o número do registro no respectivo Conselho de Classe dos profissionais envolvidos, se houver, conforme determina a Resolução CONAMA nº 001/98.

EM BRANCO

Fl. 38
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Os responsáveis técnicos pelos estudos realizados deverão apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica, ou documento similar, quando couber.

14. BIBLIOGRAFIA

Deverá constar a bibliográfica consultada para a realização dos estudos, segundo as normas da ABNT.

15. ESCOPO DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, deverá conter as informações técnicas geradas, apresentadas em linguagem acessível ao público.

Este relatório deverá ser ilustrado por mapas, quadros, gráficos, tabelas e demais técnicas de informação e comunicação visual auto-explicativas, de modo que a população em geral possa entender claramente as conseqüências ambientais do empreendimento.

O RIMA deverá ser elaborado de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 001/86, contemplando necessariamente os tópicos constantes do Art. 9º.

Para tanto o Relatório de Impacto Ambiental refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental e conterá, no mínimo:

- Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;
- A descrição das atividades, especificando a área de influência, mão-de-obra, os processos e técnicas operacionais, os empregos a serem gerados;
- A síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento;
- A descrição dos prováveis impactos ambientais da atividade, considerando o projeto, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;
- A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto;
- A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;
- O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.

EM BRANCO

Fl. 39
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

7. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

O Diagnóstico Ambiental deverá retratar a qualidade ambiental da área de abrangência dos estudos, indicando as características dos diversos fatores que compõe o sistema ambiental, de forma a permitir o entendimento da dinâmica e das interações existentes entre os meios físico, biológico e socioeconômico, englobando as variáveis suscetíveis de sofrer direta ou indiretamente efeitos das ações do empreendimento.

A **área de influência** dos empreendimentos deverá ser estabelecida a partir de dados preliminares colhidos, devendo compreender:

- **Área de influência direta** – área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem afetados e das características do empreendimento; e
- **Área de influência indireta** – área real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e operação dos empreendimentos, abrangendo os ecossistemas e o sistema socioeconômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na área.

Para cada um dos fatores ambientais – meio físico, biótico e socioeconômico – deverá ser definida e caracterizada uma área de abrangência específica. Assim, deverão ser definidas as áreas de influência direta e indireta afetadas pelas obras e atividades propostas para cada um dos meios, considerando as bacias hidrográficas, águas interiores e o mar territorial, onde deverão ser desenvolvidos os estudos ambientais.

Todos os dados com informações espaciais levantados durante a fase de diagnóstico deverão ser apresentados em mapas georreferenciados.

Os levantamentos de dados e informações deverão ser realizados, tendo como base fontes primárias. Caso haja necessidade de complementação destas informações poderão ser utilizadas fontes secundárias (referências bibliográficas, documentais, cartográficas, estatísticas, imagens de satélite, etc).

As metodologias utilizadas para coleta e análise devem ser descritas e justificadas identificando os laboratórios que analisaram as amostras.

Os levantamentos deverão abranger, no mínimo, os aspectos relacionados a seguir:

7.1. MEIO FÍSICO

Serão realizados estudos do meio físico, envolvendo aspectos que possam ser afetados pelos empreendimentos ou possam condicionar a ocupação da área, tais como geologia, solos, relevo, hidrografia, hidrologia e clima. As informações espaciais serão apresentadas em mapas temáticos a serem elaborados sobre base cartográfica georreferenciada, em escala apropriada ao detalhamento necessário.

EM BRANCO

Fl. 40
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

EM BRANCO

Fl. 41
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

OAP - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Joinville, 09 de dezembro de 2008.

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: Plano de Trabalho do Levantamento Faunístico do Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Fertimport S/A.

Prezados Senhores,

Considerando a intenção de implantação de dois novos terminais portuários para exportação e importação de granéis pelas empresas **Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC**, para granéis sólidos vegetais e **FERTIMPORT SA**, para exportação de óleos vegetais e recebimento de fertilizantes, vimos por meio deste apresentar o Plano de Trabalho do Levantamento Faunístico relativo a área de influência dos empreendimentos acima, que serão localizados no Município de São Francisco do Sul – SC.

Os dois empreendimentos apresentam em sua parcela terrestre infra-estruturas independentes, no entanto, o projeto da parcela aquática, prevê uma única ponte de acesso para três berços de atracação de navios. Consequentemente, na etapa de operação, o compartilhamento da ponte de acesso incidirá em programação de ações comuns de uso e manutenção.

Neste contexto, visando à aprovação do plano de trabalho, apresentamos em anexo uma proposta estruturada com base na Instrução Normativa do IBAMA nº 146/2007.

Antecipadamente agradecemos a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

OAP Consultores Associados LTDA

Recebido por:

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 15.245
DATA: 10/12/08
RECEBIDO: FIDM

À CGTMO
em 10/12/08

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

EM BRANCO

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

EM DIA COM O PLANETA. carbono neutro

Joinville, 04 de fevereiro de 2009.

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Fl. 42
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Ref.: EIA/RIMA dos Terminais de Granéis Santa Catarina – TGSC e Fertimport S/A.

Prezados Senhores,

Considerando a intenção das empresas **Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC, FERTIMPORT SA** em implantar dois novos terminais portuários em São Francisco do Sul –SC, vimos por meio deste apresentar uma via do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) , composto por três volumes, e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referente ao processo nº 2008.11.023.0042478 cuja abertura foi solicitada em 17/11/2008.

Os empreendimentos apresentam em sua parcela terrestre infra-estruturas independentes, no entanto, o projeto da parcela aquática, prevê uma única ponte de acesso para três berços de atracação de navios. Consequentemente, na etapa de operação, o compartilhamento da ponte de acesso incidirá em programação de ações comuns de uso e manutenção.

Antecipadamente agradecemos a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

OAP Consultores Associados LTDA
Arq. Carlos Henrique Pedriali Nóbrega
CREA-SC 52408-6

À COTRA
p/ providências
10/2/09

Rosa Helena Zago Loes
Coordenadora Geral de
Transportes Mineração e Obras
Civis-CGTMO/DILIC/IBAMA

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 1460
DATA: 09/02/09
RECEBIDO:

À CGTMO
em 09/02/09

Obs" com 4 anexos - no Protocolo

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

Aos

Dr. Leandro

Dra. Elisabeth

Dr. Fernando

Dra. Mariana

Para instruir o processo de licenciamento

Att.

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA

16.02.2009

FICHA DE SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO

Fl. 43
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Ao Sr. Diretor da DILIC,

Solicito abertura de processo junto ao IBAMA objetivando o licenciamento do empreendimento descrito a seguir :

Dados do Empreendedor	
Nome ou Razão Social:	TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A.
CPF/CNPJ:	08.504.106/0001-34
Nº cadastro:	3445032
Endereço:	RAFAEL PARDINHO, 60
Bairro:	CENTRO
Município:	SAO FRANCISCO DO SUL/SC
CEP:	89240-000
Nome do representante legal:	RICARDO LOBO DE MACEDO
CPF do representante:	821.376.769-15
Nº cadastro dirigente:	3445032
Telefone:	(0xx47) 3444-4555
Fax:	(0xx47) 3444-4599
E-mail:	TGSC@TGSC.COM.BR

Dados do contato junto ao IBAMA	
Nome:	Ricardo Lobo de Macedo
CPF:	821.376.769-15
Endereço:	Rua Rafael Pardinho, 60
Bairro:	Centro
Município:	SAO FRANCISCO DO SUL/SC
CEP:	89240-000
Formacao:	Bacharel em Direito
Vínculo:	Coordenador do Projeto
Fone:	(0xx47) 3444-4555
Fax:	
E-mail:	ricardo.macedo@netvision.com.br

EM BRANCO

Fl. 454
Proc.: 6995/08
Rub.: MGF

Dados do empreendimento	
Denominação do empreendimento:	Terminais Portuários TGSC e FERTIMPORT
Número de acompanhamento:	2008.11.023.0042478
Tipologia:	Porto
Situação do Empreendimento:	Aguardando Análise Formulário de Abertura de Processo (FAP)

Declaração
Declaro que as informações acima são verdadeiras, **RICARDO LOBO DE MACEDO**
Data de envio da solicitação: 17/11/2008 20:21:42

EM BRANCO

Identificação Empreendimento

Identificação

Dados do Empreendimento

Denominação do Empreendimento: Terminais Portuários TGSC e FERTIMPORT.
Nº de acompanhamento: 2008.11.023.0042478.
Tipologia: Porto.
Processo Arquivado? Não.
Situação do empreendimento: Aguardando Análise Formulário de Abertura de Processo (FAP).
Processo de Regularização? Não.
Coordenação Responsável pelo Processo: CGTMO.

Fl. 45
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Dados do Empreendedor

Empreendedor: TGSC TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA S.A..
CPF/CNPJ: 08.504.106/0001-34.

Data da Entrega

Data de Entrega da FAP: 17/11/2008 20:21:42.

Dados Específicos

Registro ANTAQ

Registro ANTAQ (Quando houver): Não há.

Coordenadas Geográficas

Longitude	Latitude
026 13 50.9 W	48 37 55.7 S

Unidade da Federação e Município

Estado: SANTA CATARINA.
Município: SAO FRANCISCO DO SUL.

Obras

Obras	Observação
Construção de terminais	Implantação de dois terminais portuários , o TGSC especializado na exportação e importação de granéis vegetais e o Terminal FERTIMPORT SA. especializado na importação de fertilizantes e exportação de óleo vegetal.
Supressão de Vegetação	Da área total de 50.419,66 m2. do estudo da flora, esta prevista a supressão de 38.289,36 m2.
Construção de cais	Implantação de uma ponte de acesso e duas plataformas marítimas com três berços de atracação.

EM BRANCO

Atividades a serem desenvolvidas		
Atividade	**Observação**	**Classe**
Outras	**Recebimento, armazenamento e expedição de óleos vegetais. O sitema de armazenamento encontra-se implantado e devidamente licenciado, não sendo parte do escopo do presente**	**Não Aplicável**
Manipulação e armazenamento de granéis sólidos	**Recebimento, armazenamento e expedição de granéis sólidos vegetais e fertilizantes.**	**Não Aplicável**

Fl. 46
Proc.:
Rub.:

Operações do Empreendimento

Caladão mínimo de operação: 8,00 m.
Caladão máximo de operação: 12,80 m.
Tipo e porte das embarcações previstas: O maior navio-tipo que irá operar nos Terminais possuirá as seguintes dimensões: Comprimento - 225 metro, Calado máximo - 12,8 metros, Boca - 32,30 metros e Deslocamento - 65.000 DWT.
Tipos de cargas previstas: Gráneis Vegetais Sólidos: soja, milho, trigo, cevada, entre outros;

Gráneis Vegetais Líquidos: óleo de soja e Fertilizantes..

Meio Biótico e Físico

Dados Bióticos

Bioma	
Bioma envolvido	**Observação acerca do Bioma envolvido**
Mata Atlântica	**O Estado de Santa Catarina tem uma extensão territorial de 95.985 km2 e está totalmente inserido no Bioma da Mata Atlântica, incluindo diversas fisionomias florestais e ecossistemas associados.**

Presença de Unidades de Conservação		
Unidade de Conservação	**Competência**	**Intervenção**
Unidade de conservação não listada	**Municipal**	**zona do entorno (num raio de 10 km da unidade)**
Unidade de conservação não listada	**Estadual**	**zona do entorno (num raio de 10 km da unidade)**
Unidade de conservação não listada	**Municipal**	**zona do entorno (num raio de 10 km da unidade)**

EM BRANCO

Presença de Corredores de Proteção Ambiental

Corredores de Proteção Ambiental: O empreendimento e seu entorno não está inserido em áreas de corredores ecológicos..

Existência de Áreas Prioritárias para Proteção da Biodiversidade

Área prioritária	Observação acerca da área prioritária
Area Insuficientemente conhecida	Áreas prioritárias para a conservação de aves
Prioridade Muito Alta	Áreas prioritárias para a conservação da flora.
Prioridade Alta	Áreas prioritárias para a conservação de mamíferos

Fl. 47
Proc.: 6995/08
Rub.:

Existência de Ambientes com Caverna na Área

Potencial de existência de cavidade naturais na área: Sem Informação.

Dados Físicos

Região Hidrográfica

Regiões Hidrográficas envolvidas no empreendimento: Atlântico Sul.

Corpo Hídrico Atravessado

Corpos Hídricos Atravessados: Sem Informação.

Qualidade da água

Dados preliminares sobre a qualidade da água: Águas estuarinas superficiais P01: Ph:7,9 - Cloretos(g/L):18,28 - Oxigênio (mg/L):6,6 - Óleos e Graxas (mg/L): <0,5 - Carb. Org. Total (mg/L): 6,6 - DBO(mg/L):60 - DQO(mg/L):400.

Dados sobre o uso da água

Dados preliminares sobre o uso da água: Não foi idenfificado na AID pontos de captação para o sistema público de abastecimento de água..

Socioeconômico

Terras Indígenas

Presença de terras indígenas nas áreas afetadas

Terra indígena: Sem Informação.

Quilombos

Presença de Quilombolas nos municípios afetados

Denominação	Localização
Sem Informação.	Sem Informação.

EM BRANCO

Fl. 48
Proc. 6995/08
Rub.:

Atividades Econômicas

Descrição preliminar do perfil da atividade econômica predominante da área afetada

Atividade econômica	Descrição
Pesca e Aqüicultura	Foi detectado uma área de cultivo de mariscos à uma distância aproximada de 1.300metros do empreendimento. Quanto a Pesca, esta atividade é majoritariamente praticada em alto mar.
Atividades Portuárias	A atividade portuária é a principal atividade econômica desenvolvida em SFS. É responsável por 51% das cargas movimentadas no estado e representam 48% da arrecadação municipal.
Turismo	A atividade turística é baseada na beleza natural dos balneários, da Baía da Babitonga e do Centro Histórico. Sendo assim, os principais atrativos turísticos são os aspectos naturais, a visita a amigo

Patrimônio Histórico

Referência de áreas Tombadas, de Patrimônio Histórico ou sítios arqueológicos conhecidos na área afetada

Item	Identificação	Localização
Patrimônio Histórico	Centro Histórico de São Francisco do Sul	Centro de São Francisco do Sul
Patrimônio Histórico	Sítio Arqueológico Histórico Praia do Inglês	Propriedade confrontante leste

Principais vias de acesso à obra:

A principais vias de acesso ao empreendimento são: modal rodoviário -BR-280; modal ferroviário -ramal ferroviário que atende o Porto de SFS; rotas marítimas: canal de acesso ao Porto de SFS..

Atividade Pesqueira na área de influência:

A área de cultivo da AMACOP é composta por 28 áreas de 2.500m2 (50x50m) sendo 25 áreas pertencentes às 25 famílias de maricultores e destinadas à produção comercial. Quanto as atividades pesqueiras, a pesca embarcada é majoritariamente praticada "lá fora" (sic), ou seja, em alto mar. .

Atividade Pesqueira na área de influência:

Atividade Pesqueira: A área de cultivo da AMACOP é composta por 28 áreas de 2.500m2 (50x50m) sendo 25 áreas pertencentes às 25 famílias de maricultores e destinadas à produção comercial. Quanto as atividades pesqueiras, a pesca embarcada é majoritariamente praticada "lá fora" (sic), ou seja, em alto mar. .
Quantidade de pescadores associados a Colônia: 999.

Uso e potencial turístico da região:

As principais atividades turísticas desenvolvidas na AID do empreendimento estão associadas ao turismo de negócio decorrente das atividades portuárias, ao turismo histórico desenvolvido no Centro de São Francisco do Sul e ao turismo de veranêio desenvolvido na Praia do Inglês que apresenta forte sazonalidade com significativo acrescimo de fluxo nos meses de alta temporada (dezembro, janeiro e fevereiro)..

Estimativa de população atingida

Estimativa do número de famílias a serem desapropriadas: 0.
Estimativa do número de propriedades a serem desapropriadas: 0.

EM BRANCO

Fl. 49
Proc.: 6999/08
Rub.:

Contato

Contato(s)

Dados do(s) Contato(s)

Nome	Endereço	Fone/Fax	Email
Ricardo Lobo de Macedo	Rua Rafael Pardinho, 60 Centro SAO FRANCISCO DO SUL/SC CEP:89240-000	(0xx47) 3444-4555	ricardo.macedo@netvision.com.br

Informações complementares

Informações

Informações sobre licenças emitidas por órgãos ambientais

Instituição	Processo nº	Tipo documento	Nº do documento	Vencimento
Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.

Informações sobre estudos ambientais já realizados

Descrição do estudo	Autoria do estudo	Responsável técnico	Data	Observações
Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.

Outros Órgãos Consultados (IPHAN, FUNAI, Fundação Palmares, ANA, ANEEL, ANTT, etc.)

Instituição	Processo nº	Tipo documento	Nº do documento	Vencimento	Observações
Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.	Sem Informação.

EM BRANCO

DIETRICH

ADVOCACIA AMBIENTAL E URBANÍSTICA

Fl. 50
Proc.: 6995108
Rub.: MGF

Joinville, 06 de fevereiro de 2009.

Ref: **Criação de unidade de Conservação Baía da Babitonga em SFS-SC**

Excelentíssimo Senhor Coordenador de Licenciamento Ambiental,

Ao tempo em que o cumprimentamos cordialmente, servimo-nos do presente para trazer ao seu conhecimento decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em relação a Criação da Unidade de Conservação da Baía da Babitonga em São Francisco do Sul.

Conforme se depreende do documento em anexo, a criação de referida Unidade de Conservação está suspensa até que se realizem os estudos pertinentes e daí se realize as audiências públicas com bases nesses estudos, dando informações suficientes para esclarecimento à população.

No ensejo, remetemos-lhe manifestações de respeito e consideração.

Atenciosamente,

MARISA DIETRICH
OAB/SC 6.861

SIMONE HERRMANN BRÜMMER
OAB/SC 26.324

Excelentíssimo Senhor
Eugênio Pio Costa
Coordenador do Licenciamento Ambiental do IBAMA em Brasília

Rua Abdon Batista, nº 121 - sala 1705 - Centro - Joinville - SC - CEP 89201- 010 - Brasil
Fone/Fax: (47) 3028-0015 www.dietrichadvocacia.com.br

EM BRANCO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2008.04.00.005531-0/SC

RELATOR	:	**Des. Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ**
AGRAVANTE	:	**AMAPI ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS DA PRAIA DE ITAGUACU e outros**
ADVOGADO	:	**Marisa Dietrich**
AGRAVADO	:	**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA**
PROCURADOR	:	**Maria Alejandra Riera Bing**

D.E.
Publicado em 15/05/2008

Fl. 51
Proc.: 6995108
Rub.: MGP

EMENTA

AMBIENTAL E ADMINISTRATIVO. CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS. NECESSIDADE.
Agravo de instrumento conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 29 de abril de 2008.

Des. Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2008.04.00.005531-0/SC

RELATOR	:	**Des. Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ**
AGRAVANTE	:	**AMAPI ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS DA PRAIA DE ITAGUACU e outros**
ADVOGADO	:	**Marisa Dietrich**
AGRAVADO	:	**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA**
PROCURADOR	:	**Maria Alejandra Riera Bing**

EM BRANCO

Fl. 52
Proc.: 6995108
Rub.: MPF

RELATÓRIO

O parecer do MPF, a fls. 49/49v, expõe com precisão a controvérsia, *verbis*:

"Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto em virtude da decisão interlocutória, proferida pelo Juízo Substituto da 1ª Vara Federal da Subseção de Joinville, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina. Deferiu-se o pedido de medida liminar - somente para suspender os efeitos das audiências de consulta pública realizadas em Joinville nos dias 21/11/2006 e 15/03/2007 - formulado nos autos da ação ordinária proposta por AMAPI Associação dos Moradores e Amigos da Praia de Itaguaçu e outros.

Na decisão de fls. 35/36, o Juiz Federal considerou os seguintes fundamentos: a) não é plausível a paralisação da criação da unidade de conservação para que o juízo a autorize após o trânsito em julgado da presente ação; b) a decisão judicial anterior parece não estar sendo cumprida, decorridos mais de 120 dias; c) o pleito deve ser parcialmente atendido apenas para fixar prazo para que os demandados cumpram a ordem já em vigor, sob pena de multa de R$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Inconformada com essa decisão, a AMAPI e outros interpôs o recurso de agravo de instrumento de fls. 03/24, para vê-la reformada. Para tanto, sustentou como alegações: a) a pretensão de criação da unidade de conservação deixou de observar os requisitos mínimos exigidos por lei, como a convocação para consultas públicas com antecedência, falta de estudos econômicos e sociais, esclarecimento à população, realização de atas das consultas públicas, entre outros; b) o IBAMA, na criação da unidade de conservação, deixou de considerar as necessidades básicas dos cidadãos que dependem direta ou indiretamente dessas áreas; c) as audiências devem ser refeitas dentro das normas legais, devendo ser mostrado à população estudos, conforme as instruções normativas n.º 3 e n.º 18 do Instituto Chico Mendes; d) de nada adiantará refazer as audiências públicas dentro do prazo estipulado pelo juízo sem que antes sejam feitos estudos econômicos e sociais previstos na legislação pertinente."

É o relatório.

Peço dia.

VOTO

Afiguram-se-me irrefutáveis as considerações desenvolvidas no parecer do culto agente do MPF, Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira, a fls. 49v/50v, *verbis*:

"2. FUNDAMENTAÇÃO

Merece provimento o recurso.

Trata-se de agravo de instrumento que visa à modificação da decisão interlocutória no que tange à fixação de prazo de 120 dias para realização de novas consultas públicas, sem os devidos estudos ambientais, econômicos e sociais.

A Lei n.º 9.985/00, em seu art.22, dispõe sobre a criação das unidades de conservação, dizendo:

EM BRANCO

Page 3 of 453
Proc.: 6995108
Rub.: MPF

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.
§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.
§ 3º No processo de consulta de que trata o § 20, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

Ainda, o Decreto n.º 4.340/02, que veio complementar a lei citada, dispõe, em seu art. 5º, sobre as consultas públicas:

Art. 5° A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.
§ 1º A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.
§ 2º No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta.

Sobre a importância das consultas públicas, a Juíza Vânia Hack de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim decidiu em julgamento de Apelação Cível n.º 2000.72.01.001108-6:

Ementa: DIREITO AMBIENTAL. AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESTUDO DO IMPACTO AMBIENTAL. TERMINAL PORTUÁRIO.
- Visa o autor a nulidade da audiência pública destinada a apreciação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental, que cuidam da construção de terminal portuário no município de Itapoá, em Santa Catarina. O processo administrativo deve prosseguir, pois ausente qualquer prejuízo no prosseguimento do processo administrativo.
- Quanto ao cerceamento de defesa, não assiste razão à demandante. Sequer aponta quais os documentos ou provas que pretendia produzir.
- A audiência pública designada é o real instrumento de informação ao público, pois convida a comunidade a manifestar-se sobre o empreendimento, portanto meio legítimo de enfrentamento das questões sociais.
(TRIBUNAL - QUARTA REGIÃO, APELAÇÃO CÍVEL, 200072010011086/SC, TERCEIRA TURMA, DJU DATA: 24/08/2005, PÁGINA: 793, Relator(a) VÂNIA HACK DE ALMEIDA) (grifo nosso).

Para que a população tenha a devida informação sobre as conseqüências da criação de unidade de conservação, deve-se proceder aos estudos técnicos necessários para o esclarecimento dos fatos. No caso, tal procedimento não ocorreu, o que prejudica a devida informação às pessoas que serão afetadas pela criação dessa unidade de conservação.

Em caso análogo, o TRF da 1ª Região dispôs:

Ementa: AMBIENTAL. PROCESSUAL CIVIL. HIDROVIA TOCANTINS/ARAGUAIA. EIA/RIMA. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. SUSPENSÃO. LAUDOS TÉCNICOS PARA COMPOSIÇÃO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS. APONTADOS INDÍCIOS DE FALSIFICAÇÃO POR MATÉRIA JORNALÍSTICA. TUTELA ANTECIPADA. PRESSUPOSTOS. AUSÊNCIA. PERICULUM IN MORA INVERSO.
1. A alegação de indícios de falsificação em alguns laudos, com base em notícias jornalísticas, realizados por biólogos e antropólogos, que compõem o conjunto de estudos ambientais não são suficientes para impedir a realização de audiência pública, justamente programada para apresentação, discussão, críticas e sugestões do estudo de impacto ambiental da construção de hidrovia.
2. Agravo de instrumento a que se nega provimento.
3. Agravo regimental prejudicado.
(TRF PRIMEIRA REGIÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, 199901001006013/MT, QUINTA TURMA, DJ DATA: 2/2/2006, PAGINA: 45, Relator(a) DESEMBARGADOR

EM BRANCO

Fl. 54
Proc.: 6995108
Rub.: MGP

FEDERAL FAGUNDES DE DEUS).

Sendo assim, o agravo de instrumento merece ser provido, para que se realize os estudos pertinentes, e daí, se realize a audiência pública com base nesses estudos, dando informações suficientes para esclarecimento à população.

3. CONCLUSÃO

Por essas razões, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL opina pelo provimento do agravo de instrumento."

Por esses motivos, voto por dar provimento ao agravo de instrumento.

É o meu voto.

Des. Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz
Relator

EM BRANCO

DIETRICH

ADVOCACIA AMBIENTAL E URBANÍSTICA

Fl. 55
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Joinville, 06 de fevereiro de 2009.

Ref: **Licenciamento Ambiental TGSC(Terminal de Granéis de Santa Catarina e Fertimport S/A**

Excelentíssimo Senhor Coordenador do Licenciamento Ambiental,

Ao tempo em que o cumprimentamos cordialmente, servimo-nos do presente para, apenas a título de esclarecimento informar que o estudo que ora está sendo protocolado para análise,visando a implantação de dois novos terminais portuários em São Francisco do Sul tem como empreendedores o Terminal de Granéis de Santa Catarina e a Fertimport.

Salientamos tratar-se de projeto da maior importância no que tange ao desenvolvimento portuário brasileiro e que a empresa TGSC tem como acionista em metade desse empreendimento a empresa Logística Brasil S/A, fundo específico para investimento em infra estrutura e que tem como quotistas as seguintes fundações:

- *FUNCEF - Fundação dos Economiários Federeais - CEF*
- *PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil*
- *PETROS - Fundação Petrobrás Seguridade Social*
- *FIBRA - Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistencia Social,*

Por outro lado a Fertimport é uma empresa do grupo Bungue , que atualmente tem unidades industriais, silos e armazéns nas Américas do Norte e do Sul, Europa, Ásia, Austrália e Índia, além de escritórios da BGA (Bunge Global Agribusiness) atuando em vários países europeus, americanos, asiáticos e do Oriente Médio.

Excelentíssimo Senhor
Doutor Eugênio Pio Costa
Coordenador de Licenciamento Ambiental do IBAMA- Brasília

Rua Abdon Batista, nº 121 - sala 1705 - Centro - Joinville - SC - CEP 89201- 010 - Brasil
Fone/Fax: (47) 3028-0015 www.dietrichadvocacia.com.br

EM BRANCO

Fl. 56
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Considerando a necessidade premente de implantação desse empreendimento haja vista o exaurimento das condições operacionais do Porto de São Francisco do Sul vem requerer que sua análise seja tratada com máxima prioridade para que possa ser agendada ainda no mês de março próximo a audiência pública a ser realizada.

No ensejo, remetemos-lhe manifestações de respeito e consideração.

Atenciosamente,

RICARDO MACEDO
TGSC Terminais de Graneis Santa Catarina

FÁBIO CURCINO MORAES
FERTIMPORT S/A

Excelentíssimo Senhor
Doutor Eugênio Pio Costa
Coordenador de Licenciamento Ambiental do IBAMA- Brasília

EM BRANCO

57
Proc.: 6995/08
Rub.:

IBAMA
MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação-Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis
Coordenação de Licenciamento de Transportes

INFORMAÇÃO N° 27/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de março de 2009.

ASSUNTO: Licenciamento Ambiental dos Terminais Portuários TGSC e Fertimport.
INTERESSADO: Coordenador de Licenciamento de Transportes

Senhor Coordenador,

1. Esta Informação tem por objetivo apresentar o andamento do processo de licenciamento em epígrafe.

2. Em 14 de outubro de 2008, foi realizada no IBAMA/Sede reunião na qual foi apresentado o projeto dos Terminais TGSC e Fertimport, localizados no Município de São Franscico do Sul, em área adjacente ao Porto de São Francisco do Sul. Os empreendedores informaram que os estudos ambientais para tal empreendimento já haviam sido iniciados, baseados em um modelo genérico de Termo de Referência do IBAMA, datado de junho de 2005. Nesta reunião, este Instituto informou que seria necessária a apresentação da proposta de Termo de Referência para discussão e manifestação deste órgão.

3. Em 23 de outubro de 2008, o empreendedor apresentou ao IBAMA a proposta de Termo de Referência e no dia 24 de outubro do mesmo ano, foi realizada vistoria ao local do empreendimento, bem como discussão do Termo de Referência proposto.

4. Em 18 de novembro de 2008 o empreendedor submeteu a FAP ao IBAMA, tendo sido aberto o processo administrativo nº 02001.006995/2008-01 em 19 de novembro do mesmo ano, em nome da TGSC Terminal de Granéis Santa Catarina Ltda.

5. No dia 10 de dezembro de 2008, foi protocolado no IBAMA pelo empreendedor a nova proposta de Termo de Referência para elaboração dos estudos. No mesmo dia, foi também protocolado o Plano de Fauna, embora o empreendedor já tivesse afirmado que contava com Autorização para realização dos trabalhos de levantamento dos grupos faunísticos.

6. No dia 09 de fevereiro do corrente ano o empreendedor protocolou neste Instituto o EIA/RIMA referente ao empreendimento em questão, sem que houvesse manifestação final do IBAMA ou de outros órgãos interessados a respeito do Termo de Referência. Este ato não seguiu a seqüência padrão do procedimento de licenciamento adotado pelo IBAMA, razão pela qual o EIA/RIMA permanecerá em aguardo até que seja emitido o Termo de Referência definitivo.

EM BRANCO

Fl. 58
Proc.: 6995/08
Rub.:

7. Sendo assim, a equipe procedeu avaliação do Termo de Referência proposto pela empresa, elaborando então uma minuta de Termo de Referência que será encaminhada para manifestação dos órgãos interessados. De acordo com a IN 184/2008, tais órgãos têm prazo de 15 dias para encaminhar posicionamento acerca do Termo de Referência, sendo que após este prazo será emitido o Termo de Referência definitivo quando então será feito o *check list* do estudo apresentado pelo empreendedor.

Flávia Alves de Lima Paiva
Bióloga
Matrícula 1510839

Fernando Dantas Campello
Oceanógrafo
Matrícula 1549794

Mariana Graciosa Pereira
Bióloga
Matrícula 1510215

De acordo.

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA
26/03/2009

EM BRANCO

Fl. 59
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATORIO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA O TERMINAL DE GRANÉIS SANTA CATARINA- TGSC E FERTIMPORT

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2009

EM BRANCO

Estudo a ser elaborado: EIA/RIMA

Empreendimento: Terminal Portuário

Empreendedor: TGSC- Terminal de Granéis Santa Catarina

Fl. 60
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência - TR tem como objetivo determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios para a elaboração do EIA/RIMA, instrumento que subsidiará a avaliação da viabilidade ambiental para a implantação do Terminal Portuário.

Inicialmente, deverão ser apresentadas duas cópias do EIA/RIMA, uma em formato impresso e outra em formato digital, para análise preliminar e verificação do atendimento dos itens constantes deste Termo de Referência (*check list*). A cópia impressa deverá ser rubricada em todas as páginas pelos integrantes da equipe técnica responsável pelos estudos e elaboração dos documentos.

Posteriormente a esta análise preliminar, caso se revele adequado o estudo, será definido por este Instituto o número de cópias necessárias do EIA/RIMA para disponibilização aos Municípios e demais órgãos interessados.

PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA procederá ao licenciamento ambiental do empreendimento, de acordo com o Art. 10, § 4º da Lei nº 6.938/81 e o Decreto nº 99.274, de 06.06.90, no seu Art. 19, § 5º, ouvindo o Órgão Estadual de Meio Ambiente, e os preceitos do Art. 4º, § 1º da Resolução CONAMA Nº 237/97, dentre outras normas legais aplicáveis, obrigatoriamente agregadas ao processo de licenciamento ambiental.

A expedição deste Termo de Referência não exime o IBAMA de solicitar, a qualquer momento da análise do EIA/RIMA, complementações que se fizerem necessárias para melhor entendimento do projeto e de suas conseqüências.

Deverá ser considerado, ainda, a Resolução CONAMA Nº 237/97 em seu Art. 10º, § 1º "no procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, as certidões das Prefeituras Municipais, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo".

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL

O EIA/RIMA deverá atender as seguintes regulamentações:

- Resoluções nº 001/86, 006/86, 009/87, 005/93, 009/93, 237/97, 293/01, 303/02, 306/02, 344/04, 357/05 e 371/06 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, dentre outras;
- Lei 9985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC e Decreto de regulamentação nº 4340/2002;
- Lei 9966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências;
- Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências;
- Lei nº 4.771/65 e alterações, que institui o Código Florestal, estabelecendo as florestas e demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente;
- Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências;
- Portaria IPHAN nº 230/2002, para subsídio das ações de Prospecção e Resgate Arqueológico;
- Planos e programas governamentais propostos e em implantação na área de influência do empreendimento, considerando-se as respectivas compatibilidades;

EM BRANCO

- Outros dispositivos legais em vigor em níveis Federal, Estadual e Municipal, referentes à utilização, proteção e conservação dos recursos ambientais, bem como o uso e a ocupação do solo.

Fl. 61
Proc.: 6995108
Rub.:

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA

É um documento de natureza técnica, que tem como finalidade avaliar os impactos ambientais gerados por atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. Deverá propor medidas mitigadoras e de controle ambiental, garantindo assim o uso sustentável dos recursos naturais. Este estudo se desenvolverá considerando as seguintes abordagens técnicas:

Abordagem Metodológica

Os estudos ambientais deverão ser elaborados antes do início da atividade, através de análises integradas, multi e interdisciplinarmente, a partir de levantamentos primários e secundários.

Os levantamentos de dados e informações deverão ser realizados, tendo como base fontes primárias. Estas informações poderão ser complementadas com o uso de fontes secundárias (referências bibliográficas, documentais, cartográficas, estatísticas, imagens de satélite) obtidas junto a órgãos públicos e agências governamentais especializadas, universidades e instituições de pesquisa.

As metodologias adotadas deverão estar de acordo com as normas específicas e com práticas científicas consagradas, explicitadas e justificadas nos capítulos correspondentes.

O prognóstico ambiental deverá ser elaborado considerando as alternativas de execução e de não execução da atividade. Este prognóstico deverá considerar, também, a proposição e a existência de outras atividades e empreendimentos no entorno do projeto proposto.

Os programas de controle ambiental apresentados deverão ser capazes de minimizar e compensar as conseqüências negativas da atividade e potencializar os reflexos positivos. Os planos de monitoramento e de controle da poluição deverão receber um enfoque especial.

Apresentação do EIA/RIMA

O estudo deve ser bem ilustrado com figuras, mapas e fotos explicativas e elucidativas de modo a facilitar seu entendimento. Todos os mapas desse estudo deverão estar apresentados numa escala compatível com as dimensões das áreas de influência direta e indireta da atividade, devendo ser justificada a sua escolha.

Deverão ser utilizados dados de sensoriamento remoto (imagens de satélite ou aerofotografias), assim como mapas temáticos de informações ambientais da região (mapa de cobertura vegetal, solos, geologia, geomorfologia e pedologia), em escala adequada. Técnicas de geoprocessamento deverão ser empregadas na avaliação integrada das informações temáticas ambientais.

O Estudo de Impacto Ambiental deverá ser apresentado em conformidade com os itens listados, incluindo sua estrutura organizacional, e atendendo todas as exigências abordadas.

Este estudo desenvolver-se-á conforme os tópicos listados a seguir, exceto em caso de inserção de itens complementares.

Caso exista algum tipo de impedimento, limitação ou discordância para o atendimento de qualquer dos itens propostos, sua omissão ou insuficiência deve ser justificada com argumentação objetiva, porém bem fundamentada.

Todos os dados com informações espaciais levantados durante a fase de diagnóstico deverão ser apresentados em mapas georreferenciados de acordo com os critérios a seguir:

- ► Textos

EM BRANCO

Fl. 62
Proc.: 6995/08
Rub.

Deverá ser entregue ao menos uma via do EIA estudo em meio digital (CD), em formato PDF e/ou documento de texto, preferentemente em arquivo único, devendo ser evitada a subdivisão do estudo em excessivos arquivos.

► Dados

Os dados gerados e/ou utilizados pelos estudos devem ser apresentados em formato digital (CD) em forma de tabelas completas, nas quais os resultados físico-químicos, listas de fauna e flora e dados sócio-econômicos, entre outros, devem constar com seus respectivos pontos ou vértices das áreas geográficas amostradas.

As localizações geográficas dos pontos ou das áreas devem ser apresentadas no formato de coordenadas planas ou geográficas e os dados físico-químicos devem ser apresentados em conformidade com as Resoluções CONAMA n° 344/04 e 357/05.

► Mapas

— Todos os mapas desse estudo deverão estar georreferenciados no formato de coordenadas planas ou geográficas e apresentados em escala compatível com as dimensões das áreas de influência direta e indireta da atividade, devendo ser claramente indicada e justificada a sua escolha.

— Deverão ser seguidos padrões e normas técnicas em cartografia adotadas, propostas e referendadas pelo CONCAR – Conselho Nacional de Cartografia.

— O referenciamento geodésico deverá ser efetuado tomando como referência padrão segundo definição do IBGE – referência quanto a Datum Vertical e horizontal e demais padrões cartográficos. Deve-se especificar claramente qual sistema de projeção foi utilizado.

— Os atributos relacionados a cada elemento gráfico que não puderem ser identificados através de níveis de informação, deverão ser armazenados em bancos de dados, planilhas ou formatos compatíveis.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EMPRESA CONSULTORA

1.1 - Identificação do empreendedor

- ✓ Nome ou razão social;
- ✓ Número do CNPJ;
- ✓ Endereço completo;
- ✓ Telefone e fax;
- ✓ Representantes legais (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);
- ✓ Pessoa de contato (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Ambientais junto ao IBAMA;
- ✓ Registros no Cadastro Técnico Federal (IBAMA);

1.2 - Identificação da empresa consultora

- ✓ Nome ou razão social;
- ✓ Número do CNPJ;
- ✓ Endereço completo;
- ✓ Telefone e fax;
- ✓ Representantes legais (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);
- ✓ Pessoa de contato (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);
- ✓ Registro no Cadastro Técnico Federal (IBAMA);

1.3 - Dados da equipe técnica multidisciplinar

Identificação dos profissionais responsáveis pela elaboração do EA:

- ✓ Nome;
- ✓ Área profissional;
- ✓ Número do registro no respectivo Conselho de Classe, quando couber;
- ✓ Número do Cadastro Técnico Federal (IBAMA);

EM BRANCO

- ✓ Assinatura da equipe em uma das páginas do EIA, constando nome, área profissional e registro no conselho de classe ou rubrica dos mesmos em todas as páginas de uma cópia do EIA apresentado.

Fl. 63
Proc.: 6995/08
Rub.:

2. DADOS DO EMPREENDIMENTO

2.1 - Histórico do Empreendimento

Neste tópico, deverá ser feito um breve relato do empreendimento desde a concepção inicial até a situação atual, abordando as modificações realizadas, licenças e autorizações concedidas por este e outros órgãos.

2.2 - Objetivos e Justificativas do Empreendimento

Apresentar os objetivos e justificativas para o empreendimento, abordando os aspectos técnicos, ambientais, econômicos, sociais e políticos-governamentais.

2.3 - Localização Geográfica

Apresentar carta-imagem ou foto-carta, em escala e resolução adequadas, devidamente georreferenciada, indicando o empreendimento e os seguintes itens:

- Malha viária existente;
- Principais núcleos urbanos (vilas, povoados) da Área de Influência;
- Principais áreas produtivas e comunidades afetadas;
- Principais cursos d'água;
- Indicação e limites das Unidades de Conservação na Área de Influência, quando couber;
- Todas as áreas legalmente protegidas (Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais) existentes;
- Indicação de outras interferências consideradas relevantes.

2.4 - Caracterização do empreendimento

2.4.1 - Descrição do porto proposto

- Planta planialtimétrica do empreendimento, em escala compatível com a melhor representação cartográfica;
- Anteprojeto do empreendimento;
- Descrição das estruturas e instalações previstas, com identificação de acessos, retro-área, pátios de manobras e vias de serviço, áreas de apoio e circulação interna;
- Demanda de transportes e tipos de carga e a atual situação do sistema de tráfego marítimo;
    - Quantitativos previstos de carga a ser transportada;
    - Tecnologias de transbordo a serem utilizadas;
    - Descrição e utilização da área retro-portuária projetadas;
    - Porte e regime das operações e embarcações;
    - Descrição do fluxo viário previsto de cargas e pessoas no terminal portuário.
- Descrição de demandas de utilização de canteiro-de-obra, jazidas comerciais, bota-foras, usinas de asfalto para execução das obras, com identificação e localização destes;
- A origem, quantificação e qualificação de mão-de-obra (estimativa) a ser empregada nas diferentes etapas da atividade;
- Explicitar a profundidade do calado para o porto na área acostagem e de manobras;
- Previsão de possíveis dragagens, neste caso apresentando o memorial de cálculo para realização das estimativas de volumes a serem dragados, bem como os dados batimétricos do canal de acesso, da bacia de evolução e possíveis aterros hidráulicos;
- Apresentar informações sobre todas as etapas de implantação do empreendimento, as quais deverão se referir aos aspectos técnicos e à infra-estrutura necessária.

EM BRANCO

Fl. 64
Proc.: 6995/08
Rub.:

- Identificação e caracterização de possíveis áreas e projetos de expansão.
- Identificação e caracterização da área de descarte do material dragado, caso necessário;
- Descrever outras atividades industriais presentes na Área Diretamente Afetada;
- Outras informações técnicas julgadas importantes.

2.4.2 - Efluentes Líquidos

- Caracterizar e estimar os quantitativos de geração de efluentes líquidos gerados na implantação e operação do empreendimento;
- Apresentar os sistemas de controle e tratamento dos efluentes líquidos a serem gerados.

2.4.3 - Resíduos Sólidos

- Identificar as fontes de geração, estimativas quantitativas e seus respectivos resíduos sólidos a serem gerados na implantação e operação do empreendimento;
- Caracterizar os sistemas de controle e os procedimentos adotados associados às fontes identificadas, indicando as formas e locais de disposição final dos resíduos.

2.5 - Inserção Regional

- Análise das inter-relações do empreendimento com os programas em andamento e/ou propostos na área de influência.
- Análise da compatibilização do empreendimento com o Plano de Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ecológico-Econômico, quando existente.
- Análise da compatibilização do empreendimento com os possíveis usos múltiplos do corpo d'água, bem como as diversas formas de utilização da água na área de influência direta.

2.6 - Órgão financiador e valor da atividade

Informar as fontes dos recursos financeiros a serem utilizados e os custos da atividade.

3 - ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E LOCACIONAIS

Apresentar as alternativas tecnológicas e locacionais do empreendimento, considerando as interferências ambientais vinculadas a cada alternativa e para cada meio considerado, tanto físico, como biótico e sócio econômico, indicando, inclusive, a magnitude de cada impacto considerado.

Considerar também a alternativa de não realização do empreendimento.

4. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Definição dos limites da área geográfica a ser direta e indiretamente afetada pelos impactos ambientais do empreendimento, de acordo com a metodologia de trabalho adotada no EIA, a ser descrita sumariamente para cada um dos meios estudados no Diagnóstico Ambiental (sócio-econômico/antrópico, físico e biótico).

Para o atendimento a esse item do EIA, deverão ser considerados parâmetros como bacia hidrográfica e uso/ocupação do solo, bem como de indicadores sociais e de conservação da biodiversidade, ecossistemas predominantes, populações fragmentadas e indicadores mais relevantes para a conservação da biodiversidade encontrada na região (bacias, cobertura vegetal, fragmentos vegetais, entre outras).

Área Diretamente Afetada – ADA - área que sofrerá intervenções diretas em função das atividades de implantação e operação do empreendimento, considerando as alterações físicas, biológicas, socioeconômicas e das particularidades da atividade.

Área de Influência Direta – AID - área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem estudados e das particularidades do empreendimento, considerando-se para o caso deste empreendimento, no tocante aos meios físico e biótico, a área sujeita as intervenções físicas (obras e serviços

EM BRANCO

Fl. 65
Proc.: 6995/08
Rub.:

operacionais). Para os estudos sócioeconômicos, será considerada como AID a extensão territorial do município em que se desenvolve o projeto.

Área de Influência Indireta – AII - é aquela real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e operação do empreendimento, abrangendo os ecossistemas e o sistema sócio-econômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na área de influência direta.

5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

O Diagnóstico Ambiental deverá retratar a qualidade ambiental atual da área de abrangência dos estudos, indicando as características dos diversos fatores que compõem o sistema ambiental, de forma a permitir o pleno entendimento da dinâmica e das interações existentes entre meio físico, meio biótico e meio sócio-econômico.

Para possibilitar uma visão sistemática da Área de Influência, a caracterização dos diversos meios deverá ser apresentada, inicialmente, em separado e, posteriormente, de forma multi e interdisciplinar no item Análise Integrada.

Devem constar as metodologias utilizadas para coletas e determinação dos parâmetros, identificando os Laboratórios que analisaram as amostras.

Para efeito de avaliação de impacto, a conformação final da área dragada e de descarte passará a fazer parte como elemento potencialmente impactante a ser abordado no âmbito dos estudos de impacto ambiental.

O diagnóstico deve apresentar a seguinte seqüência:

5.1 - Meio Físico

5.1.1 - Metodologia aplicada

- Apresentar a metodologia empregada para levantamento dos dados e informações que subsidiaram o detalhamento de cada item relacionado ao Meio Físico, apresentando a forma e andamento dos trabalhos de levantamento de dados primários e/ou secundários.
- Deverá ser apresentado, para cada item subseqüente a ser detalhado, o correspondente mapeamento com as delimitações das Áreas de Influência, com escala e resolução adequadas para melhor visualização.

5.1.2 - Clima e Condições Meteorológicas

- Caracterização climática da região em que se insere o empreendimento, acompanhada do levantamento de dados de temperatura (mínima, média e máxima), regime pluviométrico, umidade relativa do ar e ventos (direção e velocidade).

5.1.3 – Geologia/Pedologia

- Levantamento geológico apresentado para a área de influência direta, englobando as principais unidades estratigráficas e suas feições estruturais; em escala local (área diretamente afetada), identificar as características geotécnicas das unidades aflorantes, identificando o potencial erosivo e os mecanismos condicionantes de movimentos de massa (escorregamentos), especialmente na retroárea portuária;
- Deverá ser apresentado mapa geológico em escala adequada para as principais feições observadas;
- Apresentação dos perfis estratigráficos, identificando os sedimentos a serem dragados, descrevendo suas características granulométricas e geoquímicas, considerando sempre os padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 344/04;
    - Descrição e mapeamento das classes de solo (de acordo com o Sistema de Classificação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA), com

EM BRANCO

Fl. 66
Proc.: 6995/08

indicação de grau de erodibilidade, em escala compatível, para a parte continental da Área de Influência Direta do empreendimento;

- Para a Área Diretamente Afetada, apresentar as características geotécnicas dos solos em que se desenvolveram as obras (fundações, cortes e aterros).
- Caracterizar áreas de empréstimo passíveis de utilização pelo empreendimento, bem como áreas de descarte de materiais.

5.1.4 - Geomorfologia

- Descrição geomorfológica da área de implantação do empreendimento, compreendendo as formas e a dinâmica de relevo, indicando a declividade das vertentes e a presença ou a propensão à erosão e assoreamento na retroárea portuária;
- Caracterização topográfica, com levantamento planialtimétrico da área diretamente afetada em escala adequada;

5.1.5 - Recursos Hídricos

Hidrologia e Hidrogeologia

- Caracterização do sistema hidrográfico da área de influência, com detalhamento da área de influência direta, englobando águas interiores e costeiras;
- Caracterização hidrogeológica da parte continental do empreendimento (retroárea portuária), compreendendo levantamentos do nível (oscilação) e fluxo do lençol freático;

Qualidade da água

- Avaliar a qualidade física e química e microbiológica das águas em pontos de amostragem da Área de Influência Direta, segundo Resolução CONAMA nº 357/2005 e 397/2008, com justificativas para os critérios de escolha dos pontos e parâmetros de amostragem, visando o respectivo controle e monitoramento;
- Identificar as possíveis fontes poluidoras desses recursos hídricos, na Área de Influência Direta, bem como as áreas críticas a serem afetadas por acidente;

5.1.6 - Oceanografia e Hidrodinâmica costeira

- Caracterização da hidrodinâmica costeira seguida de uma descrição dos fatores oceanográficos atuando na região do empreendimento (correntes superficiais, ondas, marés, e demais informações consideradas relevantes;
- Caracterização dos níveis de turbidez na massa de água da área em estudo, em pelo menos três níveis: superfície, meio e fundo;
- Levantamento detalhado dos processos de transporte dos sedimentos ao longo da costa, definindo as regiões potenciais para deposição e erosão costeira;
- Descrição dos possíveis impactos do empreendimento na dinâmica costeira, principalmente no que tange aos processos de transporte de sedimentos, assoreamento e erosão de praias;
- Levantamento batimétrico nas áreas de atividades portuárias, verificando demandas de dragagem, objetivando, entre outros, conhecer a existência de canais e sua continuidade, detectar a presença de bancos arenosos e as zonas de menor profundidade.

5.1.7 – Assoreamento, necessidade de dragagem de aprofundamento e previsão de dragagens de manutenção

- Identificação, mapeamento e caracterização dos locais que apresentam assoreamento na área de influência direta do empreendimento, assim como as possíveis implicações nos processos de circulação costeiros;

EM BRANCO

- Levantamento batimétrico nas áreas de atividades portuárias, verificando demandas de dragagem, objetivando, entre outros, conhecer a existência de canais e sua continuidade, detectar a presença de bancos arenosos e as zonas de menor profundidade.
- Indicar a área de descarte, caracterizando-a, caso necessário.

Fl. 67
Proc.: 6995/08
Rub.:

5.1.8 – Modelagem

- Realizar estudos com modelagem matemática com o objetivo de demonstrar as prováveis interferências da implantação do empreendimento sobre os atuais padrões hidrodinâmicos e sedimentares da sua área de influência, advindas das intervenções das estruturas a ser construídas, aterros e possíveis alterações batimétricas;
- A modelagem matemática deverá ser capaz de simular as variáveis hidrodinâmicas, os fenômenos de dispersão da pluma de turbidez, de transporte e alterações nos padrões do balanço de sedimentos e da qualidade da água na AID do empreendimento;
- Apresentar os métodos construtivos do modelo matemático da hidrodinâmica local, os parâmetros utilizados e a base de dados de entrada para alimentação do modelo, ou seja, os fatores principais para subsidiar a previsão, identificação e avaliação dos impactos;
- Deverão ser apresentados os métodos de previsão dos cenários, com ênfase nos cenários mais críticos previstos;
- Deverão ser verificadas a situação atual e futura da AID do empreendimento, relacionando-as com as interferências advindas da implantação das obras;

5.2 - Meio Biótico

5.2.1 - Metodologia aplicada

- Apresentar a metodologia empregada para levantamento dos dados e informações que subsidiaram o detalhamento de cada item relacionado ao Meio Biótico, apresentando a forma e andamento dos trabalhos de levantamento de dados primários e/ou secundários;
- Deverá ser feita uma descrição dos procedimentos metodológicos utilizados com justificativa, caracterizando as estações de coleta e a similaridade entre os pontos, mapeando a sua localização, justificando a escolha dos pontos e a análise de cada parâmetro;
- Deverá ser apresentado, para cada item subseqüente a ser detalhado, o correspondente mapeamento com as delimitações das áreas de influência, com escala e resolução adequadas para melhor visualização;
- Levantamentos primários devem ser as fontes principais das informações, devendo-se descrever a metodologia cientifica aplicada;

5.2.2 - Biota Terrestre

5.2.2.1 - Flora

- Caracterizar e elaborar mapas da vegetação das Áreas de Influência Direta, utilizando-se da interpretação de imagens de satélite ou, ainda, de estudos eventualmente existentes, de forma a classificar as formações nativas apresentado seu estágio de sucessão;
- Fazer um levantamento florístico contendo a classificação taxonômica, nome vulgar e científico, e caracterização fitofisionômica de todos os compartimentos existentes na Área de Influência Direta. Destaque deve ser dado a espécies endêmicas, raras, ameaçadas de extinção, bioindicadoras, de interesse medicinal e econômico;
- Apresentar quadro das Áreas de Preservação Permanente – APP na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento (manguezal), contemplando a tipologia da cobertura vegetal, a área (m^2) de intervenção e o tipo de estrutura a ser instalada. Essas áreas deverão ser indicadas em mapeamento, devidamente georreferenciado.

EM BRANCO

Fl. 68
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

- **5.2.2.2 - Fauna**

O Art. 4º da Instrução Normativa nº 146/2007, determina a apresentação de Plano de Trabalho de Fauna, para obtenção da autorização de captura, coleta e transporte de fauna para realização do levantamento faunístico. Conforme consta na Informação nº 27/2009- COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA, o empreendedor informou que já obteve a referida autorização para os trabalhos, sendo assim, esta deverá ser apresentada ao IBAMA para emissão do Termo de Referência Definitivo.

A apresentação dos resultados do levantamento de fauna no EIA/RIMA deverá seguir ao preconizado no Art. 5º da citada Instrução Normativa.

- Caracterização da fauna na Área de Influência Direta do empreendimento, seus "habitats", sua distribuição geográfica e diversidade, descrevendo o estado de conservação da fauna local e a integridade dos processos ecológicos;
- Levantamento de riqueza e abundância de espécies da fauna da área diretamente afetada, ressaltando-se as espécies raras, endêmicas, ameaçadas de extinção, caçadas pela população local, migratórias e aquelas protegidas por legislação federal, estadual e municipal. Deverão ser caracterizados os seguintes grupos: herpetofauna, ictiofauna, avifauna e mastofauna;
- Apresentar, para cada grupo taxonômico amostrado, a curva de esforço amostral estabilizada, bem como as metodologias adotadas para coleta e análise dos dados, com justificativas;
- As listas de espécies deverão ser apresentadas contendo os nomes científicos e populares, as referências e/ou especialistas reportados na identificação dos espécimes;
- Identificar possíveis corredores ecológicos interceptados pelo empreendimento;
- Identificar as principais ameaças à conservação das espécies de interesse preservacionista na região.

5.2.3 - Biota aquática

- Caracterização da biota aquática (organismos planctônicos e bentônicos) na Área de Influência do empreendimento, seus "habitats", sua distribuição geográfica e diversidade, descrevendo o estado de conservação e a integridade dos processos ecológicos;
- Caracterização da ictiofauna da área de estudo, com lista de espécies e composição quantitativa da comunidade como um todo, considerando a representatividade dos diferentes grupos;
- Levantamento de riqueza e abundância de espécies da biota aquática da área de influência, ressaltando-se as espécies raras, endêmicas, migratórias, ameaçadas de extinção e aquelas protegidas por legislação federal, estadual e municipal;
- As listas de espécies deverão ser apresentadas contendo os nomes científicos e populares, as referências e/ou especialistas reportados na identificação dos espécimes;
- Descrever o estado de conservação das comunidades aquáticas na área de influência do empreendimento, relacionando-as aos aspectos de interferência da qualidade da água e assoreamento, assim como ao uso do solo e dos recursos hídricos;
- Identificação dos cetáceos e quelônios que ocorrem na área da atividade, considerando potenciais ameaças à conservação destas espécies na região;
- Avaliação da composição dos organismos utilizados como recursos pesqueiros, incluindo estatísticas pesqueiras disponíveis sobre a região e consulta aos pescadores sobre a ocorrência das espécies ao longo do ano, bem como a dinâmica e métodos das pescarias.

5.2.4 - Bioindicadores

EM BRANCO

- Após o diagnóstico da biota, deverão ser propostos, com as devidas justificativas técnicas, os bioindicadores, ou seja, as espécies, ou grupos de espécies que poderão ser utilizados como indicadores de alterações da qualidade ambiental em programas de monitoramento, na fase de operação.

5.2.5 - Unidades de Conservação

- Identificar e mapear possíveis Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais existentes na área de influência do empreendimento, no raio de até 10 km, destacando as áreas prioritárias para conservação.

Fl. 70
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

5.3 - Meio Sócio-Econômico

O estudo do Meio Sócio-Econômico deverá ser constituído da análise dos aspectos sociais e econômicos afetados e passíveis de sofrer interferências da operação do empreendimento.

5.3.1 - Metodologia aplicada

- Apresentar a Metodologia empregada para levantamento dos dados e informações que subsidiaram o detalhamento de cada item relacionado ao Meio Sócio-econômico, apresentando a forma e andamento dos trabalhos de levantamento de dados primários e/ou secundários;
- Deverá ser apresentado o correspondente mapeamento com as delimitações das áreas de influência, com escala e resolução adequadas para melhor visualização.

5.3.2 - População

- Apresentar, para a Área de Influência Direta: demografia, nível de renda, distribuição e mapeamento da população; localização das aglomerações urbanas e rurais; áreas de expansão urbana; zoneamentos existentes, etc;
- Caracterizar as condições gerais de infra-estrutura de serviços públicos na área de influência direta, bem como descrever as demandas em relação à serviços de transporte, de energia elétrica, comunicação, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição de lixo;
- Identificar e caracterizar as possíveis populações tradicionais na área interferente ao empreendimento, principalmente pescadores artesanais, coletores/catadores de moluscos e crustáceos, ou comunidades e grupo de pessoas que dependam diretamente ou indiretamente das áreas marinhas e estuarinas do entorno para sua subsistência;
- Verificação da ocorrência de comunidades quilombolas ou indígenas na área interferente ao empreendimento, com caracterização, quando couber;
- Expectativas da população do entorno em relação ao empreendimento.

5.3.3 - Atividades Produtivas

- Mapeamento e caracterização das áreas e rotas utilizadas para navegação na Área de Influência Direta;
- Identificação e caracterização da atividade pesqueira na Área de Influência Direta, destacando a pesca artesanal, descrevendo as interferências da operação portuária nas áreas preferenciais de pesca;
- Mapeamento e caracterização das áreas preferenciais utilizadas para a pesca artesanal e esportiva, relacionando à presença de pescadores na área de influência;
- Deverão ser considerados os eventuais conflitos do projeto com o uso atual do ambiente a ser afetado, abrangendo os seguintes aspectos e suas relações: navegação que não àquela gerada pelo empreendimento, atividade pesqueira, uso turístico, atividades de lazer e outros possíveis usos na área de influência direta.

5.3.4 - Uso e Ocupação do Solo e entorno

EM BRANCO

Fl. 71
Proc.: 6995/08
Rub.:

- Caracterização e mapeamento do uso e ocupação do solo na área de influência do empreendimento;
- Levantamento da compatibilização do empreendimento com o zoneamento de uso e ocupação do solo do município, identificando a existência de possíveis conflitos;
- Caracterização das áreas urbanas do entorno do empreendimento, com mapeamento das vias de acesso ao empreendimento (parte terrestre) e aglomerados populacionais;
- Caracterização do entorno do projeto, com enfoque nas atividades industriais ou outras (saneamento) com lançamento de efluentes, e com potenciais interferências na qualidade da água;

5.3.5 - Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico.

- Histórico da ocupação territorial da região afetada pelo empreendimento, caracterizando o contexto, etno-histórico e arqueológico regional;
- Identificação do patrimônio arqueológico que contemple: a contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo, visando subsidiar Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico, de acordo com as exigências do IPHAN, conforme legislação vigente (Portaria IPHAN nº 230/2002);

6. ANÁLISE INTEGRADA

Este tópico deverá contemplar as relações e interações existentes entre os meios físico, biótico e antrópico levantados, considerando-se as interferências da operação do empreendimento.

Para tanto, deverão ser analisadas as condições ambientais e suas tendências evolutivas, de forma a elucidar a dinâmica ambiental da região, contemplando, inclusive, futuras projetos de expansão.

Descrever as inter-relações dos componentes abióticos, bióticos e antrópicos, com o objetivo de embasar a identificação e avaliação dos impactos decorrentes do empreendimento, bem como o entendimento de possíveis alterações na qualidade ambiental da região.

7. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Deverão ser analisados os impactos do empreendimento sobre o meio ambiente, de forma integrada, considerando a operação do empreendimento. Essa avaliação preliminar, abrangendo os impactos benéficos e desfavoráveis do empreendimento, levará em conta o fator tempo, determinando, na medida do possível, uma projeção dos impactos imediatos, a médio e longo prazos: temporários, permanentes e cíclicos, reversíveis e irreversíveis; locais, regionais e estratégicos.

Deverão ser consideradas, na elaboração desse prognóstico, as condições emergentes advindas da operação do empreendimento, conduzindo à proposição de medidas destinadas ao equacionamento dos impactos ambientais.

Na apresentação dos resultados, constarão:

- metodologia de identificação dos impactos, a técnica de previsão de suas magnitudes e os critérios adotados para a interpretação e análise de suas alterações;
- descrição detalhada dos impactos sobre cada fator ambiental relevante, considerado no diagnóstico ambiental, com valoração, magnitude e importância dos impactos;
- descrição detalhada dos impactos sobre cada fator ambiental relevante, considerado no diagnóstico ambiental;
- síntese conclusiva dos impactos relevantes que poderão ocorrer nas fases de implantação e operação, acompanhada de suas interações.

EM BRANCO

Ao final deste item, deverá ser apresentado um resumo na forma de planilha contendo o levantamento de impactos relacionados às atividades do empreendimento. Esta planilha deverá conter as condições de ocorrência dos impactos, suas magnitudes, grau de importância e as medidas necessárias para o seu controle.

8. MEDIDAS MITIGADORAS, COMPENSATÓRIAS E PROGRAMAS DE CONTROLE E DE MONITORAMENTO

8.1 Medidas Compensatórias e Mitigadoras

Com base na avaliação dos possíveis impactos ambientais do empreendimento, propor medidas que venham a minimizá-los, maximizá-los, compensá-los ou eliminá-los.

8.2 - Programas de Controle e Monitoramento

Deverão ser propostos programas integrados para o monitoramento ambiental na área de influência direta, visando acompanhar a evolução da qualidade ambiental e permitir a adoção de medidas complementares de controle.

Fl. 72
Proc.: 6995/08
Rub.:

Os programas ambientais de controle deverão considerar:

- o componente ambiental afetado;
- a fase do empreendimento em que deverão ser implementadas;
- o caráter preventivo ou corretivo e sua eficácia;
- o agente executor, com definição de responsabilidades;
- o cronograma de execução das medidas segundo a duração do impacto.

Os programas de monitoramento e acompanhamento dos impactos deverão indicar e justificar:

- parâmetros selecionados para a avaliação dos impactos sobre cada um dos fatores ambientais considerados;
- rede de amostragens, incluindo seu dimensionamento e distribuição espacial;
- métodos de coleta e análise das amostras;
- periodicidade das amostragens para cada parâmetro, segundo diversos fatores ambientais.

Além dos programas considerados básicos, torna-se obrigatória a proposição de outros programas ambientais, decorrentes dos cenários do prognóstico ambiental e dos resultados da avaliação de impactos ambientais.

Alguns dos principais programas a serem desenvolvidos, sem esgotar a série de programas que poderão ser propostos, são:

- Programa de Gestão Ambiental do empreendimento, estabelecendo uma estrutura administrativa de coordenação e implementação das ações e procedimentos, apresentando seu organograma, com definição de hierarquia e atribuições;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, conforme Resolução CONAMA nº 357/05 e 397/08;
- Programa de Monitoramento da Biota Aquática – bioindicadores e ecotoxicologia;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, em conformidade com os critérios definidos no § 5o do Art. 5o da Lei No 9.966/2000, a Resolução CONAMA nº 05/93 e a Resolução ANVISA RDC nº 342, de 13 de dezembro de 2002;
- Proposta do Manual de Procedimentos Internos para Gerenciamento dos Riscos de Poluição oriundas das atividades de movimentação e armazenamento de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, em conformidade com a Lei nº 9.966/2000;

EM BRANCO

Fl. 73
Proc.: 6995/08
Rub.

- Programa de Verificação do Gerenciamento da Água de Lastro dos Navios, contendo no mínimo:

  - Requerimento aos representantes dos navios dos formulários constantes da NORMAM-20/DPC para o Gerenciamento da Água de Lastro de Navios;

  - Verificação da adoção das medidas necessárias para controle e prevenção da introdução de espécies exóticas e alóctones, constantes da NORMAM-20/DPC.

  - Elaboração de registro por navio com informações sobre: Tipo e Origem do Navio; a Origem da Água de Lastro, Data e Local da Troca, e data e local da Descarga da Água de Lastro;

  - Proposta de Comunicação Social da tripulação das embarcações que utilizam o Porto, especificamente em relação aos problemas decorrentes da gestão da água de lastro e suas formas de prevenção, incluindo aspectos da legislação nacional e internacional que tratam do tema.

  - Relatório do Programa, em periodicidade semestral.

- Programa de Auditoria Ambiental, de acordo com o escopo, metodologias e procedimentos sistemáticos e documentados constantes da Resolução CONAMA 306/2002;
- Programa de Gerenciamento de Efluentes, destacando a obrigatoriedade disposta no artigo 15 do Decreto Federal nº 5300/04;
- Programa de Gerenciamento de Riscos;
- Plano de Emergência Individual, atendendo aos critérios e procedimentos mínimos descritos na Resolução CONAMA nº 398/2008;
- Programa de Mitigação das Interferências no Sistema Viário;
- Programa de Educação Ambiental;

9. CONCLUSÕES

Deverão ser apresentadas as conclusões sobre os resultados do Estudo Ambiental - EIA, enfocando os seguintes pontos:

- Prováveis modificações ambientais na área de influência, sobre os meios físico, biótico e sócio-econômico decorrentes do empreendimento, considerando a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas.
- Benefícios sociais, econômicos e ambientais decorrentes do empreendimento.
- Avaliação do prognóstico realizado quanto à viabilidade ambiental do projeto.

10. BIBLIOGRAFIA

Deverá constar a bibliografia consultada para a realização dos estudos, devendo ser especificada por área de abrangência do conhecimento, seguindo as normas da ABNT.

11. GLOSSÁRIO

Deverá constar uma listagem dos termos técnicos utilizados no estudo.

RELATORIO DE IMPACTO AMBIENTAL- RIMA

O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, apresentado em volume separado, deverá conter as informações técnicas geradas em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento e acessível ao público em geral.

EM BRANCO

Fl. 74
Proc.: 6995/08
Rub.

Este relatório deverá ser ilustrado por mapas, quadros, gráficos, tabelas e demais técnicas de informação e comunicação visual auto-explicativas, de modo que a população em geral possa entender claramente as conseqüências ambientais do projeto e suas alternativas, comparando as vantagens de cada uma delas.

O RIMA deverá ser elaborado de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 001/86, contemplando necessariamente os tópicos constantes do Art. 9º.

Para tanto, o Relatório de Impacto Ambiental refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental e conterá, no mínimo:

- Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

- A descrição das atividades, especificando a área de influência, mão-de-obra, os processos e técnicas operacionais, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

- A síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;

- A descrição dos prováveis impactos ambientais da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

- A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

- A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

- Os programas ambientais de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

- Avaliação da região com e sem o empreendimento, comparando benefícios e impactos negativos que trará para a região.

EM BRANCO

Fl. 75
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1347, Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

Ofício nº 317 /2009 –DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de março de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor
Ricardo Lobo de Macedo
Terminal de Granéis de Santa Catarina- TGSC
Rua Rafael Pardinho, 60- Centro
89.240-000– São Francisco do Sul/SC
Tel: (47) 3444-4555

Assunto: **Encaminhamento de Minuta de Termo de Referência-TR.**

Prezado Senhor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental do Terminal de Granéis de Santa Catarina e Fertimport encaminho a Minuta de Termo de Referência (em anexo) do empreendimento em epígrafe.

2. Informo que embora o EIA/RIMA já tenha sido protocolado neste Instituto, não houve a manifestação final do IBAMA, nem de outros órgãos interessados a respeito do Termo de Referência. Dessa forma, será encaminhada a minuta do TR para os órgãos interessados, que de acordo com a IN nº 184/2008 têm prazo de 15 dias para encaminhar posicionamento acerca do mesmo. Somente após este prazo será emitido o TR definitivo quando será feito o *check list* do estudo apresentado pelo empreendedor, com vistas a verificar o atendimento de todos os itens do TR.

Atenciosamente,

Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental

EM BRANCO

Fl. 76
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis

Memo nº 196 /2009–DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de março de 2009.

Ao Coordenador do NLA/SUPES/IBAMA/SC

ASSUNTO: **Encaminhamento de Minuta do Termo de Referência.**

1. Encaminho, em anexo, para apreciação e encaminhamento de sugestões, a minuta do Termo de Referência- TR que norteará a elaboração do EIA/RIMA do Terminal de Granéis de Santa Catarina- TGSC e Fertimport.
2. Ressalto que de acordo com a IN 184/2008, os órgãos intervenientes têm prazo de 15 dias para encaminhar posicionamento acerca do TR.
3. No aguardo da posição desse núcleo, me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental

G:\dilic\cotra_09\costeira\sc\TGSC-Fertimport\M_SUPES_Minuta TR.doc FALP/ MGP COM ANEXO

EM BRANCO

Fl. 77
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1293, Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

Ofício nº 315 /2009–DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de março de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor
Luiz Fernando Rodrigues
Chefe de Centro Especializado
Centro de Pesquisas e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul – CEPSUL
Av. Ministro Victor Konder, 374- Centro
88.301-700 – Itajaí- SC
Fax.: (47) 3348-6058 Ramal: 206

Assunto: **Encaminhamento de Minuta de Termo de Referência.**

Prezado Senhor,

1. Encaminho, em anexo, para apreciação e encaminhamento de sugestões, a minuta do Termo de Referência- TR que norteará a elaboração do EIA/RIMA do Terminal de Granéis de Santa Catarina- TGSC e Fertimport.
2. Ressalto que de acordo com a IN 184/2008, os órgãos intervenientes têm prazo de 15 dias para encaminhar posicionamento acerca do TR.
3. No aguardo da posição desse órgão, me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental

EM BRANCO

Fl. 78
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1293, Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

Ofício nº 314 /2009–DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de março de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor,
Luiz Antônio Garcia Corrêa
Diretor de Licenciamento Ambiental
Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA
Rua Felipe Schmidt, 485, Centro
88.010-001 – Florianópolis – SC
Fone (48) 3216-1700
FAX: (48) 3216-1797

Assunto: **Encaminhamento de Minuta do Termo de Referência.**

Senhor Diretor,

1. Encaminho, em anexo, para apreciação e encaminhamento de sugestões, a minuta do Termo de Referência- TR que norteará a elaboração do EIA/RIMA do Terminal de Granéis de Santa Catarina- TGSC e Fertimport.
2. Ressalto que de acordo com a IN 184/2008, os órgãos intervenientes têm prazo de 15 dias para encaminhar posicionamento acerca do TR.
3. No aguardo da posição desse órgão, me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental

G:\dilic\cotra_09\costeira\sc\TGSC-Fertimport\O_FATMA_Minuta TR.doc FALP/MGP COM ANEXO

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1293, Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

Fl. 79
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Ofício nº 316 /2009–DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de março de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor,
Rômulo José Fernandes Barreto Mello
Presidente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio
EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste
70.670 – 350 - Brasília - DF
Tel: (61) 3341 – 9101

C/C: Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável
Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas

Assunto: **Encaminhamento de Minuta do Termo de Referência.**

Senhor Diretor,

1. Encaminho, em anexo, para apreciação e encaminhamento de sugestões, a minuta do Termo de Referência- TR que norteará a elaboração do EIA/RIMA do Terminal de Granéis de Santa Catarina- TGSC e Fertimport.
2. Ressalto que de acordo com a IN 184/2008, os órgãos intervenientes têm prazo de 15 dias para encaminhar posicionamento acerca do TR.
3. No aguardo da posição desse órgão, me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental

EM BRANCO

URGENTE

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - DIBIO
EQSW 103/104 Centro Administrativo Setor Sudoeste - Bloco D - 1º andar - CEP 70670-350 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3341-9053 - Fax: (61) 3341-9068 - E-mail: fernando.dalava@icmbio.gov.br

ICMBio/CDOC
0012958

Ofício nº 92 /2009/DIBIO/ICMBio

Brasília, 17 de abril de 2009.

Fl. 80
Proc.: 6995/08
Rub.: MMP

A Sua Senhoria o Senhor
SEBASTIÃO CUSTÓDIO PIRES
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SCEN, Trecho 2, Bloco C
70818-900 – Brasília/DF
Fax: 3225-0564

Assunto: Encaminhamento de minuta de Termo de Referência; responde.

Senhor Diretor,

1. Em resposta ao Ofício n° 316/2009-DILIC/IBAMA, que encaminhou à DIBIO o Termo de Referência (TR) que norteará a elaboração do EIA/RIMA do Terminal de Granéis de Santa Catarina-TGSC e Fertimport, para apreciação e encaminhamento de sugestões, enviamos, em anexo, nossas considerações sobre o mesmo.

2. Esclarecimentos adicionais, bem como a obtenção do arquivo digital com as contribuições ao TR, podem ser obtidos com o Técnico Leonardo Vianna Mohr, da Coordenação de Autorização para o Licenciamento Ambiental/DIBIO, pelo telefone 3341-9315 ou e-mail leonardo.mohr@icmbio.gov.br.

3. Certos de sua atenção, enviamos votos da mais alta consideração.

Atenciosamente,

Fernando Dal' Ava
Diretor Substituto

À CGTMO / COTRA

Para as providên
cias que julgar
necessárias.

Rio, 17/4/09

Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental
DILIC /IBAMA

À

COTRA.

Rio, 23/04/09

Aos

Dr. Leandro

Dr. Fernando

Dra Elisabeth

Dra Flávia

Dra Juliana

para ciência e demais
providências.

Att. Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA

24/04/2009

Fl. 81
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATORIO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA O TERMINAL DE GRANÉIS SANTA CATARINA- TGSC E FERTIMPORT

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2009

EM BRANCO

Fl. 82
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Estudo a ser elaborado: EIA/RIMA

Empreendimento: Terminal Portuário

Empreendedor: TGSC- Terminal de Granéis Santa Catarina

INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência - TR tem como objetivo determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios para a elaboração do EIA/RIMA, instrumento que subsidiará a avaliação da viabilidade ambiental para a implantação do Terminal Portuário.

Inicialmente, deverão ser apresentadas duas cópias do EIA/RIMA, uma em formato impresso e outra em formato digital, para análise preliminar e verificação do atendimento dos itens constantes deste Termo de Referência (*check list*). A cópia impressa deverá ser rubricada em todas as páginas pelos integrantes da equipe técnica responsável pelos estudos e elaboração dos documentos.

Posteriormente a esta análise preliminar, caso se revele adequado o estudo, será definido por este Instituto o número de cópias necessárias do EIA/RIMA para disponibilização aos Municípios e demais órgãos interessados.

PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA procederá ao licenciamento ambiental do empreendimento, de acordo com o Art. 10, § 4º da Lei nº 6.938/81 e o Decreto nº 99.274, de 06.06.90, no seu Art. 19, § 5º, ouvindo o Órgão Estadual de Meio Ambiente, e os preceitos do Art. 4º, § 1º da Resolução CONAMA Nº 237/97, dentre outras normas legais aplicáveis, obrigatoriamente agregadas ao processo de licenciamento ambiental.

A expedição deste Termo de Referência não exime o IBAMA de solicitar, a qualquer momento da análise do EIA/RIMA, complementações que se fizerem necessárias para melhor entendimento do projeto e de suas conseqüências.

Deverá ser considerado, ainda, a Resolução CONAMA Nº 237/97 em seu Art. 10º, § 1º "no procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, as certidões das Prefeituras Municipais, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo".

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL

O EIA/RIMA deverá atender as seguintes regulamentações:

- Resoluções nº 001/86, 006/86, 009/87, 005/93, 009/93, 237/97, 293/01, 303/02, 306/02, 344/04, 357/05 e 371/06 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, dentre outras;
- Lei 9985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC e Decreto de regulamentação nº 4340/2002;
- Lei 9966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências;
- Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências;
- Lei nº 4.771/65 e alterações, que institui o Código Florestal, estabelecendo as florestas e demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente;
- Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências;
- Portaria IPHAN nº 230/2002, para subsídio das ações de Prospecção e Resgate Arqueológico;
- Planos e programas governamentais propostos e em implantação na área de influência do empreendimento, considerando-se as respectivas compatibilidades;

EM BRANCO

- Outros dispositivos legais em vigor em níveis Federal, Estadual e Municipal, referentes à utilização, proteção e conservação dos recursos ambientais, bem como o uso e a ocupação do solo.

Fl. 83
Proc.: 6995/08
Rub.:

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA

É um documento de natureza técnica, que tem como finalidade avaliar os impactos ambientais gerados por atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. Deverá propor medidas mitigadoras, caso a atividade seja licenciada, e de controle ambiental, garantindo assim o uso sustentável dos recursos naturais. Este estudo se desenvolverá considerando as seguintes abordagens técnicas:

Comentário: Inserção Cláudia Campos DIBIO/ICMBio

Abordagem Metodológica

Os estudos ambientais deverão ser elaborados antes do início da atividade, através de análises integradas, multi e interdisciplinarmente, a partir de levantamentos primários e secundários.

Os levantamentos de dados e informações deverão ser realizados, tendo como base fontes primárias. Estas informações poderão ser complementadas com o uso de fontes secundárias (referências bibliográficas, documentais, cartográficas, estatísticas, imagens de satélite) obtidas junto a órgãos públicos e agências governamentais especializadas, universidades e instituições de pesquisa.

As metodologias adotadas deverão estar de acordo com as normas específicas e com práticas científicas consagradas, explicitadas e justificadas nos capítulos correspondentes.

O prognóstico ambiental deverá ser elaborado considerando as alternativas de execução e de não execução da atividade. Este prognóstico deverá considerar, também, a proposição e a existência de outras atividades e empreendimentos no entorno do projeto proposto.

Os programas de controle ambiental apresentados deverão ser capazes de minimizar e compensar as conseqüências negativas da atividade, caso esta seja licenciada, e potencializar os reflexos positivos. Os planos de monitoramento e de controle da poluição deverão receber um enfoque especial.

Comentário: Inserção Cláudia Campos DIBIO/ICMBio

Apresentação do EIA/RIMA

O estudo deve ser bem ilustrado com figuras, mapas e fotos explicativas e elucidativas de modo a facilitar seu entendimento. Todos os mapas desse estudo deverão estar apresentados numa escala compatível com as dimensões das áreas de influência direta e indireta da atividade, devendo ser justificada a sua escolha.

Deverão ser utilizados dados de sensoriamento remoto (imagens de satélite ou aerofotografias), assim como mapas temáticos de informações ambientais da região (mapa de cobertura vegetal, solos, geologia, geomorfologia e pedologia), em escala adequada. Técnicas de geoprocessamento deverão ser empregadas na avaliação integrada das informações temáticas ambientais.

O Estudo de Impacto Ambiental deverá ser apresentado em conformidade com os itens listados, incluindo sua estrutura organizacional, e atendendo todas as exigências abordadas.

Este estudo desenvolver-se-á conforme os tópicos listados a seguir, exceto em caso de inserção de itens complementares.

Caso exista algum tipo de impedimento, limitação ou discordância para o atendimento de qualquer dos itens propostos, sua omissão ou insuficiência deve ser justificada com argumentação objetiva, porém bem fundamentada.

Todos os dados com informações espaciais levantados durante a fase de diagnóstico deverão ser apresentados em mapas georreferenciados de acordo com os critérios a seguir:

► Textos

EM BRANCO

Fl. 84
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Deverá ser entregue ao menos uma via do EIA estudo em meio digital (CD), em formato PDF e/ou documento de texto, preferentemente em arquivo único, devendo ser evitada a subdivisão do estudo em excessivos arquivos.

► Dados

Os dados gerados e/ou utilizados pelos estudos devem ser apresentados em formato digital (CD) em forma de tabelas completas, nas quais os resultados físico-químicos, listas de fauna e flora e dados sócio-econômicos, entre outros, devem constar com seus respectivos pontos ou vértices das áreas geográficas amostradas.

As localizações geográficas dos pontos ou das áreas devem ser apresentadas no formato de coordenadas planas ou geográficas e os dados físico-químicos devem ser apresentados em conformidade com as Resoluções CONAMA n° 344/04 e 357/05.

► Mapas

— Todos os mapas desse estudo deverão estar georreferenciados no formato de coordenadas planas ou geográficas e apresentados em escala compatível com as dimensões das áreas de influência direta e indireta da atividade, devendo ser claramente indicada e justificada a sua escolha.

— Deverão ser seguidos padrões e normas técnicas em cartografia adotadas, propostas e referendadas pelo CONCAR – Conselho Nacional de Cartografia.

— O referenciamento geodésico deverá ser efetuado tomando como referência padrão segundo definição do IBGE – referência quanto a Datum Vertical e horizontal e demais padrões cartográficos. Deve-se especificar claramente qual sistema de projeção foi utilizado.

— Os atributos relacionados a cada elemento gráfico que não puderem ser identificados através de níveis de informação, deverão ser armazenados em bancos de dados, planilhas ou formatos compatíveis.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EMPRESA CONSULTORA

1.1 - Identificação do empreendedor

- ✓ Nome ou razão social;
- ✓ Número do CNPJ;
- ✓ Endereço completo;
- ✓ Telefone e fax;
- ✓ Representantes legais (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);
- ✓ Pessoa de contato (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Ambientais junto ao IBAMA;
- ✓ Registros no Cadastro Técnico Federal (IBAMA);

1.2 - Identificação da empresa consultora

- ✓ Nome ou razão social;
- ✓ Número do CNPJ;
- ✓ Endereço completo;
- ✓ Telefone e fax;
- ✓ Representantes legais (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);
- ✓ Pessoa de contato (nome, CPF, endereço, fone, fax e e-mail);
- ✓ Registro no Cadastro Técnico Federal (IBAMA);

1.3 - Dados da equipe técnica multidisciplinar

Identificação dos profissionais responsáveis pela elaboração do EA:

- ✓ Nome;
- ✓ Área profissional;
- ✓ Número do registro no respectivo Conselho de Classe, quando couber;
- ✓ Número do Cadastro Técnico Federal (IBAMA);

EM BRANCO

✓ Assinatura da equipe em uma das páginas do EIA, constando nome, área profissional e registro no conselho de classe ou rubrica dos mesmos em todas as páginas de uma cópia do EIA apresentado.

Fl. 85
Proc.: 6995/08
Rub.: MAP

2. DADOS DO EMPREENDIMENTO

2.1 - Histórico do Empreendimento

Neste tópico, deverá ser feito um breve relato do empreendimento desde a concepção inicial até a situação atual, abordando as modificações realizadas, licenças e autorizações concedidas por este e outros órgãos.

2.2 - Objetivos e Justificativas do Empreendimento

Apresentar os objetivos e justificativas para o empreendimento, abordando os aspectos técnicos, ambientais, econômicos, sociais e políticos-governamentais.

2.3 - Localização Geográfica

Apresentar carta-imagem ou foto-carta, em escala e resolução adequadas, devidamente georreferenciada, indicando o empreendimento e os seguintes itens:

- Malha viária existente;
- Principais núcleos urbanos (vilas, povoados) da Área de Influência;
- Principais áreas produtivas e comunidades afetadas;
- Principais cursos d'água;
- Indicação e limites das Unidades de Conservação na Área de Influência, quando couber;
- Todas as áreas legalmente protegidas (Áreas de Preservação Permanente e ~~Reservas Legais~~) existentes;
- Indicação de outras interferências consideradas relevantes.

2.4 - Caracterização do empreendimento

2.4.1 - Descrição do porto proposto

- Planta planialtimétrica do empreendimento, em escala compatível com a melhor representação cartográfica;
- Anteprojeto do empreendimento;
- Descrição das estruturas e instalações previstas, com identificação de acessos, retro-área, pátios de manobras e vias de serviço, áreas de apoio e circulação interna;
- Demanda de transportes e tipos de carga e a atual situação do sistema de tráfego marítimo;
    - Quantitativos previstos de carga a ser transportada;
    - Tecnologias de transbordo a serem utilizadas;
    - Descrição e utilização da área retro-portuária projetadas;
    - Porte e regime das operações e embarcações;
    - Descrição do fluxo viário previsto de cargas e pessoas no terminal portuário.
- Descrição de demandas de utilização de canteiro-de-obra, jazidas comerciais, bota-foras, usinas de asfalto para execução das obras, com identificação e localização destes;
- A origem, quantificação e qualificação de mão-de-obra (estimativa) a ser empregada nas diferentes etapas da atividade;
- Explicitar a profundidade do calado para o porto na área acostagem e de manobras;
- Previsão de possíveis dragagens, neste caso apresentando o memorial de cálculo para realização das estimativas de volumes a serem dragados, bem como os dados batimétricos do canal de acesso, da bacia de evolução e possíveis aterros hidráulicos;
- Apresentar informações sobre todas as etapas de implantação do empreendimento, as quais deverão se referir aos aspectos técnicos e à infra-estrutura necessária.

EM BRANCO

Fl. 86
Proc.: 6995/08
Rub.: MAR

- Identificação e caracterização de possíveis áreas e projetos de expansão.
- Identificação e caracterização da área de descarte do material dragado, caso necessário;
- Descrever outras atividades industriais presentes na Área Diretamente Afetada;
- Outras informações técnicas julgadas importantes.

2.4.2 - Efluentes Líquidos

- Caracterizar e estimar os quantitativos de geração de efluentes líquidos gerados na implantação e operação do empreendimento;
- Apresentar os sistemas de controle e tratamento dos efluentes líquidos a serem gerados.

2.4.3 - Resíduos Sólidos

- Identificar as fontes de geração, estimativas quantitativas e seus respectivos resíduos sólidos a serem gerados na implantação e operação do empreendimento;
- Caracterizar os sistemas de controle e os procedimentos adotados associados às fontes identificadas, indicando as formas e locais de disposição final dos resíduos.

2.5 - Inserção Regional

- Análise das inter-relações do empreendimento com os programas em andamento e/ou propostos na área de influência.
- Análise da compatibilização do empreendimento com o Plano de Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ecológico-Econômico, quando existente.
- Análise da compatibilização do empreendimento com os possíveis usos múltiplos do corpo d'água, bem como as diversas formas de utilização da água na área de influência direta.

2.6 - Órgão financiador e valor da atividade

Informar as fontes dos recursos financeiros a serem utilizados e os custos da atividade.

3 - ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E LOCACIONAIS

Apresentar as alternativas tecnológicas e locacionais do empreendimento, considerando as interferências ambientais vinculadas a cada alternativa e para cada meio considerado, tanto físico, como biótico e sócio econômico, indicando, inclusive, a magnitude de cada impacto considerado. Considerar a existência de áreas portuárias já consolidadas nessa análise. Considerar também a alternativa de não realização do empreendimento.

Comentário: Inserção Eduardo Godoy DIREP/ICMBio

4. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Definição dos limites da área geográfica a ser direta e indiretamente afetada pelos impactos ambientais do empreendimento, de acordo com a metodologia de trabalho adotada no EIA, a ser descrita sumariamente para cada um dos meios estudados no Diagnóstico Ambiental (sócio-econômico/antrópico, físico e biótico).

Para o atendimento a esse item do EIA, deverão ser considerados parâmetros como bacia hidrográfica e uso/ocupação do solo, bem como de indicadores sociais e de conservação da biodiversidade, ecossistemas predominantes, populações fragmentadas e indicadores mais relevantes para a conservação da biodiversidade encontrada na região (bacias, cobertura vegetal, fragmentos vegetais, entre outras).

Área Diretamente Afetada – ADA - área que sofrerá intervenções diretas em função das atividades de implantação e operação do empreendimento, considerando as alterações físicas, biológicas, socioeconômicas e das particularidades da atividade.

Área de Influência Direta – AID - área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem estudados e das particularidades do empreendimento, considerando-se para o caso deste empreendimento, no

EM BRANCO

Fl. 87
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

tocante aos meios físico e biótico, a área sujeita as intervenções físicas (obras e serviços operacionais). NÃO SERIA INTERESSANTE INCLUIR NA AID TODA A ÁREA ONDE A PLUMA DE TURBIDEZ PROVENIENTE DA DRAGAGEM ALCANÇAR, INCLUINDO O BOTA FORA? Para os estudos sócioeconômicos, será considerada como AID a extensão territorial do município em que se desenvolve o projeto.

Comentário: Inserção Eduardo Godoy DIREP/ICMBio

Área de Influência Indireta – AII - é aquela real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos da implantação e operação do empreendimento, abrangendo os ecossistemas e o sistema sócio-econômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na área de influência direta.

5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

O Diagnóstico Ambiental deverá retratar a qualidade ambiental atual da área de abrangência dos estudos, indicando as características dos diversos fatores que compõem o sistema ambiental, de forma a permitir o pleno entendimento da dinâmica e das interações existentes entre meio físico, meio biótico e meio sócio-econômico.

Para possibilitar uma visão sistemática da Área de Influência, a caracterização dos diversos meios deverá ser apresentada, inicialmente, em separado e, posteriormente, de forma multi e interdisciplinar no item Análise Integrada.

Devem constar as metodologias utilizadas para coletas e determinação dos parâmetros, identificando os Laboratórios que analisaram as amostras.

Para efeito de avaliação de impacto, a conformação final da área dragada e de descarte passará a fazer parte como elemento potencialmente impactante a ser abordado no âmbito dos estudos de impacto ambiental.

O diagnóstico deve apresentar a seguinte seqüência:

5.1 - Meio Físico

5.1.1 - Metodologia aplicada

- Apresentar a metodologia empregada para levantamento dos dados e informações que subsidiaram o detalhamento de cada item relacionado ao Meio Físico, apresentando a forma e andamento dos trabalhos de levantamento de dados primários e/ou secundários.
- Deverá ser apresentado, para cada item subseqüente a ser detalhado, o correspondente mapeamento com as delimitações das Áreas de Influência, com escala e resolução adequadas para melhor visualização.

5.1.2 - Clima e Condições Meteorológicas

- Caracterização climática da região em que se insere o empreendimento, acompanhada do levantamento de dados de temperatura (mínima, média e máxima), regime pluviométrico, umidade relativa do ar e ventos (direção e velocidade).

5.1.3 – Geologia/Pedologia

- Levantamento geológico apresentado para a área de influência direta, englobando as principais unidades estratigráficas e suas feições estruturais; em escala local (área diretamente afetada), identificar as características geotécnicas das unidades aflorantes, identificando o potencial erosivo e os mecanismos condicionantes de movimentos de massa (escorregamentos), especialmente na retroárea portuária;
- Deverá ser apresentado mapa geológico em escala adequada para as principais feições observadas;
- Apresentação dos perfis estratigráficos, identificando os sedimentos a serem dragados, descrevendo suas características granulométricas e geoquímicas, considerando sempre os padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 344/04;

EM BRANCO

Fl. 88
Proc.: 6995108
Rub.: MGP

- Descrição e mapeamento das classes de solo (de acordo com o Sistema de Classificação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA), com indicação de grau de erodibilidade, em escala compatível, para a parte continental da Área de Influência Direta do empreendimento;

- Para a Área Diretamente Afetada, apresentar as características geotécnicas dos solos em que se desenvolveram as obras (fundações, cortes e aterros).
- Caracterizar áreas de empréstimo passíveis de utilização pelo empreendimento, bem como áreas de descarte de materiais.

5.1.4 - Geomorfologia

- Descrição geomorfológica da área de implantação do empreendimento, compreendendo as formas e a dinâmica de relevo, indicando a declividade das vertentes e a presença ou a propensão à erosão e assoreamento na retroárea portuária;
- Caracterização topográfica, com levantamento planialtimétrico da área diretamente afetada em escala adequada;

5.1.5 - Recursos Hídricos

Hidrologia e Hidrogeologia

- Caracterização do sistema hidrográfico da área de influência, com detalhamento da área de influência direta, englobando águas interiores e costeiras;
- Caracterização hidrogeológica da parte continental do empreendimento (retroárea portuária), compreendendo levantamentos do nível (oscilação) e fluxo do lençol freático;

Qualidade da água

- Avaliar a qualidade física e química e microbiológica das águas em pontos de amostragem da Área de Influência Direta, segundo Resolução CONAMA nº 357/2005 e 397/2008, com justificativas para os critérios de escolha dos pontos e parâmetros de amostragem, visando o respectivo controle e monitoramento;
- Identificar as possíveis fontes poluidoras desses recursos hídricos, na Área de Influência Direta, bem como as áreas críticas a serem afetadas por acidente;

5.1.6 - Oceanografia e Hidrodinâmica costeira

- Caracterização da hidrodinâmica costeira seguida de uma descrição dos fatores oceanográficos atuando na região do empreendimento (correntes superficiais, ondas, marés, e demais informações consideradas relevantes;
- Caracterização dos níveis de turbidez na massa de água da área em estudo, em pelo menos três níveis: superfície, meio e fundo;
- Levantamento detalhado dos processos de transporte dos sedimentos ao longo da costa, definindo as regiões potenciais para deposição e erosão costeira;
- Descrição dos possíveis impactos do empreendimento na dinâmica costeira, principalmente no que tange aos processos de transporte de sedimentos, assoreamento e erosão de praias;
- Levantamento batimétrico nas áreas de atividades portuárias, verificando demandas de dragagem, objetivando, entre outros, conhecer a existência de canais e sua continuidade, detectar a presença de bancos arenosos e as zonas de menor profundidade.

5.1.7 – Assoreamento, necessidade de dragagem de aprofundamento e previsão de dragagens de manutenção

- Identificação, mapeamento e caracterização dos locais que apresentam assoreamento na área de influência direta do empreendimento, assim como as possíveis implicações nos processos de circulação costeiros;

EM BRANCO

Fl. 89
Proc.: 6995/03
Rub.: MGP

- Levantamento batimétrico nas áreas de atividades portuárias, verificando demandas de dragagem, objetivando, entre outros, conhecer a existência de canais e sua continuidade, detectar a presença de bancos arenosos e as zonas de menor profundidade (ITEM ESTÁ IGUAL AO ACIMA).
- FALTOU FALAR DA PREVISÃO DE DRAGAGENS DE MANUTENÇÃO...
- Indicar a área de descarte, caracterizando-a, caso necessário.

Comentário: Inserção Eduardo Godoy DIREP/ICMBio

Comentário: Inserção Eduardo Godoy DIREP/ICMBio

5.1.8 – Modelagem

- Realizar estudos com modelagem matemática com o objetivo de demonstrar as prováveis interferências da implantação do empreendimento sobre os atuais padrões hidrodinâmicos e sedimentares da sua área de influência, advindas das intervenções das estruturas a ser construídas, aterros e possíveis alterações batimétricas;
- A modelagem matemática deverá ser capaz de simular as variáveis hidrodinâmicas, os fenômenos de dispersão da pluma de turbidez, de transporte e alterações nos padrões do balanço de sedimentos e da qualidade da água na AID do empreendimento;
- Apresentar os métodos construtivos do modelo matemático da hidrodinâmica local, os parâmetros utilizados e a base de dados de entrada para alimentação do modelo, ou seja, os fatores principais para subsidiar a previsão, identificação e avaliação dos impactos;
- Deverão ser apresentados os métodos de previsão dos cenários, com ênfase nos cenários mais críticos previstos;
- Deverão ser verificadas a situação atual e futura da AID do empreendimento, relacionando-as com as interferências advindas da implantação das obras;

5.2 - Meio Biótico

5.2.1 - Metodologia aplicada

- Apresentar a metodologia empregada para levantamento dos dados e informações que subsidiaram o detalhamento de cada item relacionado ao Meio Biótico, apresentando a forma e andamento dos trabalhos de levantamento de dados primários e/ou secundários;
- Deverá ser feita uma descrição dos procedimentos metodológicos utilizados com justificativa, caracterizando as estações de coleta e a similaridade entre os pontos, mapeando a sua localização, justificando a escolha dos pontos e a análise de cada parâmetro;
- Deverá ser apresentado, para cada item subseqüente a ser detalhado, o correspondente mapeamento com as delimitações das áreas de influência, com escala e resolução adequadas para melhor visualização;
- Levantamentos primários devem ser as fontes principais das informações, devendo-se descrever a metodologia cientifica aplicada;

5.2.2 - Biota Terrestre

5.2.2.1 - Flora

- Caracterizar e elaborar mapas da vegetação das Áreas de Influência Direta, utilizando-se da interpretação de imagens de satélite ou, ainda, de estudos eventualmente existentes, de forma a classificar as formações nativas apresentado seu estágio de sucessão;
- Fazer um levantamento florístico contendo a classificação taxonômica, nome vulgar e científico, e caracterização fitofisionômica de todos os compartimentos existentes na Área de Influência Direta. Destaque deve ser dado a espécies endêmicas, raras, ameaçadas de extinção, bioindicadoras, de interesse medicinal e econômico;
- Apresentar quadro das Áreas de Preservação Permanente – APP na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento (manguezal), contemplando a tipologia da cobertura

EM BRANCO

vegetal, a área (m^2) de intervenção e o tipo de estrutura a ser instalada. Essas áreas deverão ser indicadas em mapeamento, devidamente georreferenciado.

Fl. 90
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

- **5.2.2.2 - Fauna**

  O Art. 4º da Instrução Normativa nº 146/2007, determina a apresentação de Plano de Trabalho de Fauna, para obtenção da autorização de captura, coleta e transporte de fauna para realização do levantamento faunístico. Conforme consta na Informação nº 27/2009- COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA, o empreendedor informou que já obteve a referida autorização para os trabalhos, sendo assim, esta deverá ser apresentada ao IBAMA para emissão do Termo de Referência Definitivo.

  A apresentação dos resultados do levantamento de fauna no EIA/RIMA deverá seguir ao preconizado no Art. 5º da citada Instrução Normativa.

  - Caracterização da fauna na Área de Influência Direta do empreendimento, seus "habitats", sua distribuição geográfica e diversidade, descrevendo o estado de conservação da fauna local e a integridade dos processos ecológicos, **detalhando impactos relacionados à supressão vegetal para implantação do empreendimento e conseqüências para a fauna;**
  - Levantamento de riqueza e abundância de espécies da fauna da área diretamente afetada, ressaltando-se as espécies raras, endêmicas, ameaçadas de extinção, caçadas pela população local, migratórias e aquelas protegidas por legislação federal, estadual e municipal. Deverão ser caracterizados os seguintes grupos: herpetofauna, ictiofauna, avifauna e mastofauna;
  - Apresentar, para cada grupo taxonômico amostrado, a curva de esforço amostral estabilizada, bem como as metodologias adotadas para coleta e análise dos dados, com justificativas;
  - As listas de espécies deverão ser apresentadas contendo os nomes científicos e populares, as referências **à literatura** e/ou especialistas reportados na identificação dos espécimes;
  - Identificar possíveis corredores ecológicos interceptados pelo empreendimento, **e os impactos na biota quando da implantação do empreendimento sobre os mesmos**
  - **Identificar e analisar os impactos da implantação do empreendimento sobre as aves migratórias neárticas da região (ADA, AID e AII), destacando impactos sobre a qualidade da água e como isto afetaria este grupo animal.**
  - Identificar as principais ameaças à conservação das espécies de interesse preservacionista na região, **inclusive considerando o impacto sinérgico após a construção do empreendimento.**

Comentário: Inserção Leonardo Mohr DIBIO/ICMBio

Comentário: Inserção Leonardo Mohr DIBIO/ICMBio

Comentário: Inserção Leonardo Mohr DIBIO/ICMBio

Comentário: Inserção Leonardo Mohr DIBIO/ICMBio

Comentário: Inserção Leonardo Mohr DIBIO/CGESP: O que é "interesse preservacionista"? O termo é vago. Só as espécies raras ou ameaçadas? Se sim, porque não as outras? Sugiro tirar esta expressão, pois se deve considerar o impacto em toda a biota, não só naquela com determinado status de preservação.

- **5.2.3 - Biota aquática**

  - Caracterização da biota aquática (organismos planctônicos e bentônicos) na Área de Influência do empreendimento, seus "habitats", sua distribuição geográfica e diversidade, descrevendo o estado de conservação e a integridade dos processos ecológicos;
  - Caracterização da ictiofauna da área de estudo, com lista de espécies e composição quantitativa da comunidade como um todo, considerando a representatividade dos diferentes grupos;
  - Levantamento de riqueza e abundância de espécies da biota aquática da área de influência, ressaltando-se as espécies raras, endêmicas, migratórias, ameaçadas de extinção e aquelas protegidas por legislação federal, estadual e municipal;
  - **avaliação do impacto do empreendimento nas fases de instalação e operação sobre as áreas tradicionalmente conhecidas de agregação do peixe mero (*Epinephelus itajara*).**
  - As listas de espécies deverão ser apresentadas contendo os nomes científicos e populares, as referências e/ou especialistas reportados na identificação dos espécimes;

Comentário: Inserção Leonardo Mohr DIBIO/ICMBio

Comentário: Inserção Leonardo Mohr DIBIO/ICMBio

Comentário: Inserção Eduardo Godoy DIREP/ICMBio

EM BRANCO

- Descrever o estado de conservação das comunidades aquáticas na área de influência do empreendimento, relacionando-as aos aspectos de interferência da qualidade da água e assoreamento, assim como ao uso do solo e dos recursos hídricos;
- Identificação dos cetáceos e quelônios que ocorrem na área da atividade, considerando potenciais ameaças à conservação destas espécies na região;
- **avaliação do impacto sonoro do empreendimento sobre a fauna marinha, principalmente para os cetáceos, nas fases de instalação e operação, considerando os impactos da poluição sonora na comunicação dos odontocetos e a importância da região para a sobrevivência das populações de *Sotalia guianensis* e *Pontoporia blainvillei*, esta espécie ameaçada de extinção:**
  - **Medir o nível de ruído ambiental sub-aquático na área do empreendimento em diferentes horários do dia para identificar o período de maior ruído.**
  - **Caracterizar acusticamente as embarcações que estão previstas para utilizarem o Terminal, bem como medir, a diferentes distâncias, o nível sonoro por elas produzido.**
  - **Caracterizar o ambiente em relação aos ruídos antropogênicos. A partir dessas informações, investigar, com o devido rigor científico, se o número previsto de embarcações aumentaria de maneira significativa o nível dos ruídos.**
  - **Estimar, com adequado rigor científico, a freqüência de ocorrência, sazonal, das duas espécies de cetáceos dentro de um raio de 500m no local do empreendimento.**
  - **Reavaliar as áreas de maior concentração de toninhas (*Pontoporia blainvillei*) pelo nível de esforço de observação**
- Avaliação da composição dos organismos utilizados como recursos pesqueiros, incluindo estatísticas pesqueiras disponíveis sobre a região e consulta aos pescadores sobre a ocorrência das espécies ao longo do ano, bem como a dinâmica e métodos das pescarias.

5.2.4 - Bioindicadores

- Após o diagnóstico da biota, deverão ser propostos, com as devidas justificativas técnicas, os bioindicadores, ou seja, as espécies, ou grupos de espécies que poderão ser utilizados como indicadores de alterações da qualidade ambiental em programas de monitoramento, na fase de operação.

5.2.5 - Unidades de Conservação

- Identificar e mapear possíveis Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais existentes **e aquelas em estagio avançado no processo de criação** na área de influência do empreendimento **(no raio de até 10 km). Destacar** áreas prioritárias para conservação.

  Para as áreas prioritárias, sugiro citar o diploma legal, para evitar confusões ("Destacar - incluindo o grau de importância - as "Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira , reconhecida pela Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007", apontando o impacto da instalação do empreendimento sobre as mesmas, em caso de ocorrência).

5.3 - Meio Sócio-Econômico

O estudo do Meio Sócio-Econômico deverá ser constituído da análise dos aspectos sociais e econômicos afetados e passíveis de sofrer interferências da operação do empreendimento.

5.3.1 - Metodologia aplicada

Fl. 91
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

Comentário: Ouvidor
Apenas? O próprio Terminal deve ter mais de 500m de extensão.

Comentário: Inserção Cláudia Campos DIBIO/ICMBio

Comentário: Inserção Eduardo Godoy DIREP/ICMBio

Comentário: Inserção Eduardo Godoy DIREP/ICMBio

Comentário: Inclusão Leonardo Mohr DIBIO/ICMBio

EM BRANCO

Fl. 92
Proc.: 6995/08
Rub.:

- Apresentar a Metodologia empregada para levantamento dos dados e informações que subsidiaram o detalhamento de cada item relacionado ao Meio Sócio-econômico, apresentando a forma e andamento dos trabalhos de levantamento de dados primários e/ou secundários;
- Deverá ser apresentado o correspondente mapeamento com as delimitações das áreas de influência, com escala e resolução adequadas para melhor visualização.

5.3.2 - População

- Apresentar, para a Área de Influência Direta: demografia, nível de renda, distribuição e mapeamento da população; localização das aglomerações urbanas e rurais; áreas de expansão urbana; zoneamentos existentes, etc;
- Caracterizar as condições gerais de infra-estrutura de serviços públicos na área de influência direta, bem como descrever as demandas em relação à serviços de transporte, de energia elétrica, comunicação, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição de lixo;
- Identificar e caracterizar as possíveis populações tradicionais na área interferente ao empreendimento, principalmente pescadores artesanais, coletores/catadores de moluscos e crustáceos, ou comunidades e grupo de pessoas que dependam diretamente ou indiretamente das áreas marinhas e estuarinas do entorno para sua subsistência;
- Verificação da ocorrência de comunidades quilombolas ou indígenas na área interferente ao empreendimento, com caracterização, quando couber;
- Expectativas da população do entorno em relação ao empreendimento.

5.3.3 - Atividades Produtivas

- Mapeamento e caracterização das áreas e rotas utilizadas para navegação na Área de Influência Direta;
- Identificação e caracterização da atividade pesqueira na Área de Influência Direta, destacando a pesca artesanal, descrevendo as interferências da operação portuária nas áreas preferenciais de pesca;
- Mapeamento e caracterização das áreas preferenciais utilizadas para a pesca artesanal e esportiva, relacionando à presença de pescadores na área de influência;
- Deverão ser considerados os eventuais conflitos do projeto com o uso atual do ambiente a ser afetado, abrangendo os seguintes aspectos e suas relações: navegação que não àquela gerada pelo empreendimento, atividade pesqueira, uso turístico, atividades de lazer e outros possíveis usos na área de influência direta.

5.3.4 - Uso e Ocupação do Solo e entorno

- Caracterização e mapeamento do uso e ocupação do solo na área de influência do empreendimento;
- Levantamento da compatibilização do empreendimento com o zoneamento de uso e ocupação do solo do município, identificando a existência de possíveis conflitos;
- Caracterização das áreas urbanas do entorno do empreendimento, com mapeamento das vias de acesso ao empreendimento (parte terrestre) e aglomerados populacionais;
- Caracterização do entorno do projeto, com enfoque nas atividades industriais ou outras (saneamento) com lançamento de efluentes, e com potenciais interferências na qualidade da água;

5.3.5 - Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico.

- Histórico da ocupação territorial da região afetada pelo empreendimento, caracterizando o contexto, etno-histórico e arqueológico regional;

EM BRANCO

- Avaliação do impacto do empreendimento nas fases de instalação e operação sobre o Centro Histórico de São Francisco do Sul tombado pelo IPHAN;

Comentário: Inclusão Eduardo Godoy DIREP/ICMBio

- Identificação do patrimônio arqueológico que contemple: a contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo, visando subsidiar Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico, de acordo com as exigências do IPHAN, conforme legislação vigente (Portaria IPHAN nº 230/2002);

Fl. 93
Proc.: 6995/08
Rub.:

6. ANÁLISE INTEGRADA

Este tópico deverá contemplar as relações e interações existentes entre os meios físico, biótico e antrópico levantados, considerando-se as interferências da operação do empreendimento.

Para tanto, deverão ser analisadas as condições ambientais e suas tendências evolutivas, de forma a elucidar a dinâmica ambiental da região, contemplando, inclusive, futuras projetos de expansão.

Descrever as inter-relações dos componentes abióticos, bióticos e antrópicos, com o objetivo de embasar a identificação e avaliação dos impactos decorrentes do empreendimento, bem como o entendimento de possíveis alterações na qualidade ambiental da região.

7. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Deverão ser analisados os impactos do empreendimento sobre o meio ambiente, de forma integrada e detalhada, considerando a operação do empreendimento. Essa avaliação preliminar, abrangendo os impactos benéficos e desfavoráveis do empreendimento, levará em conta o fator tempo, determinando, na medida do possível, uma projeção dos impactos imediatos, a médio e longo prazos: temporários, permanentes e cíclicos, reversíveis e irreversíveis; locais, regionais e estratégicos.

Comentário: Inclusão Cláudia Campos DIBIO/ICMBio

Deverão ser consideradas, na elaboração desse prognóstico, as condições emergentes advindas da operação do empreendimento, conduzindo à proposição de medidas destinadas ao equacionamento dos impactos ambientais.

Na apresentação dos resultados, constarão:

- metodologia de identificação dos impactos, a técnica de previsão de suas magnitudes e os critérios adotados para a interpretação e análise de suas alterações;
- descrição detalhada dos impactos sobre cada fator ambiental relevante sob os meios abiótico e biótico, considerados no diagnóstico ambiental, mencionado anteriormente, com valoração, magnitude e importância dos impactos;

Comentário: Inclusão Cláudia Campos DIBIO/ICMBio

- descrição detalhada dos impactos sobre cada fator ambiental relevante, considerado no diagnóstico ambiental;
- síntese conclusiva dos impactos relevantes que poderão ocorrer nas fases de implantação e operação, acompanhada de suas interações.

Ao final deste item, deverá ser apresentado um resumo na forma de planilha contendo o levantamento de impactos relacionados às atividades do empreendimento. Esta planilha deverá conter as condições de ocorrência dos impactos, suas magnitudes, grau de importância e as medidas necessárias para o seu controle.

8. MEDIDAS MITIGADORAS, COMPENSATÓRIAS E PROGRAMAS DE CONTROLE E DE MONITORAMENTO

8.1 Medidas Compensatórias e Mitigadoras

EM BRANCO

Com base na avaliação dos possíveis impactos ambientais do empreendimento, propor medidas que venham a minimizá-los, maximizá-los, compensá-los, caso o empreendimento seja licenciado, ou eliminá-los.

Comentário: Inclusão Cláudia Campos DIBIO/ICMBio

8.2 - Programas de Controle e Monitoramento

Deverão ser propostos programas integrados para o monitoramento ambiental na área de influência direta, visando acompanhar a evolução da qualidade ambiental e permitir a adoção de medidas complementares de controle.

Fl. 94
Proc.: 6995/08
Rub.:

Os programas ambientais de controle deverão considerar:

- o componente ambiental afetado;
- a fase do empreendimento em que deverão ser implementadas;
- o caráter preventivo ou corretivo e sua eficácia;
- o agente executor, com definição de responsabilidades;
- o cronograma de execução das medidas segundo a duração do impacto.

Os programas de monitoramento e acompanhamento dos impactos deverão indicar e justificar:

- parâmetros selecionados para a avaliação dos impactos sobre cada um dos fatores ambientais considerados;
- rede de amostragens, incluindo seu dimensionamento e distribuição espacial;
- métodos de coleta e análise das amostras;
- periodicidade das amostragens para cada parâmetro, segundo diversos fatores ambientais.

Além dos programas considerados básicos, torna-se obrigatória a proposição de outros programas ambientais, decorrentes dos cenários do prognóstico ambiental e dos resultados da avaliação de impactos ambientais.

Alguns dos principais programas a serem desenvolvidos, sem esgotar a série de programas que poderão ser propostos, são:

- Programa de Gestão Ambiental do empreendimento, estabelecendo uma estrutura administrativa de coordenação e implementação das ações e procedimentos, apresentando seu organograma, com definição de hierarquia e atribuições;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, conforme Resolução CONAMA nº 357/05 e 397/08;
- Programa de Monitoramento da Biota Aquática – bioindicadores e ecotoxicologia;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, em conformidade com os critérios definidos no § 5o do Art. 5o da Lei No 9.966/2000, a Resolução CONAMA nº 05/93 e a Resolução ANVISA RDC nº 342, de 13 de dezembro de 2002;
- Proposta do Manual de Procedimentos Internos para Gerenciamento dos Riscos de Poluição oriundas das atividades de movimentação e armazenamento de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, em conformidade com a Lei nº 9.966/2000;
- Programa de Verificação do Gerenciamento da Água de Lastro dos Navios, contendo no mínimo:

  - Requerimento aos representantes dos navios dos formulários constantes da NORMAM-20/DPC para o Gerenciamento da Água de Lastro de Navios;

  - Verificação da adoção das medidas necessárias para controle e prevenção da introdução de espécies exóticas e alóctones, constantes da NORMAM-20/DPC.

EM BRANCO

Fl. 95
Proc.: 6995/08
Rub.:

- Elaboração de registro por navio com informações sobre: Tipo e Origem do Navio; a Origem da Água de Lastro, Data e Local da Troca, e data e local da Descarga da Água de Lastro;

- Proposta de Comunicação Social da tripulação das embarcações que utilizam o Porto, especificamente em relação aos problemas decorrentes da gestão da água de lastro e suas formas de prevenção, incluindo aspectos da legislação nacional e internacional que tratam do tema.

- Relatório do Programa, em periodicidade semestral.

- Programa de Auditoria Ambiental, de acordo com o escopo, metodologias e procedimentos sistemáticos e documentados constantes da Resolução CONAMA 306/2002;
- Programa de Gerenciamento de Efluentes, destacando a obrigatoriedade disposta no artigo 15 do Decreto Federal nº 5300/04;
- Programa de Gerenciamento de Riscos;
- Plano de Emergência Individual, atendendo aos critérios e procedimentos mínimos descritos na Resolução CONAMA nº 398/2008;
- Programa de Mitigação das Interferências no Sistema Viário;
- Programa de Educação Ambiental;

9. CONCLUSÕES

Deverão ser apresentadas as conclusões sobre os resultados do Estudo Ambiental - EIA, enfocando os seguintes pontos:

- Prováveis modificações ambientais na área de influência, sobre os meios físico, biótico e sócio-econômico decorrentes do empreendimento, considerando a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas.
- Benefícios sociais, econômicos e ambientais decorrentes do empreendimento.
- Avaliação do prognóstico realizado quanto à viabilidade ambiental do projeto.

10. BIBLIOGRAFIA

Deverá constar a bibliografia consultada para a realização dos estudos, devendo ser especificada por área de abrangência do conhecimento, seguindo as normas da ABNT.

11. GLOSSÁRIO

Deverá constar uma listagem dos termos técnicos utilizados no estudo.

RELATORIO DE IMPACTO AMBIENTAL- RIMA

O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, apresentado em volume separado, deverá conter as informações técnicas geradas em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento e acessível ao público em geral.

Este relatório deverá ser ilustrado por mapas, quadros, gráficos, tabelas e demais técnicas de informação e comunicação visual auto-explicativas, de modo que a população em geral possa entender claramente as conseqüências ambientais do projeto e suas alternativas, comparando as vantagens de cada uma delas.

O RIMA deverá ser elaborado de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 001/86, contemplando necessariamente os tópicos constantes do Art. 9º.

EM BRANCO

Fl. 96
Proc.: 6995/08
Rub.:

Para tanto, o Relatório de Impacto Ambiental refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental e conterá, no mínimo:

- Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

- A descrição das atividades, especificando a área de influência, mão-de-obra, os processos e técnicas operacionais, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

- A síntese dos resultados dos estudos de diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;

- A descrição dos prováveis impactos ambientais da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

- A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

- A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

- Os programas ambientais de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

- Avaliação da região com e sem o empreendimento, comparando benefícios e impactos negativos que trará para a região.

EM BRANCO

IBAMA

Fl. 97
Próc.: 6995108
Rub.: MGP

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência em Santa Catarina
Núcleo de Licenciamento Ambiental
Av. Mauro Ramos 1113, Centro, Florianópolis – CEP : 88020-303
Telefone: (48) 3212-3361 – www.ibama.gov.br

Memorando nº 046/2009 - NLA/SC

Florianópolis, 22 de abril de 2009.

Ao Sr. Diretor de Licenciamento Ambiental
DILIC/IBAMA

Assunto: **Manifestação sobre minuta de TR para elaboração de EIA/RIMA; TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina; Fertimport;; Processo nº 02026.000752/2009-54.**

1. Reportamo-nos ao assunto em epígrafe para encaminhar, em anexo, uma via da Informação Técnica nº 021/2009 – NLA/SC, com as contribuições de técnicos deste NLA.

2. Oportuno informar que recebemos a referida minuta apenas no dia 06.04.2009.

Atenciosamente,

Paulo Estevão Silveira Silvano
Coordenador do Núcleo de Licenciamento Ambiental
IBAMA/SC

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 5127
DATA: 29/04/09
RECEBIDO:

A COTRA

De ordem

Em 30.4.09

Julio Hennichs de Azevedo
Assessor Técnico
Matrícula nº 1364891
DILIC/IBAMA

Ao

Sr. Leandro

Para providências.

Att.

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA

05/05/2009

Fl. 98
Proc.: 6995/08
Rub.: MGP

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
Superintendência em Santa Catarina
Núcleo de Licenciamento Ambiental
Av. Mauro Ramos 1113, Centro, Florianópolis – CEP: 88020-303
Telefone: (48) 3212-3361 – www.ibama.gov.br

Informação Técnica nº 021/2009 - NLA/SC

Florianópolis, 22 de abril de 2009.

Assunto: Minuta de Termo de Referência; EIA/RIMA do Terminal de Granéis de Santa Catarina – TGSC e Fertimport; Memo. nº 196/2009 – DILIC/IBAMA; Processo 02026.00752/2009-54.

Senhor Coordenador do NLA,

1. Em atendimento à solicitação de sugestões sobre o Termo de Referência que deverá nortear a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente para os empreendimentos Terminal de Granéis de Santa Catarina e Fertimport, conforme encaminhado pelo Memorando mencionado em epígrafe, considera-se necessário, inicialmente, informar que os documentos constantes do processo não indicam o local ou o porte do empreendimento, tornado as opiniões emitidas, de certa maneira, genéricas. De qualquer forma, considera-se pertinente:

i. Realizar a atualização das Resoluções CONAMA citadas no item Legislação Ambiental Aplicável. Especialmente, a substituição da Resolução nº. 293/01 pela 398/08 e a inclusão da Resolução nº. 02/91 – que dispõe sobre as ações corretivas, de tratamento e disposição final de cargas deterioradas, contaminadas ou fora das especificações ou abandonadas.

EM BRANCO

ii. Realizar levantamento, caracterizando e descrevendo a situação de todas as ações judiciais relacionadas à atividade portuária nos municípios de São Francisco do Sul e Itapoá, principalmente no que diz respeito aos processos de licenciamento e ao patrimônio histórico da região. Essas considerações deverão integrar o tópico "*2.1 – Histórico do Empreendimento*", sendo suas conclusões aplicadas no desenvolvimento de aspectos pertinentes do EIA;

iii. Acrescentar, no Item "*2.4.1 – Descrição do porto proposto*", a identificação e descrição das propriedades atingidas na área diretamente afetada.

iv. Acrescentar, no Item "*2.4.5 – Inserção Regional*", a análise da compatibilização do empreendimento com as atividades urbanísticas da localidade.

v. Inclusão da identificação dos impactos sobre a população, decorrentes da instalação das obras e das atividades desenvolvidas no canteiro, em especial, os incômodos provocados por ruídos, poluição do ar, vibrações sonoras e do solo, e tráfego pesado; e dos impactos sociais, econômicos e culturais da desapropriação de imóveis e da possível remoção da população.

vi. Extensão do Item "*7 – Identificação e avaliação de impactos ambientais*" para "Identificação e avaliação de impactos ambientais e Prognóstico ambiental" ou, ainda, a inclusão de um item próprio (Item 8) para o desenvolvimento de um prognóstico ambiental consistente, abordando os impactos cumulativos, efeitos sinérgicos e possíveis conflitos decorrentes da expansão dos empreendimentos portuários na região da Baía da Babitonga. Nesse sentido, o tópico que se refere à *Abordagem Metodológica* (página 3 da Minuta de Termo de Referência) poderia ter o texto revisto para

"O Prognóstico Ambiental deverá ser elaborado considerando as alternativas de execução e de não execução do projeto. Esse prognóstico deverá considerar, também, a proposição e a existência de outros empreendimentos na região, e deverá constituir um conjunto de cenários futuros a partir do diagnóstico, considerando as distintas fases de execução das obras e operação dos terminais portuários. Deverão ser apresentados os cenários favoráveis e desfavoráveis a serem criados a partir da instalação e operação do empreendimento, bem como da manutenção da situação atual sem sua instalação, prevendo também sua desativação."

EM BRANCO

vii. Identificação, na fase de operação, dos impactos ambientais sobre a saúde da população, em vista da alteração na qualidade de água, emissão de poluentes atmosféricos, ruídos, etc.

Fl. 100
Proc.: 6995/08
Rub.: MGL

2. Sem demais recomendações,

À sua consideração,

Alexandre Maciel K. Costa
Analista Ambiental
IBAMA/NLA/SC

Germano A. S. P. Martins
Analista Ambiental
IBAMA/NLA/SC

Marlise Becker
Analista Ambiental
IBAMA/NLS/SC

Ricardo de Deus Cardoso
Analista Ambiental
IBAMA/NLA/SC

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 316-1071 Fax: (0xx) 61 313-1306 – URL: http://www.ibama.gov.br

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Local: DILIC / IBAMA-Sede

Data: 27/04/09

Horário: 14:30

Assunto: *Check list* do EIA/RIMA dos terminais portuários TGSC e Fertimport.

Participantes: Lista Anexa

De início o IBAMA salientou que o *check list* é uma análise preliminar, onde é verificada a abrangência do estudo em relação ao TR, visando o aceite ou não do EIA/RIMA pelo IBAMA para a disponibilização ao público. Foi informado que nesta etapa não é realizada a avaliação da qualidade do conteúdo, sendo que complementações poderão ser solicitadas posteriormente, na fase da análise propriamente dita do estudo.

Foi verificado que o EIA apresenta itemização diferente da exposta no Termo de Referência. Segundo o responsável pela empresa de consultoria ambiental, isto ocorreu porque o empreendedor julgou que o licenciamento ocorreria junto ao órgão estadual de meio ambiente. Assim, quando o TR foi emitido pelo IBAMA, o EIA já estava praticamente finalizado.

Em função das diferenças de itemização entre o EIA e o TR, para a realização do *check list* foi necessário que os representantes da empresa de consultoria fossem indicando aos técnicos do IBAMA a localização de cada item do TR no estudo. Foi constatado que a maioria dos itens solicitados pelo TR foram abordados, entretanto identificou-se a necessidade de adição de algumas informações no EIA/RIMA, antes do aceite e disponibilização do estudo pelo IBAMA. Tais informações são:

- Em relação aos dados do empreendedor, identificar os representantes legais e a pessoa de contato, além de apresentar a certidão negativa de débitos ambientais junto ao IBAMA e o registro no Cadastro Técnico Federal.

- Em relação aos dados da empresa consultora, identificar os representantes legais e a pessoa de contato.

- Em relação à equipe técnica, apresentar o número do Cadastro Técnico Federal de todos os técnicos envolvidos no estudo, bem como uma folha constando as assinaturas de cada um deles.

- O EIA/RIMA não considerou a hipótese de não realização do empreendimento, apenas tecendo considerações sobre alternativas locacionais. É necessário que sejam confrontados os aspectos positivos e negativos da realização ou não do empreendimento.

- Ao contrário do solicitado no TR não foi realizada modelagem hidrodinâmica. Os consultores apresentaram verbalmente, durante a reunião, as justificativas para a não realização da modelagem, entretanto o IBAMA entende que tal justificativa deve estar contida no EIA/RIMA.

- Deve ser incluída no EIA a cópia da autorização de captura, coleta e transporte de fauna.

- Incluir diagnóstico acerca da ocorrência de mero (*Epinephelus itajara*) na área de influência direta do empreendimento.

- Deve ser incluído um anexo ou tópico que apresente a compatibilização do TR com o EIA, ou seja, indique em que posição do EIA se encontra cada tópico exigido pelo TR, de forma a facilitar futuras

EM BRANCO

análises e comparações do EIA com o TR.

Os tópicos do TR relativos a dragagens não foram abordados no EIA/RIMA, sendo que os consultores justificaram que o empreendimento não demandará dragagens e que esta informação consta no EIA.

Em virtude do tempo insuficiente na reunião, a avaliação do RIMA quanto à abrangência e linguagem não foi realizada, devendo ocorrer o quanto antes.

Por fim, o IBAMA informou que foram recebidas contribuições ao TR do Núcleo de Licenciamento do IBAMA em Florianópolis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e que tais contribuições serão consideradas durante a análise do EIA/RIMA.

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TRANSPORTE, MINERAÇÃO E OBRAS CIVIS

SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1071 Fax: (0xx) 61 3313-1306 – URL: http://www.ibama.gov.br

LISTA DE PRESENÇA

ASSUNTO: CHECK LIST EIA TGSC FERTIPORT LOCAL: IBAMA/DILIC DATA: 27/04/09

NOME	ORGÃO/SETOR	TELEFONE	E-MAIL
LEANDRO HARTLEBEN CORDEIRO	IBAMA/DILIC	61 3316 1392	leandro.cordeiro@ibama.gov.br
FERNANDO DANTAS CAMPELLO	IBAMA/DILIC	61 3316 1410	FERNANDO.CAMPELLO@IBAMA.GOV.BR
Sirley Boing	OAP Consultores Associados	47 3422-0182	sirley@oap.srv.br
Carlos H.P. Nobrega	OAP Consultores Associados	47 9915 1116	Carlos@OAP.SRV.br
Elisabeth Eriko Uema	IBAMA/DILIC	61-3316-1410	erikouema@yahoo.com.br
PEDRO IVO BARNACK	OAP CONSULT. ASSOC.	47.3422.0182	pedro@oap.srv.br
Alexandre M. Mazzer	" " "	48 91016971	mazzer@matrix.com.br
Flávia Alves de Barros Paiva	IBAMA/DILIC	61 3316 1320	flavia.paiva@ibama.gov.br

Fls.: 103
Proc.: 6995/08
Rubr.:

EM BRANCO

Fls. 104
Proc. 6995/08
Rubrica

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação-Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis
Coordenação de Licenciamento de Transportes

INFORMAÇÃO N° 34 /2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 06 de maio de 2009.

ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Terminal TGSC - Fertimport.
INTERESSADO: Coordenador de Licenciamento de Transportes

Senhor Coordenador

1. No dia 27 de abril do corrente ano, foi realizado em reunião o *check list* do EIA apresentado no âmbito do processo de licenciamento em questão, com vistas a subsidiar a avaliação da viabilidade da instalação dos terminais supracitados. Em virtude do tempo insuficiente na reunião, não foi feita a avaliação do RIMA em relação à abrangência e linguagem, a qual é objetivo desta Informação.

2. Na avaliação do RIMA, verifica-se que o mesmo tem volume inadequado, sendo composto por 302 páginas, fato considerado excessivo em um documento que deveria ser o mais sucinto possível. Verificou-se ainda que o mesmo aborda todos o temas constantes no EIA, entretanto, o mesmo foi redigido em linguagem técnica e não é explicativo tampouco constam termos de fácil entendimento pelo público em geral.

3. Entende-se portanto que o mesmo deverá ser devolvido ao empreendedor para que seja adequado no que tange a linguagem e ao tamanho do documento, para que possa ser disponibilzado à consulta pública.

Fernando Dantas Campello
Oceanógrafo
Matrícula 1549794

Leandro Hartleben Cordeiro
Oceanógrafo
Matrícula 1448126

Mariana Graciosa Pereira
Bióloga
Matrícula 1510215

De acordo.

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA
06.05.2009

G:\dilic\cotra_09\costeira\sc\Inf_rima.DOC

EM BRANCO

Fls. 105
Proc. 6995/08
Rubrica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1347, Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

Ofício nº 94 /2009 –COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 07 de maio de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor
Ricardo Lobo de Macedo
Terminal de Granéis de Santa Catarina- TGSC
Rua Rafael Pardinho, 60- Centro
89.240-000– São Francisco do Sul/SC
Tel: (47) 3444-4555

Assunto: **Devolução do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para adequações.**

Prezado Senhor,

1. No âmbito do processo de licenciamento ambiental do Terminal de Granéis de Santa Catarina e Fertimport, informo que após avaliação do RIMA encaminhado, o mesmo foi considerado inadequado quanto ao número de páginas e à linguagem utilizada, devendo ser novamente elaborado de forma sucinta, sendo explicativo e com termos de fácil entendimento ao público em geral.

Atenciosamente,

EUGÊNIO PIO COSTA
Coordenador de Licenciamento de Transportes

EM BRANCO

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

EM DIA COM O PLANETA carbono neutro

Joinville, 08 de junho de 2009.

Fls. 106
Proc. 6995/08
Rubrica

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: EIA/RIMA dos Terminais de Granéis Santa Catarina – TGSC e Fertimport S/A.

Prezados Senhores,

Considerando a intenção das empresas **Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC**, **FERTIMPORT SA** em implantar dois novos terminais portuários em São Francisco do Sul –SC, vimos por meio deste apresentar as complementações solicitadas do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) , a nova versão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), bem como CD com uma via em formato digital dos documentos anteriormente citados e que tramitam neste Instituto através do processo nº 2008.11.023.0042478 cuja abertura foi solicitada em 17/11/2008.

Antecipadamente agradecemos a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

OAP Consultores Associados LTDA

Francisco
PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 7160
DATA: 08/06/09
RECEBIDO:

A COTRA p/ analise 9/6/09

Rosa Helena Zago Loes
Coordenadora Geral de Transportes Mineração e Obras
CGTMO/DILIC/IBAMA

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

A CGTMO em 08/06/09

Aos

Dr. Marcus Vinícius

Dra. Flavia

Dr Mariana

Para análise e demais providências.

AH - Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA
12.06.2009

Fls. 107
Proc. 6995/08
Rubrica

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação-Geral de Transporte, Mineração e Obras Civis
Coordenação de Licenciamento de Transportes

INFORMAÇÃO Nº 54/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 18 de junho de 2009.

ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Terminal TGSC - Fertimport.
INTERESSADO: Coordenador de Licenciamento de Transportes

Senhor Coordenador

1. No dia 06 de maio de 2009 esta equipe procedeu avaliação preliminar do RIMA protocolado neste Instituto, referente ao Licenciamento Ambiental em epígrafe, com vistas a subsidiar a avaliação da viabilidade da instalação dos terminais supracitados. Tal documento foi considerado insuficiente, conforme explicitado na Informação nº 34/2009, e foi devolvido ao empreendedor para adequação (Ofício nº 94/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA).

2. Em 08 de junho do corrente ano, o empreendedor protocolou no IBAMA nova versão do RIMA. Em avaliação por esta equipe foi verificado que o novo documento é mais sucinto que o anterior, sendo composto por 93 páginas. Verificou-se, ainda, que o mesmo aborda todos o temas constantes no EIA e, na medida do possível, o mesmo foi redigido em linguagem acessível e tende a ser explicativo para entendimento pelo público em geral.

3. Entende-se, portanto, que o mesmo pode ser aceito por este Instituto, devendo ser disponibilizado pelo empreendedor para consulta pública.

Fernando Dantas Campello
Oceanógrafo
Matrícula 1549794

Leandro Hartleben Cordeiro
Oceanógrafo
Matrícula 1448126

Mariana Graciosa Pereira
Bióloga
Matrícula 1510215

EM BRANCO

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

EM DIA COM O PLANETA. carbono neutro

Fls. 108
Proc. 6995/08
Rubrica

Joinville, 29 de junho de 2009.

Ilmo. Sr.
Eugênio Pio Costa
Coordenador de Licenciamento de Transportes

A COTRA
p/ providências
17/07

Rosa Helena Zago Loes
Coordenadora Geral de
Transportes,Mineração e Obras
Civis-CGTMO/DILIC/IBAMA

Ref.: Terminais Portuários – EIA/RIMA

TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A (CNPJ: 08.504.106/0001-34)

FERTIMPORT S/A (CNPJ: 53.004.313/0001-84)

Prezado Senhor

Em atendimento ao solicitado pelo Ofício nº 135/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA de 19 de junho de 2009 (cópia anexa), encaminhamos a esse Instituto cópia dos protocolos de entrega de versão impressa do RIMA para a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul; Biblioteca Pública de São Francisco do Sul e Escritório Regional do IBAMA em Joinville; bem como os protocolos de entrega de versão digital EIA/RIMA para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina; Superintendência do IBAMA em Santa Catarina e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Respeitosamente,

Carlos Henrique Pedriali Nóbrega
OAP Consultores Associados

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 8342
DATA: 02/07/09
RECEBIDO:
Flom

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede - Bloco "C"
70.818-900 – Brasília/DF

À COTRA
em 02/07/09

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

1

AOS
Dr. LEANDRO
DRA. MARIANA

PARA ANÁLISE E DEMAIS PROVIDÊNCIAS.

AAA -

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA

10/07/2009

Fls. 109
Proc. 6995/08

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1293, Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

Ofício nº 135 /2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 19 de junho de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor
Ricardo Lobo de Macedo
Terminal de Granéis de Santa Catarina- TGSC
Rua Rafael Pardinho, 60- Centro
89.240-000– São Francisco do Sul/SC
Tel: (47) 3444-4555

Assunto: **Disponibilização dos Estudos Ambientais**

Prezado Senhor,

1. Informo que o RIMA referente ao Licenciamento Ambiental dos Terminais TGSC-Fertimport em São Francisco do Sul/SC, foi aceito pelo IBAMA. Este deverá ser disponibilizado, em versão impressa, para consulta pública nos seguintes órgãos:

- Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- Biblioteca Pública de São Francisco do Sul; e
- Escritório Regional do IBAMA em Joinville.

2. Deverá ser encaminhado também o EIA/RIMA, em versão digital, para consulta interna dos seguintes órgãos:

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina;
- Superintendência do IBAMA em Santa Catarina; e
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

3. Informo que o protocolo de recebimento do EIA/RIMA nos órgãos listados deve ser encaminhado a este Instituto para elaboração do Edital de Recebimento de EIA/RIMA, onde deverá constar os endereços completos de cada um dos órgãos, inclusive com o nome dos destinatários.

Atenciosamente,

EUGÊNIO PIO COSTA
Coordenador de Licenciamento de Transportes

EM BRANCO

Cópia

Fls. 110
Proc. 6995/08

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Joinville, 23 de junho de 2009.

Ilmo. Sr.
Américo Ribeiro Tunes
Superintendente do IBAMA em Santa Catarina

IBAMA - SUPES / SC
PROTOCOLO
02026.001734/09
DATA: 26/06/09
RUB.

Ref.: Terminais Portuários – EIA/RIMA

TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A (CNPJ: 08.504.106/0001-34)

FERTIMPORT S/A (CNPJ: 53.004.313/0001-84)

Prezado Senhor

Em atendimento ao solicitado pelo Ofício nº 135/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA de 19 de junho de 2009 (cópia anexa), encaminhamos a essa Superintendência versão digital do estudo acima referenciado.

Respeitosamente,

Osni Piske
Diretor

Superintendência do IBAMA em Santa Catarina
Avenida Mauro Ramos, nº 1.113 – Centro
88.020-301 – Florianópolis/SC

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

EM BRANCO

Cópia

Fls. 111
Proc. 6995/08

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Joinville, 23 de junho de 2009.

IPHAN/11ª SR
01510.000731/2009-12
26/06/2009
304133

Ilmo. Sr.
Ulisses Munarim
Superintendente Regional da 11.ª SR/IPHAN/SC

Ref.: Terminais Portuários – EIA/RIMA

TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A (CNPJ: 08.504.106/0001-34)

FERTIMPORT S/A (CNPJ: 53.004.313/0001-84)

Prezado Senhor

Em atendimento ao solicitado pelo Ofício nº 135/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA de 19 de junho de 2009 (cópia anexa), encaminhamos a essa Superintendência versão digital do estudo acima referenciado.

Observação: Ambos os empreendimentos foram alvo de Diagnóstico Arqueológico (Processo nº 1510.000229/2007-31) cujo conteúdo foi submetido à análise da 11.ª SR/IPHAN/SC.

Respeitosamente,

Osni Piske
Diretor

SR/IPHAN/SC
RECEBIDO EM
26 / 06 / 2009

11.ª SR/IPHAN/SC
Rua Conselheiro Mafra, 141 – 2º Andar - Centro
88.010-100 – Florianópolis/SC

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

EM BRANCO

Cópia

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Fls. 112
Proc. 6995/08

Joinville, 23 de junho de 2009.

FTMA 2972/09-3

26 JUN 2009

Ilmo. Sr.
Murilo Xavier Flores
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA

Ref.: Terminais Portuários – EIA/RIMA

TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A (CNPJ: 08.504.106/0001-34)

FERTIMPORT S/A (CNPJ: 53.004.313/0001-84)

Prezado Senhor

Em atendimento ao solicitado pelo Ofício nº 135/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA de 19 de junho de 2009 (cópia anexa), encaminhamos a essa Fundação versão digital do estudo acima referenciado.

Respeitosamente,

Osni Piske
Diretor

Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA
Rua Felipe Schmidt, 485 – Centro
88010-001 – Florianópolis/SC

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

Cópia

EM BRANCO

Cópia

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Fls. 113
Proc. 6995/08

Joinville, 23 de junho de 2009.

Ilmo. Sr.
Luiz Roberto de Oliveira
Prefeito de São Francisco do Sul

Ref.: Terminais Portuários – RIMA

TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A (CNPJ: 08.504.106/0001-34)

FERTIMPORT S/A (CNPJ: 53.004.313/0001-84)

Prezado Senhor

Em atendimento ao solicitado pelo Ofício nº 135/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA de 19 de junho de 2009 (cópia anexa), encaminhamos a essa Prefeitura Municipal versão impressa do estudo acima referenciado.

Respeitosamente,

Osni Piske
Diretor

Recebido por
Márcia Henrique
Recepcionista
26/06/09
Às 9:34

Prefeitura Municipal de Francisco do Sul
Praça Getúlio Vargas, 01 - Centro
89240-000 – São Francisco do Sul/SC

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

EM BRANCO

Cópia

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Fls. 114
Proc. 6995/08

Joinville, 23 de junho de 2009.

IBAMA / SC JLLE/SC
Prot. nº 137
25 JUN. 2009
Visto

Ilmo. Sr.
Ricardo Pinheiro Lima
Chefe do Escritório Regional do IBAMA em Joinville

Ref.: Terminais Portuários – RIMA

TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A (CNPJ: 08.504.106/0001-34)

FERTIMPORT S/A (CNPJ: 53.004.313/0001-84)

Prezado Senhor

Em atendimento ao solicitado pelo Ofício nº 135/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA de 19 de junho de 2009 (cópia anexa), encaminhamos a esse Escritório Regional versão impressa do estudo acima referenciado.

Respeitosamente,

Osni Piske
Diretor

Escritório Regional do IBAMA
Rua do Príncipe, nº 226 sala 22/23 Ed. Pedro Salles - Centro
89.201-000 – Joinville/SC

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

Cópia

EM BRANCO

Cópia

Fls. 115
Proc. 6995/08

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Joinville, 23 de junho de 2009.

Ilma. Sra.
Graziela Isauro da Silva Hess
Responsável pela Biblioteca Municipal de São Francisco do Sul

Ref.: Terminais Portuários – RIMA

TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A (CNPJ: 08.504.106/0001-34)

FERTIMPORT S/A (CNPJ: 53.004.313/0001-84)

Prezada Senhora

Em atendimento ao solicitado pelo Ofício nº 135/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA de 19 de junho de 2009 (cópia anexa), encaminhamos a essa Biblioteca Municipal versão impressa do estudo acima referenciado.

Respeitosamente,

Osni Piske
Diretor

Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL AUGUSTO RIBEIRO
Recebi em: 26/06/09 às 09:25 h

Biblioteca Municipal de São Francisco do Sul - SC
Rua Rafael Pardinho 249 – Centro
89240-000 – São Francisco do Sul/SC

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

Cópia

EM BRANCO

Fls. 116
Proc. 6995/08
Assinatura

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por fim prorrogar o prazo de vigência do Convênio 307/2007 até 31 de janeiro de 2010 a partir da data de assinatura deste Termo Aditivo.
DATA DE ASSINATURA: de 2009.
SIGNATÁRIOS: WADSON NATHANIEL RIBEIRO, Secretário Executivo-ME - C.P.F: 033.330.476-40, JULIO CESAR MONZU FILGUEIRA, Secretário Nacional de Esporte Educacional - C.P.F: 118.407.288-41, e JÚLIO EMÍLIO LOSSIO DE MACEDO, Prefeito Municipal de Petrolina-PE - C.P.F: 653.313.974/68.
PROCESSO: 58701.001134/2007-13

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº393/2007.
CONCEDENTE: União, por intermédio do Ministério do Esporte - CNPJ 02.961.362/0001-74.
CONVENENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA GARIBALDI BRASIL-AC - CNPJ: 63.606.784/0001-16
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por fim prorrogar o prazo de vigência do Convênio 393/2007 até 04 de fevereiro de 2010 a partir da data de assinatura deste Termo Aditivo.
DATA DE ASSINATURA: 3 de julho de 2009.
SIGNATÁRIOS: WADSON NATHANIEL RIBEIRO, Secretário Executivo-ME - C.P.F: 033.330.476-40, REJANE PENNA RODRIGUES, Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer - C.P.F: 324.147.220-53 e MARCOS VINÍCIUS S. DAS NEVES, Presidente da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil-AC - C..P.F: 760.562.527-87
PROCESSO: 58701.001262/2007-59

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº446/2007.
CONCEDENTE: União, por intermédio do Ministério do Esporte - CNPJ 02.961.362/0001-74.
CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA/GO - CNPJ: 01.612.092/0001-23.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por fim prorrogar o prazo de vigência do Convênio 446/2007 até 27 de julho de 2010, a partir da data de assinatura deste Termo Aditivo.
DATA DE ASSINATURA: 30 de junho de 2009.
SIGNATÁRIOS: WADSON NATHANIEL RIBEIRO, Secretário Executivo-ME - C.P.F: 033.330.476-40, JULIO CESAR MONZU FILGUEIRA, Secretário Nacional de Esporte Educacional - C.P.F: 118.407.288-41, e IRIS REZENDE DE MACHADO, Prefeito Municipal de Goiânia/GO - CPF 002.475.701-25.
PROCESSO: 58701.000374/2007-92

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.000275/2007-19
No Diário Oficial da União nº 29, de 11 de fevereiro de 2009, na Seção 3, página 92, que publicou o EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 114/2007, onde se lê: CHARLES JACINTO ROCHA DOS SANTOS, Secretario Executivo-Substituto-ME - C.P.F: 383.138.394-49, leia-se: WADSON NATHANIEL RIBEIRO, Secretario Executivo-ME - C.P.F: 033.330.476-40.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 27/2009

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 58000001522200955. Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de vigilância armada, para atender às necessidades do Ministerio do Esporte em suas instalações localizadas à Quadra 511, Bloco "A", Edifício Bitar II, Asa Norte - Brasília - DF.

RENI DE PAULA FERNANDES
Pregoeiro

(SIDEC - 06/07/2009) 180002-00001-2009NE900091

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 2/2009

O Presidente da Comissão de Licitação do Ministério do Esporte, declara vencedora da concorrência nº 02/2009, o Consórcio Copa 2014, com a nota final de 79,60, sendo o consorcio composto das seguintes empresas: Enerconsult S/A - CNPJ 04.335.981/0111-89; Value Partners Ltda., CNPJ 00.144.934/0001-05; Empresa Brasileira de Engenharia e Infraestrutura Ltda., CNPJ 10.500.017/0001-61; Galo Publicidade e Marketing Ltda., CNPJ 67.343.824/0001-63 e Value Partners Management Consulting C.C Londres 2843820, que apresentou o valor Global de R$ 13.257.140,67, para execução dos serviços.

GUILHERME CALHAO MOTTA

(SIDEC - 06/07/2009) 180002-00001-2009NE900091

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2009

Nº Processo: 02000001430200911. Contratante: MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE -CNPJ Contratado: 00032227000119. Contratado SANTA HELENA URBANIZAÇÃO E OBRAS LTDA. Objeto: Prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, higienização e dedetização, com fornecimento de todo material e equipamento necessário, nas dependências do MMA. O valor estimado para o exercício de 2009 é de R$ 595.593,54. Fundamento Legal: Inciso XI do Art.24 da Lei nº8.666/93 e suas alterações Vigência: 01/07/2009 a 31/12/2009. Valor Total: R$1.191.187,08. Fonte: 100000000 - 2009NE900522. Data de Assinatura: 01/07/2009.

(SICON - 06/07/2009)

RETIFICAÇÃO

No aviso de licitação, Pregão Nº 7/2009 publicado no D.O. de 06/07/2009, Seção 3 Pág. 140 , Onde se lê: Abertura das Propostas: 17/09/2009 às 10h00 Leia-se : Abertura das Propostas: 21/07/2009às 10h00

(SIDEC - 06/07/2009)

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EDITAL

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA informa que recebeu o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para o licenciamento ambiental do Terminal de Granéis de Santa Catarina- TGSC e Fertimport, localizada no município de São Francisco do Sul. E também, a quem interessar, que no período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste edital, poderá ser solicitada Audiência Pública, conforme determina a Resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987.

Para tanto, em atendimento ao disposto na Resolução CONAMA Nº 009/87, torna público que se encontra à disposição, para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópia do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento: IBAMA/SEDE - SCEN, Av. L4 Norte, Edifício Sede do IBAMA, Bloco "C", 1º andar, Brasília/DF; Superintendência do IBAMA no Estado de Santa Catarina - Avenida Mauro Ramos nº 1113, Centro, Florianópolis/SC; Escritório Regional do IBAMA em Joinville - Rua do Príncipe nº 266, salas 22/23, Ed. Pedro Salles, Centro, Joinville/SC; Biblioteca Pública de São Francisco do Sul - Rua Rafael Pardinho nº 249, Centro, São Francisco do Sul/SC; Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul - Secretaria de Meio Ambiente - Praça Getúlio Vargas nº 01, Centro, São Francisco do Sul/SC.

SEBASTIÃO CUSTODIO PIRES
1º Instituto

AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO Nº 14/2009

Comunicamos o adiamento da licitação supra citada , publicada no D.O. de 26/06/2009.Entrega das Propostas: a partir de 26/06/2009, às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/07/2009, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de expediente(escritório, informática, hospitalar, copa, vídeo e elétrico) para reposição de estoque do Almoxarifado/IBAMA/SEDE.

EDMUNDO SOARES DO NASCIMENTO FILHO
Coordenador-Geral de Administração

(SIDEC - 06/07/2009) 193099-19211-2009NE900035

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE 6 DE JULHO DE 2009

O Superintendente do IBAMA em Rondônia, no uso de suas atribuições legais, notifica as pessoas físicas e jurídicas a seguir relacionadas que se encontram em lugar incerto e não sabido, e que se encontram em débido para com esta autarquia, relativo a multa administrativa por infração às Leis de proteção ao meio ambiente, para pagarem no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste Edital, os referidos débido, sob pena de inscrição em Divida Ativa e no cadastro de inadimplentes, conforme disposto na Portaria Normativa nº 044/97 de 14.05.97 e em outras legislações pertinentes.

Interessado	CPF/CNPJ	Nº DO PROCESSO	Nº AI
ANTONIO MAGALHAES	246.837.872-53	02024.001491/2005-86	252370-D
ANTONIO DEDA	614.404.692-53	02024.000695/2007-61	199436-D
APARECIDO DONIZETE DE OLIVEIRA	238.988.282-04	02024.000988/2008-20	196897-D
ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA	257.536.648-81	02024.001837/2007-16	251314-D
ARQUIMEDIO SOARES DE MOURA	651.043.232-34	02024.001714/2006-96	199545-D
COM E IND MAD BRUNO LTDA	07.805.556/0001-02	02024.002256/2007-93	556097-D
CABRIUVA COM. E IND DE MADS LTDA	06.921.338/0002-43	02024.000912/2006-32	340105-D
COEMA IND COM E EXP DE MADS LTDA	84.743.426/0001-25	02024.002029/2005-04	251908-D
DEJANE CLEIDE CAMPOS FERREIRA	683.487.542-53	02024.000949/2008-22	252744-D
IND COM REP MADS SILVEIRA LTDA	07.366.061/0001-16	02024.002518/2007-10	463567-D
IND COM E BENEFICIAMENTO DE MADS DOOPY LTDA	07.372.384/0001-12	02024.001879/2007-49	251319-D
IVETE DE SOUZA SILVEIRA	115.001.072-04	02024.001199/2007-25	252511-D
JOAO BATISTA DA SILVA	670.846.642-20	02024.000908/2008-36	196726-D
LUIZ CARLOS DA SILVA	312.442.542-15	02024.000926/2008-18	464379-D
LUCIA PEREIRA DE BARROS	561.111.002-97	02024.001472/2008-01	252753-D
MASSANGANA MADS LTDA-ME	04.186.876/0001-25	02502.000104/2005-10	196374-D
MARIANO CAMARA	219.856.772-53	02002.000641/2003-21	202763-D
P.R COM REP DE IMP E EXP LTDA	05.908.910/0001-90	02024.001811/2005-06	252237-D
SOUZA E LINO LTDA	06.303.677/0001-85	02024.000411/2006-56	251467-D
SANDOVAL FERREIRA DA SILVA	288.383.431-84	02024.002566/2007-16	252559-D
VIACELL IND COM IMP E EXP DE MADS LTDA	03.721.142/0001-36	02502.001711/2005-99	499248-D
W R TRANSPORTE COM IND IMP E EXP DE MADS LTDA	05.274.174/0001-66	02024.000023/2008-37	196944-D

Vistas dos processos correspondentes poderão ser obtido junto á Superintendência Estadual do IBAMA em Rondônia, Av. Governador Jorge Teixeira 3556, Bairro Costa e Silva, Porto Velho-RO. Caso já tenha havido o pagamento e, por qualquer motivo, este não tenha sido ainda registrado, deverá apresentar o respectivo comprovante no endereço mencionado para que se proceda à devida baixa.

CESAR LUIZ SILVA GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

EXTRATO DE ADESÃO

Espécie: Termo de Adesão com objetivo de prestação de serviço voluntário que celebram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/MMA, Superintendência do Estado de São Paulo, com os voluntários abaixo especificados.
AMPARO: Nos termos da Lei nº. 9.608/98, sem vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista. OBJETO: Prestação de serviço voluntário para execução de trabalhos desenvolvidos junto ao Escritório Regional do Ibama em Santos/SP. Termo de Adesão 36/09 Voluntário (a) Nathalia Pacheco Peres da Silva RG: 44.257.600-6; CPF: 351.090.678-05.
AMPARO: Nos termos da Lei nº. 9.608/98, sem vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista. OBJETO: Prestação de serviço voluntário para execução de trabalhos desenvolvidos junto ao Superintendência do Ibama no Estado de São Paulo/SP. Termo de Adesão 37/09 Voluntário (a) Renato Lima Conti RG: 32.249.214-2; CPF: 344.811.058-28.
AMPARO: Nos termos da Lei nº. 9.608/98, sem vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista. OBJETO: Prestação de serviço voluntário para execução de trabalhos desenvolvidos junto ao Escritório Regional do Ibama em Assis/SP. Termo de Adesão 38/09 Voluntário (a) Leandro Henrique Martins Dias RG: 43.509.832-9; CPF: 356.185.698-50.

FAX TRANSMITIDO EM:
08 / 07 /09
ÀS 15 : 00 H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº:

EM BRANCO

Fls. 117
Proc. 6995/08

TGSC
TERMINAL DE GRANÉIS DE SC

Joinville, 16 de junho de 2009.

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 9214
DATA: 21/07/09
RECEBIDO:

Ilmo. Sr.
Eugênio Pio Costa
Coordenador de Licenciamento de Transportes

Ref.: Terminais Portuários – EIA/RIMA

TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A (CNPJ: 08.504.106/0001-34)

FERTIMPORT S/A (CNPJ: 53.004.313/0001-84)

Prezado Senhor

Conforme Publicação em Diário Oficial da União de 7 de julho de 2009 o IBAMA informa que recebeu o EIA/RIMA para o licenciamento do Terminal de Granéis de Santa Catarina – TGSC e FERTIMPORT e conforme previsão da Resolução CONAMA nº 009 de dezembro de 1987 estipula prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da respectiva publicação para a solicitação de Audiência Pública por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinqüenta) ou mais cidadãos.

Considerando que, o Órgão de Meio Ambiente sempre que julgar necessário pode solicitar a realização da Audiência Pública, o empreendimento em questão, visando evitar futuros questionamentos quanto à transparência e a publicidade do processo de licenciamento ambiental sugere que a Audiência Pública seja promovida independentemente da ocorrência ou não de solicitação externa.

Caso o IBAMA julgue a sugestão apresentada procedente, tomamos a liberdade de avaliar os locais apropriados para realização de tal evento bem como suas respectivas disponibilidades. Neste sentido constatamos que **Cine Teatro X de Novembro** localizado na Rua Hercílio Luz nº 50 – Centro, CEP 89240-000 no Município de São Francisco do Sul – SC é o local mais adequado para realização da Audiência Publica e apresenta disponibilidade para o dia 27 de agosto de 2009 (quinta-feira).

Respeitosamente,

Ricardo Lobo de Macedo
TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede - Bloco "C"
70.818-900 – Brasília/DF

à correio
em 21/07/09

À COTRA
Em 23/07/09
Patrícia

Aos

Dr. Leandro

Dra. Flávia

Dr. Fernando

Dra. Mariana

Para análise e providências.

Att.

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA

27/07/2009

Fls. 118
Proc. 6995/08
Rubrica

OAP® - CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Joinville, 28 de julho de 2009.

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 9744
DATA: 31/07/09
RECEBIDO:

Ilmo. Sr.
Eugênio Pio Costa
Coordenador de Licenciamento de Transportes

Ref.: Terminais Portuários – EIA/RIMA

TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S/A (CNPJ: 08.504.106/0001-34)

FERTIMPORT S/A (CNPJ: 53.004.313/0001-84)

Prezado Senhor

Em atendimento ao solicitado pelo Ofício nº 135/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA de 19 de junho de 2009, encaminhamos a esse Instituto cópia do protocolo de entrega de versão digital EIA/RIMA para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Respeitosamente,

Carlos Henrique Pedriali Nóbrega
OAP Consultores Associados

À COTRA
p/ conhecimento
31.07.09

Rosa Helena Zago Loes
Coordenadora Geral de
Transportes Mineração e Obras
Civis-CGTMO/DILIC/IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede - Bloco "C"
70.818-900 – Brasília/DF

À COTRA
em 31/07/09

Rua Abdon Batista, 121 - Edifício Hannover - conj. 1306 Fone/Fax : (47) 3422-0182 CEP 89.201-010 - Joinville - SC
e-mail : oap@oap.srv.br

À Analista

Noliana

para conhecimento e providências.

Em 4/8/09

Tahama Veil

Tahama Veil de Souza
Coordenadora de Licenciamento de Transporte
Substituta / Matrícula 1319417
COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

Fls. 119
Proc. 6995/08

Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

EDITAL

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA torna público que será realizada Audiência Pública no dia 27 de agosto de 2009, às 19:00 horas, no Cine Teatro X de Novembro localizado na Rua Hercílio Luz n° 50, para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do empreendimento "Terminal de Granéis de Santa Catarina – TGSC e Terminal da Fertimport".

Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna público que se encontra à disposição, para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópia do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento: IBAMA/SEDE – SCEN, Av. L4 Norte, Edifício Sede do IBAMA, Bloco "C", 1º andar, Brasília/DF; Superintendência do IBAMA no Estado de Santa Catarina – Avenida Mauro Ramos n° 1113, Centro, Florianópolis/SC; Escritório Regional do IBAMA em Joinville – Rua do Príncipe n° 266, salas 22/23, Ed. Pedro Salles, Centro, Joinville/SC; Biblioteca Pública de São Francisco do Sul – Rua Rafael Pardinho n° 249, Centro, São Francisco do Sul/SC; Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul – Secretaria de Meio Ambiente – Praça Getúlio Vargas n° 01, Centro, São Francisco do Sul/SC.

Brasília, 06 de agosto de 2009

Sebastião Custódio Pires
Diretor de Licenciamento Ambiental

PUBLIQUE-SE EM:

EM BRANCO

Fls. 120
Proc. 6995/08
Rubrica

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 704368/2009

ESPÉCIE: Convênio que celebram entre si a União, por intermédio do Ministério do Esporte - CNPJ 02.961.362/0001-74 e a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS/SP - CNPJ 33.909.482/0001-56.
OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a realização do "JUIZ DE FORA TENNIS CLASSIC", a ser realizado em Juiz de Fora/MG.
DESPESA: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes do Ministério do Esporte, Orçamento Geral da União, no valor de R$ 60.081,70 (sessenta mil, oitenta e um reais e setenta centavos) no Programa de Trabalho 27.128.00181.2500.0001, Natureza de Despesa 33.50.41 e Fonte de Recursos 100, e R$ 15.120,00 (quinze mil e cento e vinte reais) referente à contrapartida de Bens e Serviços, perfazendo o valor total de R$ 75.201,70 (setenta e cinco mil, duzentos e um reais e setenta centavos).
NOTA DE EMPENHO: 2009NE900425, de 07 de agosto de 2009, UG/Gestão: 180002/00001.
VIGÊNCIA: presente Convênio vigerá pelo período de 08 de agosto de 2009 a 08 de outubro de 2009, para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho.
DATA DE ASSINATURA: 07 de agosto de 2009.
SIGNATÁRIOS: WADSON NATHANIEL RIBEIRO, Secretário Executivo, C.P.F: 033.330.476-40, RICARDO LEYSER GONÇALVES, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, C.P.F: 154.077.518-60 e JORGE LACERDA DA ROSA, Presidente da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS/SP - C.P.F: 674.775.189-20.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 704336/2009

ESPÉCIE: Convênio que celebram entre si a União, por intermédio do Ministério do Esporte - CNPJ 02.961.362/0001-74 e o INSTITUTO ILUMINATUS/SP - CNPJ 05.521.019/0001-05.
OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a realização do "Evento Nacional de Capacitação para Gestores Públicos e Privados (Sports Business)", a ser executado na cidade de São Paulo/SP.
DESPESA: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes do Ministério do Esporte, Orçamento Geral da União, no valor de R$ 363.300,00 (trezentos e sessenta e três mil e trezentos reais) no Programa de Trabalho 27.128.00181.2456.0001, Natureza de Despesa 33.50.41 e Fonte de Recursos 100, e R$ 12.000,00 (doze mil reais) referente à contrapartida financeira, perfazendo o valor total de R$ 375.300,00 (trezentos e setenta e cinco mil e trezentos reais).
NOTA DE EMPENHO: 2009NE900424, de 07 de agosto de 2009, UG/Gestão: 180002/00001.
VIGÊNCIA: presente Convênio vigerá por 60 (sessenta) dias, ou seja, com início em 10 de agosto de 2009 e término em 08 de outubro de 2009, para a execução do objeto.
DATA DE ASSINATURA: 07 de agosto de 2009.
SIGNATÁRIOS: WADSON NATHANIEL RIBEIRO, Secretário Executivo, C.P.F: 033.330.476-40, RICARDO LEYSER GONÇALVES, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, C.P.F: 154.077.518-60 e ALFREDO ANTÔNIO DEL NERO JUNIOR, Presidente do INSTITUTO ILUMINATUS/SP - C.P.F: 044.055.968-59.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 321/2007.
CONCEDENTE: União, por intermédio do Ministério do Esporte - CNPJ 02.961.362/0001-74.
CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA/MG - CNPJ: 19.876.424/0001-42.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por fim prorrogar o prazo de vigência do Convênio 321/2007 até 08 de janeiro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17 de julho de 2009.
SIGNATÁRIOS: WADSON NATHANIEL RIBEIRO, Secretário Executivo-ME - C.P.F: 033.330.476-40, JULIO CESAR MONZU FILGUEIRA, Secretário Nacional de Esporte Educacional - C.P.F: 118.407.288-41, e ROBSON GOMES DA SILVA, Prefeito Municipal de Ipatinga/MG - C.P.F:244.402.806-68.
PROCESSO: 58701.001071/2007-97.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2009

Nº Processo: 58000001498200954. Contratante: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, -ORCAMENTO E ADMINISTRACA. CNPJ Contratado: 56795362000170. Contratado : DAMOVO DO BRASIL S.A. -Objeto: Prestação de serviço especializado para fornecer, instalar e configurar switches para utilização nos edifícios do Ministério do Esporte. Fundamento Legal: Decretos nº 2271/97, 3555/00 e 5450/05 e Leis nº 10520/02 e 8666/93. Vigência: 05/08/2009 a 04/08/2010. Valor Total: R$349.916,00. Fonte: 100000000 - 2009NE900358 Fonte: 100000000 - 2009NE900359. Data de Assinatura: 05/08/2009.

(SICON - 07/08/2009) 180002-00001-2009NE900091

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2009

Número do Contrato: 9/2006. Nº Processo: 58000001522200911. Contratante: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, -ORCAMENTO E ADMINISTRACA. CNPJ Contratado: 09168704000142. Contratado : EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A.- EBC. Objeto: Prorrogar por mais 12 meses, a partir de 17 de agosto de 2009, o prazo de vigência do Contrato. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 17/08/2009 a 16/08/2010. Valor Total: R$129.024,00. Fonte: 100000000 - 2009NE900051. Data de Assinatura: 03/08/2009.

(SICON - 07/08/2009) 180002-00001-2009NE900091

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 11/2009

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, de forma contínua, com fins de atender às demandas administrativas e operacionais/auxiliares de natureza complementar e acessória para as atividades de carregador de móveis, técnico em edificação, recepcionista e contínuo, das unidades administrativas do Ministério do Meio Ambiente em Brasília/DF. Total de Itens Licitados: 00004 . Edital: 10/08/2009 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 . ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 641 Asa Sul - BRASILIA - DF . Entrega das Propostas: a partir de 10/08/2009 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br . Abertura das Propostas: 21/08/2009 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br . Informações Gerais: Trazer mídia para cópia do edital e anexos.

VINICIUS MENDES MACHADO
Pregoeiro

(SIDEC - 07/08/2009)

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 14/2009

Comunicamos que o edital da licitação supra citada, publicada no D.O. de 31/07/2009 foi alterado. OBJETO : PREGAO ELETRONICO Prestação de serviços de locação de veículos, de pequeno e médio porte, para transporte de pessoas e pequenos volumes, com motorista, combustível, seguro total e outros encargos necessários à execução dos serviços, com franquia diária estimada de 300 km, por veículo, a serem prestados nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste do país, visando atender às necessidades institucionais da Agência Nacional de Águas ANA, fora de sua sede.
Total de Itens Licitados: 00003 Novo Edital: 10/08/2009 das 08h00 às 12h00 e d14h00 às 17h00 . Endereço: SP Área 5, Quadra 3, Bloco "B", Sala 218, Asa Sul BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 10/08/2009 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/08/2009, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

MARIA VERÔNICA DE QUEIROZ ARAUJO BRAGA
Pregoeira

(SIDEC - 07/08/2009) 443001-44205-2009NE000033

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Convênio MMA/FNMA no 110/2004. PROCESSO No 02000.003481/2004-72. CONVENENTES: A União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, CNPJ no 37.115.375/0001-07, e do Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA, CNPJ no 37.115.375/0004-50 e o Instituto do Meio Ambiente - IMA, CNPJ nº 13.220.686/0001-78. OBJETO: prorrogar os prazos de execução e vigência para 22/12/2009, alterar a data para a Prestação de Contas e reformular o Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 29/01/2009. SIGNATÁRIOS: Fabrício Amilívia Barreto, Diretor do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável, CPF/MF no 486.744.350-68 e Elizabeth Maria Souto Wagner, Diretora Geral do IMA, CPF/MF no 094.286.155-87.

ESPÉCIE: Nono Termo Aditivo ao Convênio MMA/FNMA no 048/2004. PROCESSO No 02000.000849/2004-41. CONVENENTES: A União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, CNPJ no 37.115.375/0001-07, e do Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA, CNPJ no 37.115.375/0004-50 e o Município de Ministro Andrezza, CNPJ nº 63.762.074/0001-85. OBJETO: prorrogar os prazos de execução e vigência para 30/06/2010, alterar a data para a Prestação de Contas e reformular o Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 30/07/2009. SIGNATÁRIOS: Fabrício Amilívia Barreto, Diretor do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável, CPF/MF no 486.744.350-68 e Neuri Carlos Persch, Prefeito Municipal, CPF/MF no 325.451.772-53.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2009

Nº Processo: 02022001016200953. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 10546329000106. Contratado : ASERV - ADMINISTRADORA DE SERVICOSLTDA. Objeto: Prestação,de forma contínua, dos serviços de limpeza e conservação predial (áreas internas e internas), nas dependencias da Superintendência do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro, àPraça XV de Novembro, 42, Centro, Rio de Janeiro/RJ, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e Decreto 2271/97Vigência: 05/08/2009 a 04/08/2010. Valor Total: R$162.000,00. Fonte: 250193034 - 2009NE900189. Data de Assinatura: 05/08/2009.

(SICON - 07/08/2009) 193034-19211-2009NE900035

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 66/2008

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 02001006925200845. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado.

EDMUNDO SOARES DO NASCIMENTO FILHO
Pregoeiro

(SIDEC - 07/08/2009) 193099-19211-2009NE900017

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que será realizada Audiência Pública no dia 27 de agosto de 2009, às 19:00 horas, no Cine Teatro X de Novembro localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do empreendimento "Terminal de Granéis de Santa Catarina - TGSC e Terminal da Fertimport".
Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna público que se encontra à disposição, para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópia do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento: IBAMA/SEDE - SCEN, Av. L4 Norte, Edifício Sede do IBAMA, Bloco "C", 1º andar, Brasília/DF; Superintendência do IBAMA no Estado de Santa Catarina - Avenida Mauro Ramos nº 1113, Centro, Florianópolis/SC; Escritório Regional do IBAMA em Joinville - Rua do Príncipe nº 266, salas 22/23, Ed. Pedro Salles, Centro, Joinville/SC; Biblioteca Pública de São Francisco do Sul - Rua Rafael Pardinho nº 249, Centro, São Francisco do Sul/SC; Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul - Secretaria de Meio Ambiente - Praça Getúlio Vargas nº 01, Centro, São Francisco do Sul/SC.

SEBASTIÃO CUSTODIO PIRES
Diretor

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRANSPORTE, MINERAÇÃO E OBRAS CIVIS

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que, em atendimento à legislação vigente, promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do empreendimento denominado Gasoduto do Brasil Central, nos seguintes dias, horários e locais: no dia 31 de agosto de 2008, a partir das 17h00, no Centro de Convenções Ribeirão Preto (CCRP), Rua Bernardino de Campos, nº 999, Higienópolis - Ribeirão Preto/ SP; 1º de setembro de 2009, a partir das 17h00, no ABCZ - Anexo Parque de Exposições, Praça Vicentino Rodrigues da Cunha, nº 110 - Bloco 1, Parque Fernando Costa, Bairro Benedito - Uberaba/ MG; 2 de setembro de 2009, a partir das 17h00, na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Avenida Beira Rio, nº 1001, Bairro Nova Aurora - Itumbiara/ GO e 3 de setembro de 2009, a partir das 17h00, no auditório da Faculdade da Terra (UNISABER), Quadra 203, Lote 32 - Recanto das Emas/ DF.
Informamos, ainda, que o EIA e o RIMA relativos ao empreendimento permanecem à disposição, para consulta, nos locais discriminados no Edital publicado no Diário Oficial da União nº 94, de 20 de maio de 2009, Seção 3, página 107.

ROSA HELENA ZAGO LÕES
Coordenadora-Geral

EM BRANCO

Fls. 121
Proc. 6995/08

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1347, Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

Ofício Circular nº 04 /2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de agosto de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor,
Luiz Antônio Garcia Corrêa
Diretor de Licenciamento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA
Rua Felipe Schmidt, 485, Centro
88.010-001 – Florianópolis – SC
Fone (48) 3216-1700 FAX: (48) 3216-1797

Assunto: **Convite para Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA do Empreendimento "Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Terminal da Fertimport", em São Francisco do Sul.**

Senhor Diretor,

1. Ao tempo em que o cumprimento cordialmente, convido V.S.a a participar da Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – do empreendimento "Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Terminal da Fertimport", a ser realizada na seguinte data, local e horário:

Data: 27 de agosto 2009
Local: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul/SC.
Horário: 19:00 horas.

2. Sem mais no momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

FAX TRANSMITIDO EM: 25/08/09
ÀS 15:00 h
RESPONSÁVEL:
FAX Nº:

EUGÊNIO PIO COSTA
Coordenador de Licenciamento de Transportes

G:\dilic\COTRA\cotra_09\costeira\sc\TGSC-Fertimport\O_AudPubl_FATMA.doc MGP

EM BRANCO

Fls. 122
Proc. 6995/08
Rubrica

Ofício Circular nº 04 /2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de agosto de 2009.

Fernando Antônio Brito Fialho
Diretor- Geral
Agência Nacional de Transportes Aquaviários- ANTAQ
SEPN Quadra 514, conjunto "E"- Edifício ANTAQ
70.760-545– Brasília/DF
Fax: (61) 3447-1040

Luiz Fernando Rodrigues
Chefe do Centro de Pesquisas e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul – CEPSUL
Av. Ministro Victor Konder, 374- Centro
88.301-700 – Itajaí- SC
Fax.: (47) 3348-6058 Ramal: 206

Hamilton Jorge da Gama Henrique
Capitão de Mar e Guerra
Capitão dos Portos
Capitania dos Portos de Santa Catarina
Rua 14 de Julho, 440 - Estreito -
88.075-010 Florianópolis/SC
Tel.: (48)-3248-5500 Fax: 248-5500

Dr. Tiago Alzuguir Gutierrez
Procurador da República
Procuradoria da República em Joinville/SC
Av. Juscelino Kubitschek, 410, Bloco B, 2º Andar, Centro
89.201-100 - Joinville/SC
Fax (47) 3441-7217

Ulisses Munarim
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Rua Conselheiro Mafra, 141 – 2º andar – Ed. da Antiga Alfândega
88.010-100 – Florianópolis – SC
Fone (48) 3223-0883

Dr. Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
Rua Bocaiúva, 1.750,2º andar - Paço da Bocaiúva - Centro
88.015-904 Florianópolis - SC
Tel. (48) 3229-9216 Fax (48) 3229-9218

Luiz Antônio Garcia Corrêa
Diretor de Licenciamento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA
Rua Felipe Schmidt, 485, Centro
88.010-001 – Florianópolis – SC
Fone (48) 3216-1700 FAX: (48) 3216-1797

EM BRANCO

Fls. 123
Proc. 6995/08

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação-Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis

Memo nº444/2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de agosto de 2009

Ao: Chefe do Escritório Regional do IBAMA em Joinville

Assunto: **Licenciamento Ambiental do Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Terminal da Fertimport.**

1. Reportando-me ao licenciamento ambiental em epígrafe, convido este Escritório Regional para participar da Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA do empreendimento "Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Terminal da Fertimport", que será realizada no dia 27 de agosto de 2009, a partir das 19:00 horas, no Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, Centro, São Francisco do Sul.

Atenciosamente,

EUGÊNIO PIO COSTA
Coordenador de Licenciamento de Transportes

FAX TRANSMITIDO EM:
25/08/09
ÀS 15:20 H
RESPONSÁVEL:
Aljene
FAX Nº:

G:\dilic\COTRA\cotra_09\costeira\sc\TGSC-Fertimport\mm_esregJoinv_convAP_SFS.doc MGP

EM BRANCO

Fls. 124
Proc. 6995/08

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1347, Fax: (0xx) 61 3225-0564 – URL: http://www.ibama.gov.br

Ofício Circular nº 04 /2009 – COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 25 de agosto de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor,
Luiz Antônio Garcia Corrêa
Diretor de Licenciamento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA
Rua Felipe Schmidt, 485, Centro
88.010-001 – Florianópolis – SC
Fone (48) 3216-1700 FAX: (48) 3216-1797

Assunto: **Convite para Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA do Empreendimento "Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Terminal da Fertimport", em São Francisco do Sul.**

Senhor Diretor,

1. Ao tempo em que o cumprimento cordialmente, convido V.S.a a participar da Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – do empreendimento "Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Terminal da Fertimport", a ser realizada na seguinte data, local e horário:

Data: 27 de agosto 2009
Local: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul/SC.
Horário: 19:00 horas.

2. Sem mais no momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

FAX TRANSMITIDO EM: 25/08/09
ÀS 16:00 H
RESPONSÁVEL:
FAX Nº:

EUGENIO PIO COSTA
Coordenador de Licenciamento de Transportes

G:\dilic\COTRA\cotra_09\costeira\sc\TGSC-Fertimport\O_AudPubl_FATMA.doc MGP

EM BRANCO

Fls. 125
Proc. 6995/08
Rubrica

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação-Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis

Memo nº 79 /2009 – ~~COTR~~A/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 26 de agosto de 2009

À: Superintendência do IBAMA em Santa Catarina.

Assunto: **Licenciamento Ambiental do Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Terminal da Fertimport.**

c/c: NLA/SUPES/IBAMA/SC.

1. Reportando-me ao licenciamento ambiental em epígrafe, convido esta Superintendência para participar da Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA do empreendimento "Terminal de Granéis Santa Catarina – TGSC e Terminal da Fertimport", que será realizada no dia 27 de agosto de 2009, a partir das 19:00 horas, no Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, Centro, São Francisco do Sul.

2. Informo, ainda, que a Audiência será presidida pelo Coordenador de Licenciamento de Transportes, sr. Eugênio Pio Costa.

Atenciosamente,

ROSA HELENA ZAGO LÓES
Coordenadora Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis

EM BRANCO

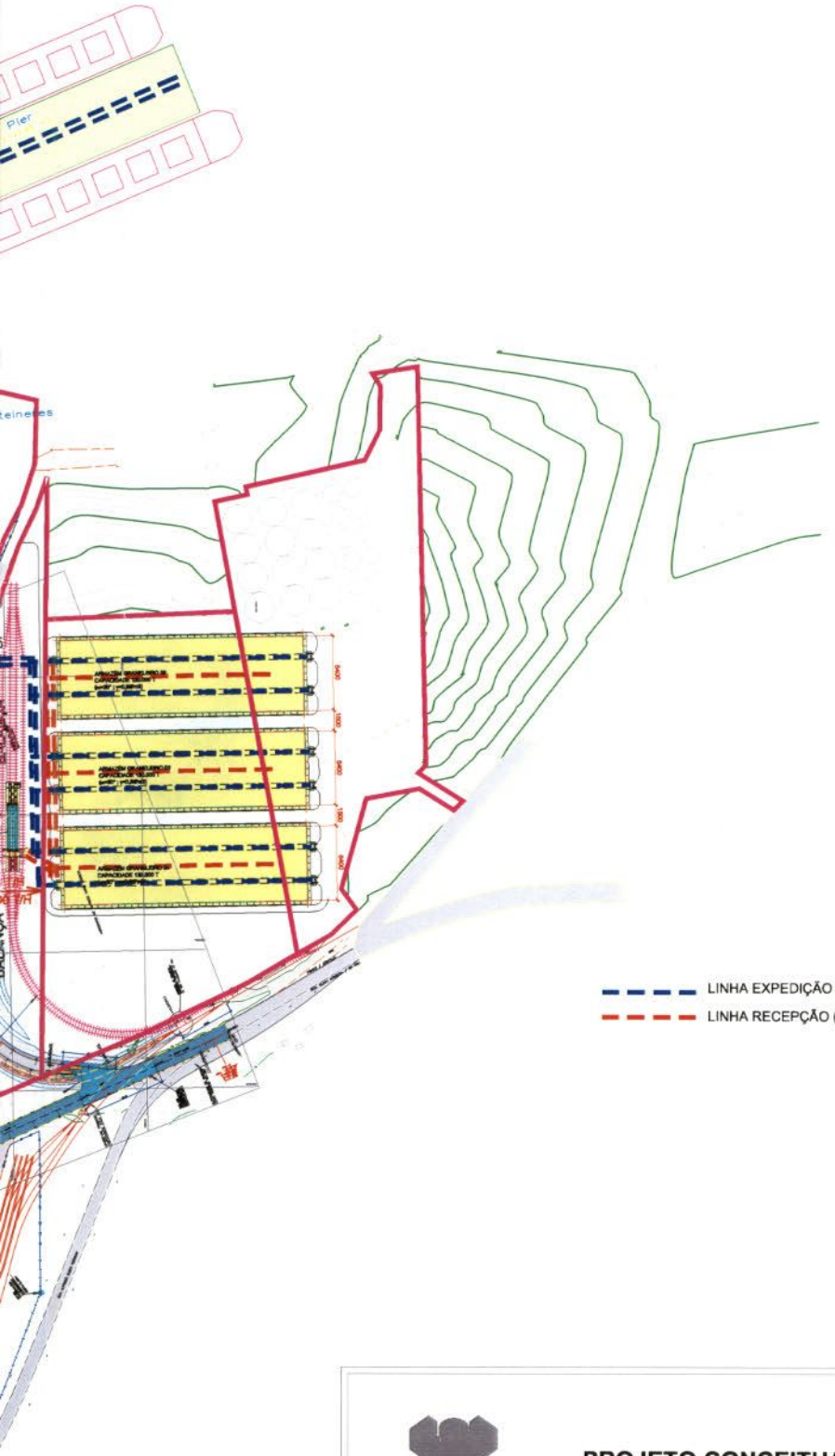
Fls. 126
Proc. 6995/08

EM BRANCO

Fls. 127
Proc. 6995/08

EM BRANCO

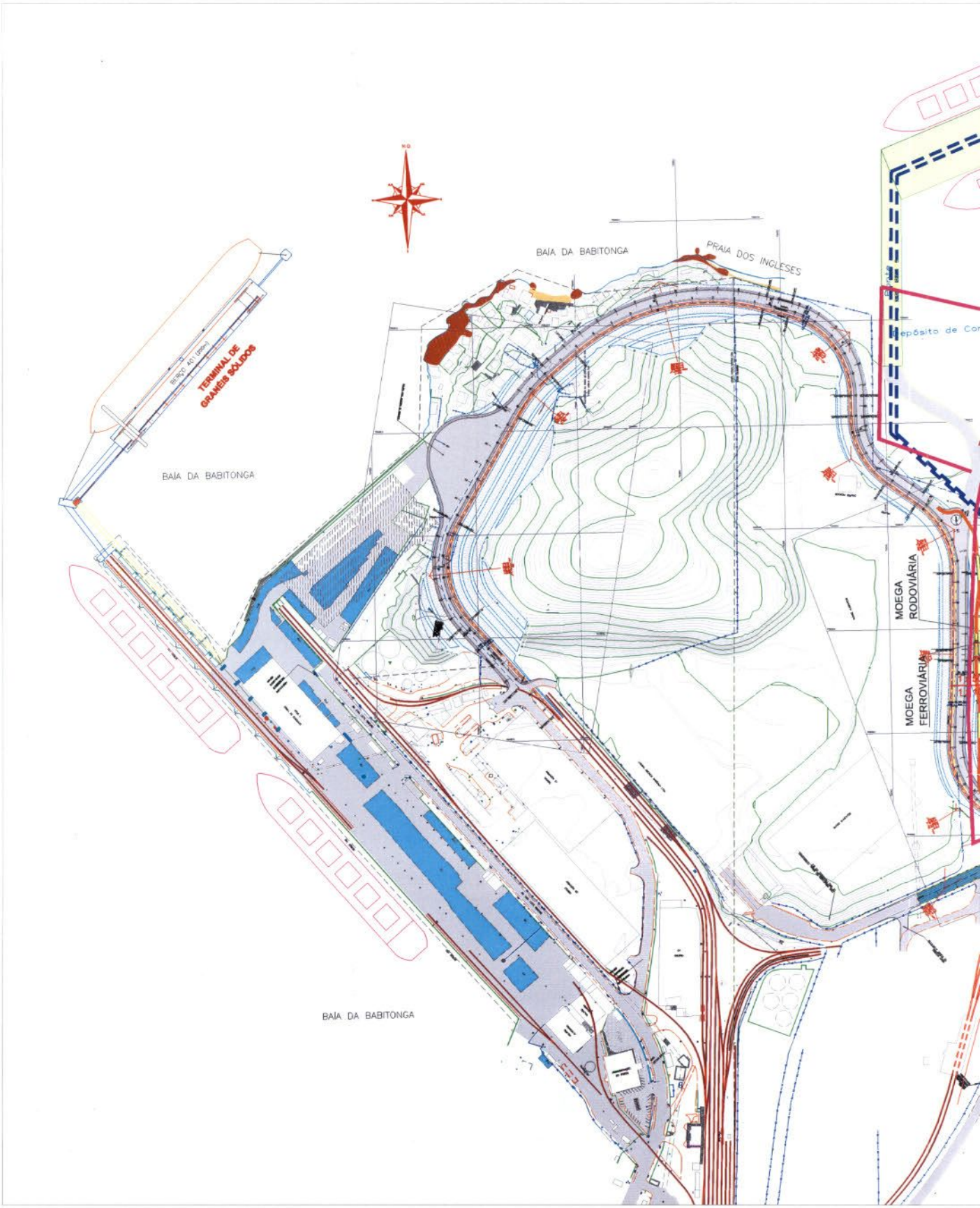
Fls. 128
Proc. 6995/08
Rubrica



urresta
arquitetura

PROJETO CONCEITUAL DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

Esc. 1/2500



BAÍA DA BABITONGA
PRAIA DOS INGLESES
TERMINAL DE GRANÉIS SÓLIDOS
BAÍA DA BABITONGA
MOEGA RODOVIÁRIA
MOEGA FERROVIÁRIA
BAÍA DA BABITONGA

Fls. 129
Proc. 6995/08
Rubrica

(1)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: JORGE HEGEL URRESTO

IDENTIDADE: 689489 - SSP. SC CREA 5663-8

ENDEREÇO/TELEFONE: RUA HERCILIO LUZ 09

ÓRGÃO: URRESTO ARQUITETOS

PERGUNTAS: EM VIRTUDE DE SER CONFRONTANTE DO TERRENO ONDE ESTÁ SENDO PROPOSTO O EMPREENDIMENTO EM DISCUSSÃO.

PERGUNTO

SE O MEU PROJETO CONCEITUAL EM ANEXO NÃO VAI SER PREJUDICADO PELA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS TERMINAIS NO QUE SE REFERE AO USO DO CANAL SECUNDÁRIO NO QUAL ESTÃO EMBASADO NOSSO PROJETO

SE NÃO VAI TER SOMBREAMENTO NO FUTURO EDIS

EM BRANCO

C

Fls. 130
Proc. 6995/08
Rubrica

(2)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

~ *FOLHA PARA QUESTIONAMENTO*

NOME: EDNA ADDISON WESTPHALEN

IDENTIDADE: OAB/SC 1.538-B

ENDEREÇO/TELEFONE: (47) 99775518
eaw@ilhanet.com.br

ÓRGÃO: AMFCA / AMASF

PERGUNTAS: Considerando que a Praia do Inglês (ou dos Ingleses) está na área de influência direta do empreendimento, foi feito estudo social junto aos moradores da localidade para avaliação dos impactos que serão provocados em decorrência do empreendimento?

EM BRANCO

C

Fls. 131
Proc. 6995/08
Público

(3)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: EDNA ADDISON WESTPHALEN

IDENTIDADE: OAB/SC 1538-B

ENDEREÇO/TELEFONE: (47) 99775518

ÓRGÃO: AMECA / AMASF

PERGUNTAS: Porque estão sendo considerados apenas os marisqueiros na região do bairro dos Paulas quando lá exercem suas atividades também pescadores, além dos demais moradores? Não terão todos o direito de serem indenizados da mesma forma?

EM BRANCO

C

Fls. 132
Proc. 6995/08
Rubrica

(4)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: José Luiz do Nascimento

IDENTIDADE: 1.359.499

ENDEREÇO/TELEFONE: Bairro Bela Vista (47) 3444 2661

ÓRGÃO: Moradores do Bairro Bela Vista

PERGUNTAS: Notei que os representantes da Fertimport e da OAP, utilizaram bastante o termo minimizar impacto.
Pergunta: O que será feito para minimizar o impacto que sofrerá a comunidade Bela Vista?

EM BRANCO

Fls. 133
Proc. 6995/08
Rubrica

(5)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: ISMAEL DOS SANTOS (VEREADOR)

IDENTIDADE: COLONIA DE PESCADORES Z-02

ENDEREÇO/TELEFONE: CANDIDO SILVA 147 - PAULAS 9974-2067

ÓRGÃO: CAMARA VEREADORES

PERGUNTAS: FAZER USO DA PALAVRA - QUESTIONAMENTO ORAL

EM BRANCO

€

Fls. 134
Proc. 6995/08
Rubrica

(6)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: UNIVILLE FACULDADE

IDENTIDADE:

ENDEREÇO/TELEFONE:

ÓRGÃO:

PERGUNTAS: Seria interessante pensar em algo que envolva os alunos e empregos?

Oportunidades de Emprego estágio pois a faculdade visa proporcionar o ensino teórico, basta oportunidade para termos oportunidade agir na prática.

Temos o ano que vem a 1ª turma se formando, basta oportunidade e privilegiar o nosso povo.

EM BRANCO

C

Fls. 155
Proc. 6995/08
Rubrica

(7)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: Geraldo Luciano do Nascimento
Presidente da AMACOP

IDENTIDADE: 256 200 MB

ENDEREÇO/TELEFONE: Rua Francisco Mascarenhas nº 2.200, Paulas, SFSul, tel. 3444-1498

ÓRGÃO: Associação de Maricultores Comunitários do Bairro do Paulas - AMACOP

PERGUNTAS: Tendo em vista o material em decomposição já proveniente dos granéis movimentados no porto,

① como ficará a qualidade da água que passará por dentro do cultivo?

② Quem garante que não haverá contaminação dos produtos cultivados?

③ Em relação a limpeza a seco, como a mesma será feita em dias de chuva?

Obs: A AMACOP, está instalada a 12 anos na área de Paraguaçu da SFSul, congregando 21 famílias sendo responsável por 50% da produção de marisco no município.

EM BRANCO

EIC

Fls. 136
Proc. 6995/08
Rubrica

(8)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: Carlos Roberto Mateus dos Santos

IDENTIDADE: 776.121-0

ENDEREÇO/TELEFONE: Francisco Machado de Souza 498

ÓRGÃO: Moradora da praia dos Ingleses

PERGUNTAS:

1) Porque os moradores da Praia dos Ingleses ainda n foram consultados?

2) Será que o Ibama permitirá a implantação dos 3 Terminais em área de pesca e área de preservação permanente para 2 mega empresas particulares?

3) Será que o custo ambiental compensa o benefício com a geração de 500 empregos, se o município investir em Turismo, n gera mais empregos?

4) São Francisco, cidade Tombada pelo Patrimônio irá sofrer com a enorme seira que irá se originar com o pó dos Fertilizantes em suspensão?

5) Será que os donos do TGSC e Fertimport gostariam de residir na praia dos Ingleses, pois se implantados os Terminais gostaria de vendê-la.

EM BRANCO

Fls. 137
Proc. 6995/08
Rubrica

(9)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: Geraldo Bernardo Aquilino

IDENTIDADE: 21.437.471

ENDEREÇO/TELEFONE: (47) 3449-06-72

ÓRGÃO: ASCORP - Associação Comunitária do Paulas (PRESIDENTE)

PERGUNTAS: ENTENDEMOS QUE ESTE EMPREENDIMENTO TRARÁ PARA SÃO FRANCISCO DO SUL, VÁRIOS BENEFÍCIOS, MAS ME PREOCUPO COMO REPRESENTANTE DA COMUNIDADE SEGUINTES ITENS.

(01-) O BAIRRO DO PAULAS É UM BAIRRO QUE VÁRIAS FAMÍLIAS DEPENDE DA PESCA DIRETAMENTE.

(02-) QUAIS AS GARANTIAS QUE TEREMOS, E NOSSO PESCADORES QUE DEPENDEM DA PESCA TERÃO

(03-) COM CERTEZA ALGUM TIPO DE IMPACTO AMBIENTAL TEREMOS;

EM BRANCO

Fls. 138
Proc. 6995/08

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: CELSO DOS SANTOS

IDENTIDADE: SINDICATO DOS CONFERENTES E REPRESENTANTE DA INTERSINDICAL

ENDEREÇO/TELEFONE: TRAV. MAJOR LUCIO CALDEIRA, 81
3444-4180

ÓRGÃO: EMPREENDEDOR

PERGUNTAS: MANIFESTAÇÃO ORAL

EM BRANCO

EIC.

Fls. 139
Proc. 6995/08
(11)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: Sandro Augusto de Oliveira

IDENTIDADE: 1355685-1

ENDEREÇO/TELEFONE: Rua José da Conceição, 147
Bairro: Paraíso - São Francisco do Sul /SC
3441 1317

ÓRGÃO: Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de SC - SINTRACAS SC
(Funcionários da Cidasc)

PERGUNTAS: 1º) Como foi apresentado, ocorrerão mudanças na Logística do corredor de exportação atual da Cidasc, pois passará a ser operado com navios de container. A pergunta é o que acontecerá com os Sheep Loaders da Cidasc?

2º) Atualmente o responsável pelas Operações do Corredor de Exportação é o Governo do Estado através da Cidasc. Como ficará?

3º) O que acontecerá com os moradores do Bela Vista?

4º) Em que localidade ~~esta~~ ficará o Bota Fora?

EM BRANCO

Fls. 140
Proc. 6995/08
Rubrica

(12)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: Vander Luiz da Silva - (manifestação oral)

IDENTIDADE: 2847071

ENDEREÇO/TELEFONE: Rua 25 de Dezembro 1015
3911-1811

ÓRGÃO: Sind. Estivadores

PERGUNTAS: 1ª) A construção do termind está dentro da área do porto organizado ~~de~~?

2ª) Uma vez que a carga saia do ~~Termind~~ Porto público para o termind privado, será utilizado trabalhadores portuários avulsos?

EM BRANCO

Fls. 141
Proc. 6995/08
13

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: TIAGO GUTIERREZ

IDENTIDADE: 27608136 5

ENDEREÇO/TELEFONE: AV. JUSCELINO KUBITSCHEK, 410, 2-B, CENTRO, JOINVILLE

ÓRGÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PERGUNTAS: 1) QUAL O TIPO DE SOLO ONDE SERÃO FIXADAS AS ESTACAS?

2) EXISTIRÁ MONITORAMENTO DOS EFEITOS DOS PILOTIS SOBRE A DINÂMICA DA MARÉ?

3) EXISTE UMA PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO PELO EMPREENDEDOR OU SERÁ DEFINIDA PELO IBAMA? QUANDO?

4) O IBAMA TEM COMO PROCEDIMENTO A CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO APENAS APÓS EXPEDIDA A AUTORIZAÇÃO DA ANTAQ PARA O EMPREENDIMENTO?

EM BRANCO

Fls. 142
Proc. 6995/08

(19)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul – SC.**

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: Francisco Carlos da Silva

IDENTIDADE: 992 457

ENDEREÇO/TELEFONE: 8821 9825

ÓRGÃO: Ass. Moradores do Bela Vista

PERGUNTAS: Uso da Palavra.

EM BRANCO

Fls. 143
Proc. 6995/08
Rubrica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DO EMPREENDIMENTO "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT"

Data : 27 / 08 / 09

Local : Cine Teatro X de Novembro, Rua Hercílio Luz nº 50, São Francisco do Sul - SC.

Horário: 19:00 horas.

Art. 1º - O presente Regulamento trata dos procedimentos a serem observados na Audiência Pública, para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, relativo ao empreendimento "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT".

Art. 2º - Os presentes à Audiência Pública deverão assinar a Lista de Presença.

Art. 3º - A Audiência será constituída por uma Mesa Diretora e um Plenário.

Art. 4º - A Mesa Diretora será composta pelo Presidente, pelo Secretário Executivo, pelo representante do Órgão Estadual de Meio Ambiente, pelo representante do empreendedor e por autoridades federais, estaduais e municipais convidadas pelo IBAMA.

§1º A Audiência será presidida e coordenada pelo IBAMA, que mediará os debates.

§2º Caberá ao Secretário Executivo a coordenação do registro dos participantes da audiência pública, em lista de presença, constando nome, número do documento de identidade, telefone e Instituição que representa, assim como a preparação da respectiva ata.

Art. 5º - Todos os documentos apresentados à Mesa Diretora serão recebidos e juntados ao processo administrativo de licenciamento ambiental do empreendimento, devendo ser citados no decorrer da Audiência Pública.

Art. 6º - A audiência terá início com uma abertura oficial seguida de pronunciamento do Presidente da Mesa Diretora, acerca dos objetivos da mesma e da seqüência dos trabalhos a serem desenvolvidos, informando aos participantes sobre os procedimentos constantes deste Regulamento, a serem observados durante a sessão.

Parágrafo Único – A critério do Presidente, será dada a palavra aos demais componentes da mesa que quiserem dela fazer uso.

* DEFERIDO À MESA

Art 7º - O IBAMA apresentará o estado do processo de licenciamento em 10 (dez) minutos. Na seqüência será realizada apresentação pelo empreendedor sobre o empreendimento e seus objetivos, com duração máxima de 30 (trinta) minutos.

EM BRANCO

Fls. 144
Proc. 6995/08
Rubrica

Art. 8° - A equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) minutos para realizar exposição técnica sobre os estudos desenvolvidos, que deverá ser em linguagem clara e objetiva.

Art. 9° - Será concedido um intervalo de 15 (quinze) minutos para inscrição dos debatedores, podendo ser prorrogado, caso seja necessário, e com a devida permissão do Moderador.

Parágrafo Único – As inscrições ao debate serão feitas por escrito, a partir do preenchimento do formulário próprio, a ser distribuído aos presentes.

E PROTOCOLAR documentos NO processo.

Art. 10° - Para a etapa dos debates, a mesa terá sua composição simplificada. Será composta apenas pelo Presidente, pelo Secretário, pelos representantes do empreendedor e da empresa responsável pelos estudos.

Art. 11° -O Presidente abrirá os debates, obedecendo rigorosamente à ordem das inscrições chegadas à mesa, podendo os questionamentos ser feitos em bloco, a critério da mesa.

§1° O Presidente deverá conduzir os debates com firmeza, não permitindo apartes ou manifestações extemporâneas de qualquer natureza.

§2° Os esclarecimentos e/ou respostas deverão ter a duração máxima de 03 (três) minutos, tempo eventualmente prorrogável a critério do Presidente.

§3° O participante inscrito poderá, se for o caso, solicitar esclarecimentos adicionais, através de manifestação oral, no tempo de 3 (três) minutos, eventualmente prorrogável a critério do Presidente da mesa.

§4° Os esclarecimentos adicionais solicitados deverão ter a duração máxima de 3 (três) minutos, eventualmente prorrogável a critério do Presidente da mesa.

§5° O participante inscrito não poderá ceder o seu tempo para somar ou transferir para outro.

§6° Os questionamentos ou eventuais esclarecimentos que não forem possíveis de serem atendidos, terão um prazo de 15 (quinze) dias para serem enviados ao IBAMA, que providenciará o respectivo encaminhamento aos interessados.

Art. 12° - Posteriormente à realização da Audiência Pública, será lavrada a correspondente Ata, que deverá ser assinada pelo Presidente, pelo Secretário, pelo representante do empreendedor e pelas autoridades participantes, se assim o desejarem, passando a ser parte integrante do processo administrativo correspondente, juntamente com os demais documentos pertinentes.

Art. 13° - O encerramento será realizado pelo Presidente da Mesa Diretora.

§1° Todos os documentos entregues por ocasião da Audiência Pública serão anexados ao processo.

§2° A fita de gravação da Audiência Pública será anexada ao processo administrativo de licenciamento do empreendimento, em curso no IBAMA.

Art. 14° -Por um prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da realização da Audiência Pública, o IBAMA receberá comentários, manifestações e sugestões que serão anexados ao respectivo processo administrativo de licenciamento do empreendimento, em análise no IBAMA.

EM BRANCO

Fls. 145
Proc. 6995/08

Ata da Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental referente aos Terminais de Granéis de Santa Catarina – TGSC e Terminal da FERTIMPORT, em São Francisco do Sul/ SC. Às dezenove horas e vinte minutos do vigésimo sétimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e nove, no Cine Teatro X de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz n° 50, São Francisco do Sul/ SC, sob a presidência do senhor Eugenio Pio Costa, Coordenador de Licenciamento de Transportes, inicia-se a Audiência Pública. O Presidente da Audiência convida para compor a mesa a senhora Mariana Graciosa Pereira, secretária executiva da Audiência, o senhor Evaldo Doin Junior, Secretário Municipal do Meio Ambiente de São Francisco do Sul, o senhor Paulo César Côrtes Corsi, Presidente do Porto de São Francisco do Sul, o senhor Marcom Machado, Secretário Municipal de Agricultura e Pesca, o senhor Marcos Werneck Regina, Capitão de Corveta e Delegado da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul, o senhor José Eduardo Carneiro de Carvalho, representante dos Terminais de Granéis de Santa Catarina, o senhor Fernando de Arruda Postigo, representante da Fertimport, o senhor Carlos Henrique Nóbrega, consultor da OAP Consultores Associados, o senhor Renaldo Matias, supervisor do Terminal Graneleiro, o senhor José Eduardo Henning, Secretário de Obras de São Francisco do Sul. Logo após ter sido composta a mesa, o senhor Presidente falou da importância da audiência pública como instrumento de democracia. O senhor Presidente da mesa cita a presença das seguinte autoridades: a senhora Promotora Municipal Simone Schultz, o senhor Vereador Ismael dos Santos, Presidente da Colônia de Pescadores de São Francisco do Sul, o senhor Vereador Jorge Macedo, o senhor Sergio Roberto da Silveira, Presidente da Associação Comercial, o senhor Vilson Reichert, Presidente da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, o senhor Vereador Cloves Matias de Souza e o senhor Vereador Jacson Portella. Em seguida, o Presidente da mesa faz a leitura do Regulamento do IBAMA para a referida Audiência Pública. Dando prosseguimento, o senhor Presidente da Audiência faz uma breve explanação do que é o Licenciamento Ambiental e sobre o status atual do processo do licenciamento do empreendimento no IBAMA. Em seguida, foi realizada breve explanação sobre o empreendimento pelo senhor José Eduardo Carneiro de Carvalho, representante da TGSC. Dando continuidade, a palavra foi dada ao senhor Fernando de Arruda Postigo, representante da FERTIMPORT para a apresentação do projeto executivo, Em seguida, o senhor Jailson Bispo Ferreira, representante da Fundação Homem do Mar, faz a apresentação da simulação do funcionamento do empreendimento. Em seguida, o senhor Carlos Henrique Nóbrega, representante da OAP Consultores Associados que apresenta o EIA/RIMA, falando dos níveis de abrangência de impactos (direto, indireto e regional) e das soluções propostas para cada área de abrangência. Terminadas as apresentações, o Presidente suspende os trabalhos por quinze minutos para que os participantes da Audiência Pública formulassem os questionamentos, por escrito, que lhes fossem de interesse particular ou coletivo. Decorrido o tempo previsto, a Audiência é reaberta, o Presidente convida para recomposição da mesa, os representantes do empreendimento e da OAP Consultores Associados para que possam responder aos questionamentos em plenário. Todos os questionamentos apresentados foram devidamente respondidos pelos representantes do empreendimento e também o que coube ao IBAMA. Deixando aqui escrito, que esta Audiência Pública está gravada e filmada com os questionamentos e suas respostas. Depois de encerrado os debates, o senhor Presidente considera a Audiência Pública válida, tendo em vista que os procedimentos

EM BRANCO

Fls. 146
Proc. C995/08

de divulgação foram atendidos conforme preconiza a Legislação Ambiental vigente. O Presidente agradece a presença de todos os participantes e convidados ali presentes e dá por encerrado os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que eu, e os demais participantes, que assim desejarem, assinam.

Presidente da Mesa:

Secretária Executiva:

Representante da TGSC:

Representante do FERTIMPORT:

Representante do OAP:

Secretária da Ata Sucinta:

EM BRANCO

(AUTORIDADES)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
	EUGENIO PIO COSTA	451.851	3316-1071	IBAMA	
	Raisa C Becker	3753959	9902 3944	OSP	
	ANGELO FRANCHINI NETO	4.416.704-0/SP	(11)3476-7890	DUOCRED FINANCE	
	MARCON MACHADO	3.756.673-3	(47) 3444 8008	SMAP - SFS	
	JOÃO GELVIN REZENDE	2R.371.125	(47) 9964 6616	BUNGE	
	EVALDO DOIN JUNIOR	2R 1546630	47 9193 1710	EMBRAFA	
	RENALDO MATIAS	312645309	99947630	CIDASC	
	José Eduardo Henning Neto	3.742.872-4	9104-1339	Sec. Obras.	
	Paulo Corsi	6.147.284	3471234	Porto SFS.	
	Orlando Vilson Barbosa	166.167	(47) 99741256	PROTENSUL.	
	Marcos Werneck Regina	490522	3444 0861	Def. Cap Portos e Vias SFS	
	SERGIO R. DA SILVEIRA	4/12 154950SP	34443402	sdeclemar@hotmail.com.br	
	Janille Machado	3385705-9	34445380	Sec. Turismo	
	JORGE DASCEDO	9652 4802	3449-5096	Corretor Vendas	
	Ezequiel dos Santos	7190/30	99342661	Corretor Vendas	

Fls. 147
Proc. 6995/08
Rubrica

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
JOÃO A DE MIRA F.	13157211	34441370	TGSC	
ROBERTO LUNARDELLI	599992.8	34712121	SIND. OPERADORES PORTUÁRIOS	
CARLOS A. de OLIVEIRA JR	1.860.427	34711325	LITORAL	
GODOFREDO GOMES MOREIRA	1474611	34440389	PORTO (ASS. ENGª EMA)	
CELSO dos SANTOS	2058168	3444-4180	SIND. CONFERENTES	
TOMÁS BAPTISTA	361847671	9945-1254	APSFS	
Simone Schultz	2599855	34443512	MP/SC	
ALBERTO [illegible]	2/R 816923	34711339	[illegible]	
MURILO CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA	2/R 1.359.510	91374023	Ouvidoria Cidadão e Direitos da Comunidade	
Sandro Augusto de Oliveira	9355685-1	34422823	Cidade	
Luiz Antonio Moreira	2057724	99842106	Seatrack	
CLOVIS MATIAS de SOUZA	1-541 109	99720777	CAMARA de VEREADORES	
VILSON REICHERT	1.003224	99342056	CÂMARA de VEREADORES	
JACKSON PORTELLA LIMA	4187545!	96519917	CÂMARA DE VEREADORES	

Fls. 148
Proc. 6995/08
Rubrica

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
	Carlos Alfredo S. Oliveira	32783985-6	99737788	PMSFS	
	Cirio Ruckert	847817-9	91159990	Teologo	
	Valdemar H. Oliveira	596.872.589-34	88041731	OAP	
	Julia T. Santana	3 207.000	2105-3393	Furtado Neto Adv.	
	Claudio Siqueira	1541574-0	91641721	Bunge Rosa	
	Jorge L Romão	1860479-0	91930879	Bunge Alimentos	
	Ma-Ron J. Corrêa	4.766.248-4	9924-6732	Bunge Alimentos	
	OSVALDO M. SARRIM	382568.00968	34445318	BUNGE	
	JEAN MACIEL	4218.9292	34423067	BUNGE	
	Marcelo José da Rocha	~~9921~~61	99216170	Bunge	
	Gustavo Cipolini	4.915.554-1	34443665	Bunge	
	GERARDO B. AQUILINO	21.437.971	3449-06-72	ASCORP - PAULAS	
	ARLEWEG - Rosa	45626148	3449-5051	Bunge	
	James Fabrício Freire	4644044	34442716	Bunge	

Fls. 148
Proc. 6995/08
Rubrica

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
	Josiel Luiz Silva	1648237-9	3444-2902	CIDASC	
	Marimês Chaves	2.605.374	8406-4923	Bunge	
	Delker Santos		88390376	Bunge	
	Fabiana Sehnem	3009207-8	34416674	HMSJ	
	Edwiges Roxo	023.779749-61	3444-5502	Bela Vista	
	Luciano W. Rosa	4.058.100.7	9955-3667	Bunge	
	Mario J. C. Camargo	3.524.023	91163185	Bunge	
	David de Ramos	0377492040	96075677	"	
	[illegible]	5346535	8448-5677	LOGÍSTICA	
	Thyago Stazal	04052746961	9118-9188	TEILOGS	Thyago
	E. Roi Ropes		3444 5851		
	Edna Custódio		34448216		Edna
	Gicilia Es de Jesus	02550163958	34440557	Bunge	
	Silvia M. A. Ramos				
	Dolores Seru Costa	21C-3206.127	34495096	Dimetax	

Fls. 150
Proc. 6995/08
Rubrica

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Walmy N. Amaral Fº	1351999	34441175	Bunge	[illegible]
Leo Fernando Krappe	85297724	34441632	Soluções	[illegible]
[illegible]		91982633		
Suziane A. de Gomes		91089647	Francisquense	[illegible]
Therezinha do S. A. Veiga		91875341	Francisquense	Therezinha do S. A. Veiga
Alisson Carrio de Souza		89415171	Francisquense	
Urbano Uber		99518755	Francisquence	Urbano
[illegible]	9171840	9195 1708		[illegible]
Paulo Rodrigo [illegible]	84155458	-	Bunge	[illegible]
Heins Gron	2RM5045	99841183	Norsul	[illegible]
Fabio de Souza	3.412 134-0	3471-1214	Porto de JFS	[illegible]
Edson E. Edmundo Rita		99547788	Sindicato	[illegible]
Giovani T. Sthiago	202366-0	99722968	Transporte	[illegible]
Alejandro Beas		31891001	Tesc	[illegible]
Jessica Cristina Correia		9102-0366	Francisquense	[illegible]

Fls. 151
Proc. 6995/08
Rubrica

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Ademir A. de Paula		34444312	AMACOP	[illegible]
José Batista		3444-4798	BUNGE	[illegible]
Thiago Cézar Machado	4904621-7	3444-5296	BUNGE	[illegible]
Luiz Antonio Mazaton	1522743	3471 1202	APSFS	[illegible]
Rinaldo A. de Ataide		91447296		[illegible]
Luiz Henrique Fontes		34714440	Terlogs	[illegible]
Junior Machado	551089x	99726087	Seatrade	[illegible]
[illegible]	543859	88031770	APSFS	[illegible]
Marlon Rodrigo Paseman		9608 3121	Terlogs	Marlon P. Paseman
Ademir A. Caldeira	Sind. Cons	34445450	Sind. Consérto	[illegible]
Helio Vaz	1263327.0	99011499	Jornal Atribuna SC	[illegible]
[illegible]	2R717088			[illegible]
Lenara H. S. Ledoux	4362143	3471-1339	LITORAL	Lenara Ledoux
Gessadreila Clementino	29.926.192-X	9961-2450	Bunge	[illegible]
Aloisio Pacheco Jr	4439204-6	99796299		[illegible]

Fls. 152
Proc. 6995/08
Rubrica

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
	Antonio Carlos Cardoso	4937111-8	9157-2571	Bunge	[illegible]
	CARLOS J. M. VIANNA		21-2253-4551	DFMM	[illegible]
	Fernanda Alquini	3688632	8856-1266	Biorita	Fernanda Alquini
	Simone B. Flores	3413038	3444-2161	OTM	[illegible]
	Renata J. Freitas		3444-0988		[illegible]
	VALTER B. BARBOSA.	326.999	8851-2448	MARINHA DO BRASIL	[illegible]
	Josilea de Jesus F.G.	0029.	96070637		[illegible]
	ORLANDO DAMATA	1.187.148-2	91871686	CIDASC	[illegible]
	Wlademir Oliveira Fonseca		3444.4.5.9	estiva	[illegible]
	SALVADOR SIQUEIRA	347.687-MM	3444 8102	PRATICAGEM S. Fco	[illegible]
	Natalia Corriz Camargo		99384880	UNIVILLE	Natalia Camargo
	Maristela Nosniak	5537 5324	91895372.	Univille.	[illegible]
	Shayane S. Moreira	5551 138	88670082	UNIVILLE	Shayane
	Ingrid Aquino	6.535.632-5	9605-1724	UNIVILLE	[illegible]
	Aparecida M. Mary	325233828-90	91879944	UNIVILLE	[illegible]

Fls. 153
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
	Claudinei dos Santos	2483230-8	8431-0002	3º incompleto	[illegible]
	PEDRO ANTONIO CABRAL	4765715	99725469	3º Incompleto	[illegible]
	Telso de Souza Boeno	5.757-6430	9964-1260	Univille	[illegible]
	[illegible]	5541499-4	9911-1275	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	5515744	3442-5512	[illegible]	[illegible]
	Maria Cristina Alves	2R596820	99294409	OAP	[illegible]
	Mariana [illegible]	4.713.104-7	9216-9199	Univille	Mariana [illegible]
	SIMONE BRÜMMER	4543012	99891606		SBrummer
	Jean Carlos da Silva	20554641[illegible]	99070117	sindicato Gestiva	[illegible]
	PABLO MORAES	22746392-4	75146874	FERTIMPORT	[illegible]
	FERNANDO POSTIGO	20.887-161	13-3201-9122	FERTIMPORT	[illegible]

Fls. 154
Proc. 6995/08
Rubrica

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
	PABLO B. GARCIA	2-788.636	3471-4000	WRC-REDEX	[illegible]
	Carlos H. P. Nobrega	5977827-7	(47) 99151116	OAP	[illegible]
	PEDRO IVO BARNACK	2R 542970	34220182	OAP	[illegible]
	ILMAR J. P. BORGES	2R 97979	(047) 34220182	OAP	[illegible]
	Fernando Marinho Matt	192103	(21) 2220-4288	HIDROTOPO	[illegible]
	Salvador Santos		14449954483		
	José Ramos				
	Gizele C. Cunha	3763 7223	3444 5700	-	Gizele Cunha.
	Harry S Addison	99555083	56595C		[illegible]
	Karina Klug	3.710.169	34220182	OAP	Karina [illegible]
	João F. Focaccino		34411122	BUNGE	[illegible]
	COSON C. BRAZ	238 037-4	91086436	FERTIMPORT	[illegible]
	Rafael C. Becker	99023944	3753 951	OAP	[illegible]
	ANTONIO C. VIDAL	1.848 883	34441851	TERLOGA	[illegible]
	Gilson José Mafra		91171192		Gilson José Mafra

Fls. 155
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
	[illegible]	1509996	9976-3166	OGMO-SFS	[signature]
	Emilio M. Dolichoy	6498579-5	8815-0197	Acquaplan	[signature]
	VINICIUS COELHO	8375146-0	8804-1862	ACQUAPLAN	[signature]
	JORGE CANDIDO S. FILHO	4576730-0	99245622	BUNGUE	[signature]
	Carmen L. [illegible]		34446075	Da Bungue	[signature]
	SAMUEL CUNHA	715 599 032	3801-3685	AUTONOMO	[signature]
	Jeomir [illegible]		34590419	BUNGE	[signature]
	[illegible]		3444294	BUNGE	[signature]
	Carlos R. Mateus dos Santos	776.121-0	34440663	Morador/Local	[signature]
	Dennis W. Dominicis Fº	5527608-0	9972-2487	BUNGE	[signature]
	Edileia dos Santos	21R.3 000.661	34490672	Ascorp.	[signature]
	Geraldo Luciano [illegible]	216.344.759-6	34441498	AMACOP. Presidente	[signature]
	Juliano R. Mendes	20128573-3	3444-1778	AMACOP. Secretário	[signature]
	JANOEL HEINZ	4.445854	3449-1685	BUNGE	[signature]
	ADRIANO STIMAMIGLIO	4.577.200-2	3427-4127	—	[signature]

Fls. 156
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
NATHAN BOXO	6.078.514	34445502	BELA VISTA	[illegible]
Nadia Lista de Almeida	3.319.70	34443500	OGMO	Nadia [illegible]
Robson S Rosa	847 817			[illegible]
Ana Luiza S P Nobrega	648 465-4	4134436211	Baiti	[illegible]
Carlos K.G. Nobrega	810352 PR	3443-6211	Baiti	[illegible]
Luiz Fernando Nobre	32914926-X		Sind.	[illegible]
Jorge Luiz de Jesus	2050 0661	34440557	BUNGE	Jorge Luiz de Jesus
Luiz Roberto R. Kohler	1909146	34440537	RICO	[illegible]
Horacio [illegible]	2011359758	34440209	UFEA	[illegible]
CHRISTOPHER CAMARGO	3824983	8802-6760	SOIN	[illegible]
Kátia Ferreira		3442-52-03	Francisquense	Kátia Ferreira
Karla M Oliveira		34444509	Francisquense	[illegible]
Alexandre Albino		34449509	Terlogs	[illegible]
Claudio Vieira Jr	4.549.658-7	9945-4388	Bunge	[illegible]
Dayla Sossile	3.487.578	91450382	Francisquense	[illegible]

Fls. 157
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
			3444-4875	CIDASC	
			9169-6381		
			34441579		
			34443623	TESC	
			34442777	PortLAB	
			3444-5375	Fonte	
			3444-2777	Portlab	
			3444 4798		
			9942 1582		
			3449 5014	Bunge	
			(48) 9619 9187	VFSC	
			84834868	SINDICATO	
			91094936	OUTRA CARG.	
			34333760	IBAMA	

Fls. 158
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
	Marcelo Cortêa	1454844-0	99713514	3º GRAU	[illegible]
	Arnaldo S. Thiago	CREA-2074	99742423	PMSFS	[illegible]
	Angela P. Costa	2R. 1000.357-	3444/0382	Autonomo	[illegible]
	[illegible]	4867516			[illegible]
	HILARIO MACIEL	2/R 649413	99841199	CONFERENTE	[illegible]
	Benjamin Portman [illegible]	5.765.055	32732191	Biovita Ambiental	[illegible]
	Eliane da Maia Gomes		34440988	Back	[illegible]
	DANIELA OHADA M.L.B BARBOSA	662748 MB	3444-2337	SUPERIOR	[illegible]
	[illegible]	300 503	3421-8873	"	[illegible]
	Raul M. de Jesus	5.308.9801	9994-1728	MOLITORAL	[illegible]
	Adilson Gonçalves		88040064	L.DISC	[illegible]
	MARCOS A. de Oliveira		34445229		
	Elinton Raul Schelbauer	5893339-2	34445336	Praticagem S. Francisco	Elinton Raul Schelbauer
	[illegible]		84672770	Arrumadores	[illegible]
	Reojane Mª J. Cruz	5.534.534-0	3444-4334	Univille - SFS	[illegible]

Fls. 159
Proc. 6995/08
Rubrica

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
	Caroline G. Fernandes	5.319.137-4	34495191	Univille	Caroline G. Fernandes
	Marco Simões	67574237	3444.3335	Sigua	[illegible]
	Marlene Lopes	42466144934	34446473	Univille	[illegible]
	JEDER A. SCHNEIDER	5061808	3444-1760	GOLD STAR ADV.	[illegible]
	Shahul K. Marcel	037.392569-65	4922-4519	Univille	[illegible]
	Juelen Aline da Silva	8.836458 5	99555146	Univille	[illegible]
	Mario Negrão	4772390-6 PM	91280463	UNIVILLE	[illegible]
	Maristela R. Vieira	—	9175-9739	Univille	[illegible]
	Bianca Pismel	6594202-0	88161848	UNIVILLE/IFC	[illegible]
	Humberto Bonmanoos	1867514	9972 1115	Conformato	[illegible]
	Tiburcio A. M. GOMES	435988-6	84059010	COTRACARG	Tiburcio A. M. G
	Simone R. Vieira	2R713482	84214348	Imprensa	[illegible]

Fls. 160
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
1	TATIANA OLIVEIRA	3.097.504-2	8851-0210	WRC - TESC	Tatiana Oliveira
2	Fernanda Mayumi Takeda	1901838	9994 7586	IBAMA	[illegible]
3	FABIANO ALBERTO BODANESE	2958279	88330225	OAP	[illegible]
4	Daniel Gallizzi	3645 808	91225010	OAP	[illegible]
5	Sandra Marcia de Franca	1264.659-SC	91720059	Particular	[illegible]
	OSCAR SCHMIDT	454 528 888	99711362	APSFS	[illegible]
7	Andrea Piske	21R1548739	34220182	OAP	[illegible]
8	ALFREDO JOSÉ BEZERRA	3969652	91097989	BUNGE	Alfredo José Bezerra
9	Farley Boing	4285109-2	88528111	OAP	[illegible]
10	Patrícia P. Lopes	7527769-5	9915-8883	OAP	[illegible]
11	JORGE TACLA FILIN	8978235-5	34711105	BUNGE	[illegible]
12	JOSÉ A. Guilhô	308.558-9	34443868	FERTIMPORT	[illegible]
13	Nelson Roxo	844.588-4	34445502	CCL	Nelson Roxo
14	José C. Nascimento	1359499	34442601	Bellavista	[illegible]
15	Rolando Cunha Junior	3463748	88597601	ASCOKPL	Rolando Cunha Jr

Fls. 161
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Marcelo Caldeira				
Wenzo Lopes	497654	(47) 34220182	OAP	[illegible]
Cynthia Piske	5265819-5	(47) 3444 0198	SMMA-SFS	[illegible]
[illegible]	2/R.1774-562	C. 88486918	Pesca.	[illegible]
Eraldo José [illegible]	542.706-1	34442683	Bunge	[illegible]
Adilian [illegible]	3005256	3444 2941	Bunge	[illegible]
Jéssica da Silveira	050.371.789-40	3444 6075	Bunge	Jéssica da Silveira
Rodrigo Jean Medeiros Paiva	539846	88046078	BUNGE	[illegible]
Sidinei Prima da Silva	04949789-5	34446392	BUNGE	[illegible]
DARTAGMANN JOSÉ DOS REIS	1.351.90[illegible]	3444-1549	MUSEU HISTÓRICO	[illegible]
[illegible]	96116025	—	// —	[illegible]
[illegible]	41663731	99840254	Bunge	[illegible]
[illegible]	91128202	2.849.181	AMACOP	[illegible]
Catarina V. Walter Nickel	3.660 206	3471-1110	Bunge	[illegible]
Mair C Silveira		3444/1549	Clube de idosos	[illegible]

Fls. 162
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Tatiane de Jesus Caldeira		34445502	Bela Vista	[illegible]
JORGE REINERT		34255375	Particular	[illegible]
[illegible]		34490544		[illegible]
GIOVANI BARROS		34443868	FERTIMPORT	[illegible]
Giovani M Sosa		34423444	BUNGE	[illegible]
Edna S. Westphalen		99775518	AMECA/AMAST	[illegible]
Graziele S. Custódio	45761176	84383315	TGSC	Graziele
Claudenis J. Ramos	1006332652	99211059	Bunge	[illegible]
CLAUDIO SANTA		3444-5010	GLOBAL	[illegible]
Nancirlei de Carvalho		3471.2000	Bela Vista	N Carvalho
Ana Paula Alves	[illegible]	3442-5423	Francisquense	Ana Paula Alves
Juliana Marta da Silva		99888235	Francisquense	[illegible]
William d. P. Gomes		99511038	Francisquense	[illegible]
Luciano A. SOSA		92041068	FRANSISQUENSE	[illegible]
Jarvison A. Alves	4362-216-0	9128-2318	C. Francisquense	[illegible]

Fls. 163
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Luiz José Bulla	158326	9R873271	Sinb.	[illegible]
Antonio Lucio				[illegible]
Emanuelli Izauro		3471-1108	Bunge Alimentos	[illegible]
LUIZ C G MIRANDA	2.940623	8444-1124	EPAGRI	[illegible]
JORGE HECEL URRESTA	2/D 689489	84070888	URRESTA ADQ.	[illegible]
Luiz Claudio Böhm		96255659	BUNGE	[illegible]
Jovano C. Gomes		88710554	Francisquense	[illegible]
Francisco C. da Silva	ASS. B. VISTA	88219825	ASS. M. do B. VISTA	[illegible]
Kirke Williams da S	ASS. B. VISTA	88580083	ASS. M. do B. VISTA	[illegible]
Gustavo Terrer	RNE 4405-5	96527076	TGSC	[illegible]
Gustavo Henrique Gonçalves		34446629		[illegible]
SERGIO A. BRANCO Jr	1.865245-2	34714400	TELIOGS	[illegible]
Roberto [illegible]	17.035603	34495771	Sindicato mot. [illegible]	[illegible]
José Alfredo [illegible]	4/R-1.802.561	9961-1600	TECNOCAIXAS	[illegible]
Hamilton L. Ribeiro	68373778	9926-1455	Sind. Conf. SFS-SC	[illegible]

Fls. 164
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
			34445450		
			3444 3115	CIDATC	
			99246684	BELA VISTA	
			9911811	Sind. Estivadores	
			84241893	AMAPRI	
			34440850	Eletronorte	
			84240609	Sind ESTIVADORES	
			99785620	Ass. Franciscanense de Surf	
			9104-4588		
			34442303	NOVA IMAGEM	
			3444-1564	SOLUÇÕES INTELIG	
			34443342	ESTIVA	
			34441601	empresaria	
			34442879	empresa	
			—	Bióvita Consultoria	

Fls. 165
Proc. 6995/08
Rubrica

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MMA - IBAMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA E DO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA "TERMINAL DE GRANÉIS DE SANTA CATARINA – TGSC E TERMINAL DA FERTIMPORT" NA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

Data **: 27 de agosto de 2009**

Local **: Cine Teatro XV de Novembro, localizado na Rua Hercílio Luz, 50, Centro, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina.**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	IDENTIDADE	TELEFONE	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
01	Rosa M. B. Lobo	1545539	91868032	Univille	[illegible]
02	Gustavo de Azevedo Gumper	5.302.138-0	9946-0897	Univille	[illegible]
03	David J. A. Donaldson	5524.531	34444027	Univille	[illegible]
04	monica Razniewski	4845275-0	96165460	Univille	[illegible]
05	monique J. Pereira		88429037	Univille	[illegible]
06	Daniele C. Schneider		84668327	Univille	[illegible]
07	[illegible]	7.466-08	9977-2007	Univille	[illegible]
08	Wellington C. Gôto	4915401	84296134	Univille	[illegible]
09	[illegible]			S	[illegible]
10	ANTONIO DA SILVA	8846-4754 ->		Sao Chico VIRTUEZ	[illegible]
11	JAILSON BISPO FERREIRA	408.742	(21) 92763812	FUNDAÇÃO HOMEM DO MAR	[illegible]
12	GUSTAVO F. MATIAS	531-944-7	47-9971-5200	PSF (PRATICAGEM)	[illegible]
13	GUILHERME D. ZIMMERMANN	3472550	47 99650595	SECR. AGRIC. E PESCA	[illegible]
14	Jessica [illegible] carvia	34441056	47 84016970	Univille	[illegible]

Fls. 166
Proc. 6995/08

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL

RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 59/2009 - COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Brasília, 09 de setembro de 2009

Dos Técnicos: Guilherme Araújo Ribeiro – Analista Ambiental
Mariana Graciosa Pereira – Analista Ambiental
Nájla Vilar Aires de Moura – Analista Ambiental

Ao Coordenador: Eugênio Pio Costa
Coordenador de Licenciamento de Transportes

Assunto: Vistoria realizada às áreas propostas para ampliação do berço 501 do Terminal de Santa Catarina (TESC) e para implantação do Terminal de Granéis de Santa Catarina (TGSC) e do Terminal FERTIMPORT.

I – INTRODUÇÃO

No dia 28 de agosto de 2009 foi realizada vistoria técnica na área proposta para a ampliação do berço 501 do TESC e na área indicada para a implantação dos terminais portuários TGSC e FERTIMPORT. O berço 501 do TESC será implantado a partir do berço 301, já existente e que está sendo ampliado, com o objetivo de aumentar a agilidade na movimentação de contêiners. O Terminal da FERTIMPORT será construído para atender as demandas de exportação de óleo de soja e importação de fertilizantes, enquanto que o Terminal TGSC será implantado para movimentar granéis sólidos vegetais (trigo, milho e soja). Ambos empreendimentos estão localizados no município de São Francisco do Sul - SC.

II – DESENVOLVIMENTO DA VISTORIA

1. Expansão do terminal portuário TESC

A vistoria no terminal portuário TESC foi iniciada a partir de um rápido encontro da equipe do IBAMA com o empreendedor e com a representante pela elaboração dos estudos ambientais na portaria do terminal, de onde a equipe procedeu a vistoria até a ponta do berço 301 (Figuras 1 e 2). O empreendedor explicou que as obras de ampliação desse berço estão em fase final de conclusão (Figuras 3 e 4) e que o berço 501 aguarda manifestação do IBAMA quanto à solicitaçaõ de Licença Prévia. Também foi discutida a localização deste berço. O empreendedor destacou que o ângulo formado com o berço 301 permitirá a instalação do berço 501 sem a utilização de dragagem na área do berço, apenas uma dragagem de pequeno volume na bacia de evolução. No entanto, essa localização está sendo discutida pelo IPHAN, uma vez que o berço 501, juntamente com navios atracados, ficariam encobrindo grande parte da vista para centro histórico da cidade de São Francisco do Sul, especialmente para o Museu Nacional do Mar (Figuras 5 e 6). Cabe ressaltar que o projeto anterior do berço 501 já tinha sido

EM BRANCO

negado pelo IPHAN e o atual projeto foi alterado de modo a possibilitar nova discussão com o IPHAN. Quanto ao processo de licenciamento, a FATMA conduziu o licenciamento ambiental até a fase de ampliação do berço 301 do TESC. A partir daí, por decisão judicial, o licenciamento foi passado ao IBAMA. Dessa forma, este Instituto deverá conduzir o licenciamento do berço 501.

O empreendedor destacou que a cidade de São Francisco do Sul não possui coleta de esgoto sanitário e que são poucas as residências que possuem um sistema individual de tratamento de esgoto como o conjunto fossa séptica-filtro anaeróbio. Dessa forma, o Rio Pedreira que desagua na Baía da Babitonga na região adjacente ao TESC (Figura 5), funciona como receptor de esgoto sanitário da região (Figura 7).

Durante a vistoria foi observado que o berço 301 apresenta, de maneira geral, limpeza e organização. Foram observados trabalhadores recolhendo sujeira em um carrinho-de-mão (Figura 8) e diversos banheiros químicos utilizados pelos trabalhadores do TESC (Figura 9). No entanto, foi notado também, que na área onde acontecem as obras de ampliação do berço 301 existe grande quantidade de poeira no piso. Esse material particulado pode ser lançado à atmosfera com a passagem de máquinas e caminhões na área (Figura 10).

2. Terminais portuários TGSC e FERTIMPORT

Após a vistoria no terminal portuário do TESC, foi providenciado pelo empreendedor uma lancha para que a equipe do IBAMA procedesse, pela baía, a vistoria da região onde será implantado os terminais portuário da TGSC e FERTIMPORT. Durante o trajeto, foi observada uma grande quantidade de grãos no piso do terminal do Porto de São Francisco do Sul, possivelmente devido à ação do vento sobre a correia transportadora ou devido ao manuseio inadequado do produto no carregamento/descarregamento do navio (Figura 13). Logo a frente, foi observada uma quantidade considerável de uma substância amarelada na Baía da Babitonga, indicando que parte dos grãos que estavam depositados no piso no terminal acabaram chegando à água.

Logo em seguida foi avistada o início da área onde será construído o berço da TGSC, nas imediações da região ocupada por uma população de baixa renda, denominada Comunidade Bela Vista (Figuras 14, 15 e 16). O empreendedor explicou que muitos moradores já aceitaram deixar a região em troca de compensação financeira. Nessa mesma região existe uma elevação denominada Morro Bela Vista onde há uma área de preservação permanente (APP) em seu ponto mais alto (Figura 16). Parte do Morro Bela Vista e da APP será terraplanada para a implantação dos terminais TGSC e FERTIMPORT.

Na área adjacente à região prevista para a construção dos terminais existe a Praia dos Ingleses (Figuras 17 e 18). Nessa praia moram algumas pessoas com padrão aquisitivo mais elevado que se mostram bastante preocupados, principalmente, com o impacto visual que os terminais irão provocar.

Por fim, foi avistada a área onde ocorre a maricultura, responsável pela fonte de renda de grande parte a comunidade pesqueira da região (Figura 19). Existe o comprometimento e iniciativa do empreendedor em monitorar a qualidade de água da região e, em caso de alteração de sua qualidade devido às atividades dos terminais TGSC e FERTIMPORT, haverá um ressarcimento financeiro desses maricultores. Ressalta-se, no entanto, que no EIA/RIMA realizado para dragagem de aprofundamento do Porto de São Francisco do Sul foram detectados AMACOP, AMAB e AMAPRI tecidos dos moluscos níveis de Cromo nos acima do permitido pela legislação.

À consideração superior,

Guilherme Araújo Ribeiro
Analista Ambiental

Mariana Graciosa Pereira
Analista Ambiental

Nájla Vilar Aires de Moura
Analista Ambiental

De acordo.

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA
10/09/2008

EM BRANCO

Fls.: 169
Proc.: 6995/08
Rubr.:

Registro fotográfico:

Figura 1: Área do berço 301 do TESC

Figura 2: Final do berço 301 do TESC

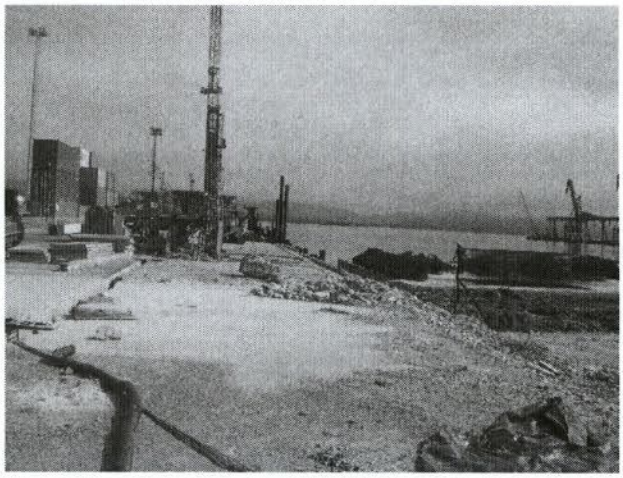


Figura 3: Área da ampliação do berço 301

Figura 4: Área da ampliação do berço 301

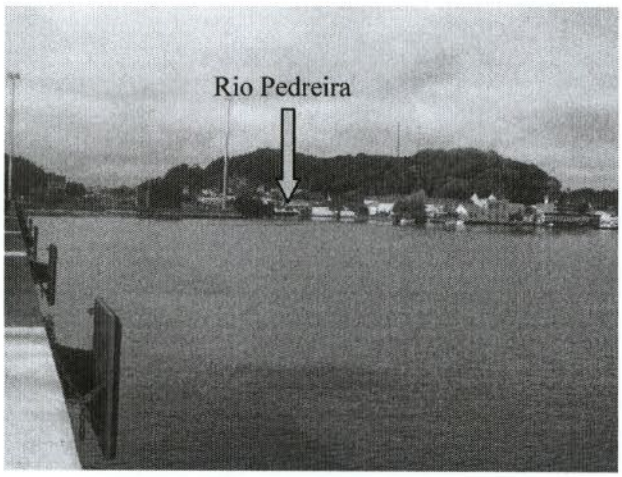


Figura 5: Encontro do Rio Pedreira com a Baía da Babitonga e Museu Nacional do Mar - vista a partir do berço 301

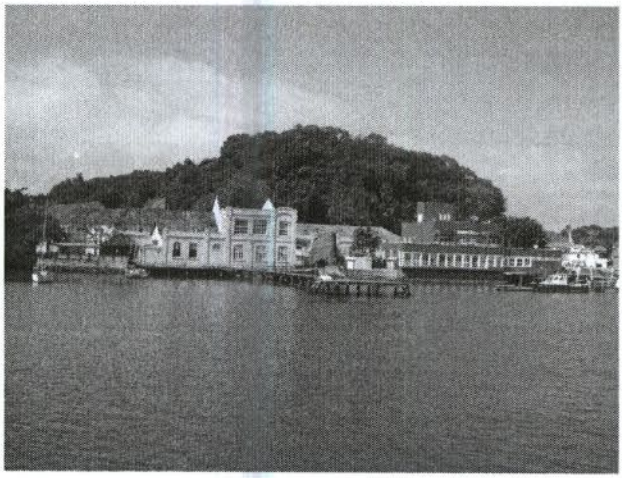


Figura 6: Museu Nacional do Mar

EM BRANCO

Fls.: 170
Proc.: 6995/08
Rubr.:

Figura 7: Rio Pedreira funcionando como receptor do esgoto sanitário da região

Figura 8: Levantamento de particulados devido à passagem de caminhões na área de ampliação do berço 301

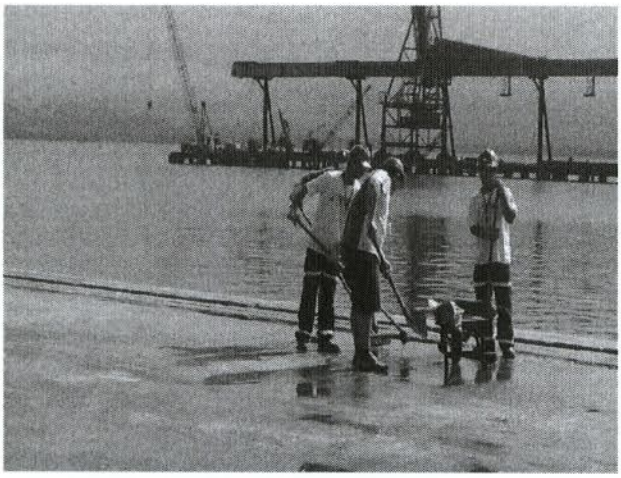


Figura 9: Trabalhadores limpando a área do berço 301

Figura 10: Banheiro químico utilizado pelos trabalhadores na ampliação do berço

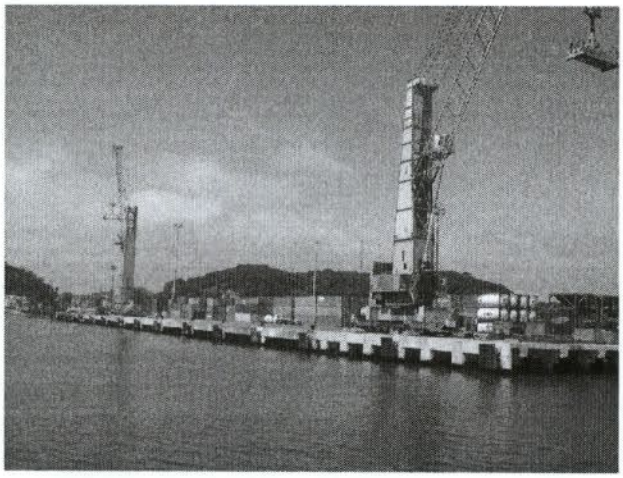


Figura 11: Vista geral do berço 301

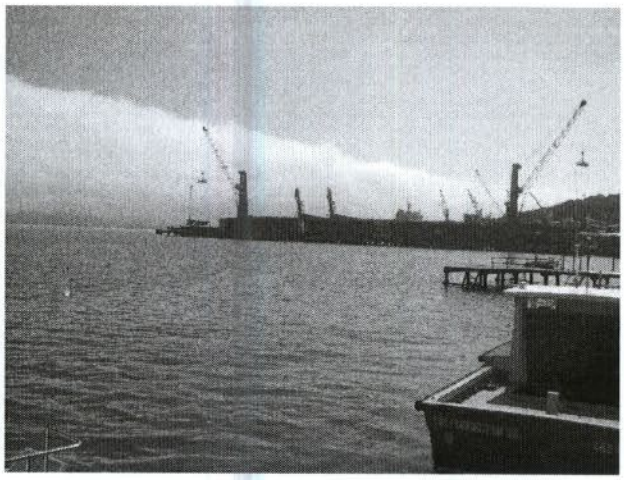


Figura 12: Saída para a vistoria dos terminais TGSC e FERTIMPORT

EM BRANCO

Fls.: 171
Proc.: 6995/08
Rubr.:

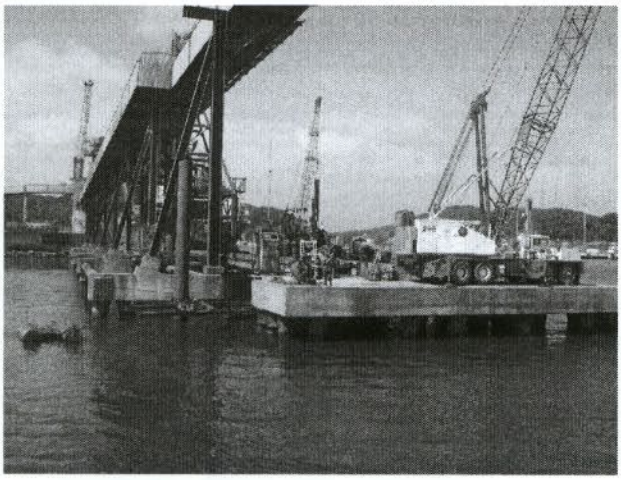


Figura 13: Grãos espalhados no piso do terminal do Porto de São Francisco do Sul

Figura 14: Comunidade Bela Vista

Figura 15: Comunidade Bela Vista

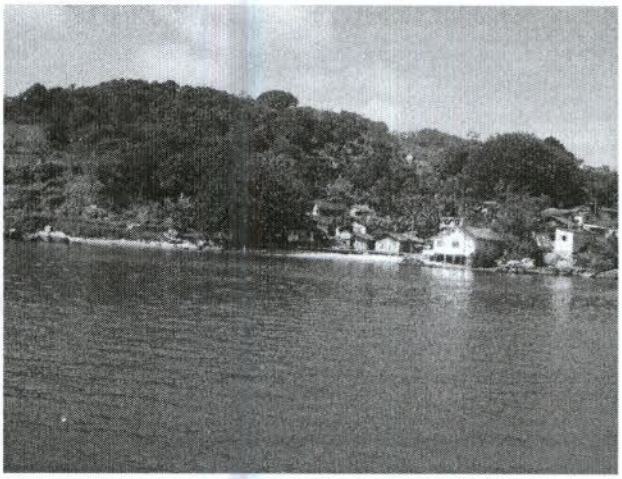


Figura 16: Comunidade Bela Vista e APP no topo do Morro Bela Vista

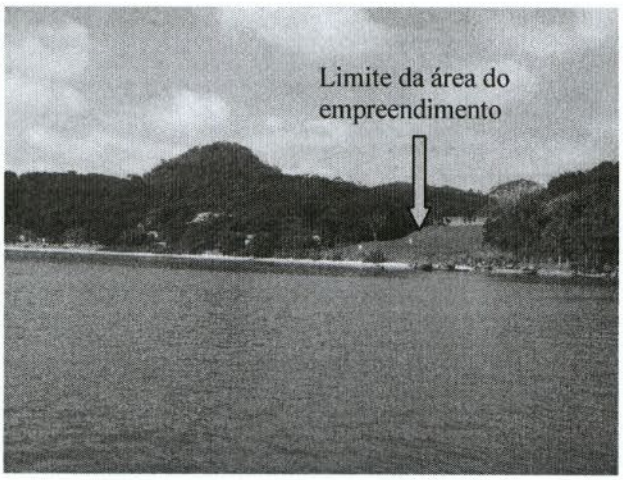


Figura 17: Limite da área prevista para a implantação dos terminais portuários e Praia dos Ingleses

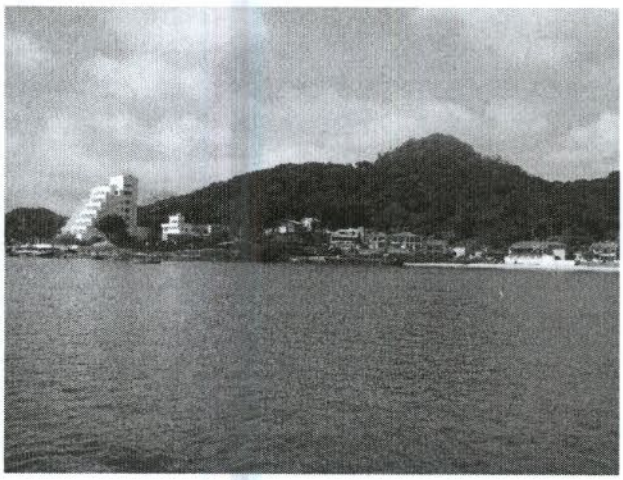


Figura 18: Praia dos Ingleses

EM BRANCO

Fls.: 172
Proc.: 6995/08
Rubr.:

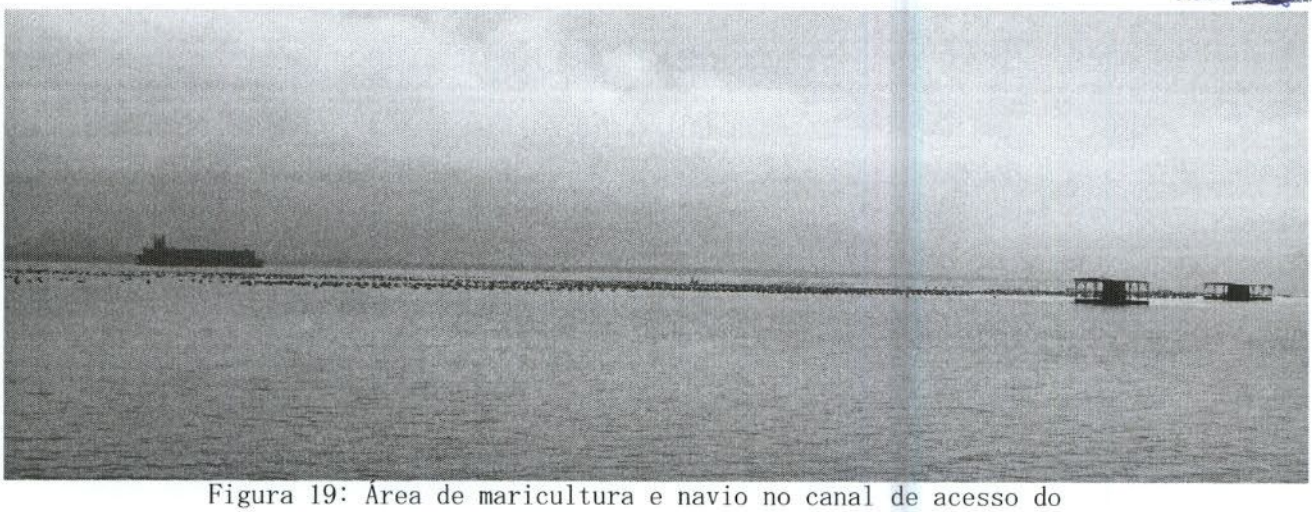


Figura 19: Área de maricultura e navio no canal de acesso do

Figura 20: Localização do município de São Francisco do Sul

EM BRANCO

Fls.: 173
Proc.: 6995/08
Rubr.:

PONTO	FOTO	ZONA	LESTE	NORTE	ALTITUDE	OBSERVAÇÃO
01	1, 3 4	22J	735899475	7095850.259	8.537354	Terminal TESC
02	2 e 5	22J	735776739	7095965.786	9.258301	Terminal TESC
03	15	22J	736107470	7096626.640	6.134033	Comunidade Bela Vista
04	16 e 17	22J	736505.528	7096757.199	5.172729	Área da Ponte de Acesso
05	18	22J	736757.462	7096813.318	5.893799	Praia dos Ingleses
06	-	22J	737279.232	7096881.304	4.692139	Comunidade de Pescadores do Bairro de Paulas
07	19	22J	737538.949	7096943.740	4.692139	Maricultura (AMACOP)

EM BRANCO

Fls.: 174
Proc.: 6995/08
Rubr.:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
ESCRITÓRIO REGIONAL DO IBAMA EM JOINVILLE/SC

MEMO. N° 191/09-IBAMA-/JLLE/SC

Joinville, 22 de setembro de 2009.

Do: Escritório Regional do IBAMA/JLLE/SC

Para: Américo Ribeiro Tunes
Gerente Executivo Estadual-IBAMA/SC

Assunto: Encaminha Ofício nº 373/09/1ª PJ - São Francisco do Sul/SC

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste encaminhar o Oficio em epígrafe, proveniente da Ministério Publico do Estado de Santa Catarina – 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Sul, que solicita Cópia de procedimentos e licenças expedidas para a implantação do empreendimento "Terminais Portuários TGSC e Fertimport", como também, manifestação sobre o Oficio nº 11/2009 da AMACOP.

Tendo em vista o Escritório de Joinville não possuir o material e nem a informação requerida, solicito que o atendimento seja realizado por essa Superintendência.

Sendo o que havia para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Dayse Lúci de Prá de Almeida
TÉCNICO ADMINISTRATIVO
EsREG/Joinville/SC

EM BRANCO

Fls.: 175
Proc.: 6995/08
Rubr.: m

Ministério Público do Estado de Santa Catarina
1ª. Promotoria de Justiça de São Francisco do Sul

São Francisco do Sul, 11 de setembro de 2009.

OF.373/09/1ªPJ

IBAMA-SUPES/SC
PROTOCOLO
02026. 004279-09-
Data: 23/09/09
Rub.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, nos termos do artigo 129, III e VI, da Constituição Federal, requisito a Vossa Senhoria cópia de procedimento e eventuais licenças expedidas por este órgão em favor do empreendimento "Terminais Portuários TGSC e Fertimport" a ser instalado na área que circunda o Morro Bela Vista.

Outrossim, requisito-lhe manifestação sobre o contido no Ofício nº 11/2009 da AMACOP (em anexo) e sobre possíveis interferências, caso implementada a obra, na pesca tradicional de São Francisco do Sul/SC.

Para tanto, assinalo o prazo de 10(dez) dias.

Sendo o que se tinha para o momento, reitero votos de estima e consideração.

SIMONE CRISTINA SCHULTZ
Promotora de Justiça

Ilmo Sr.
Germano Alves de Sousa Pirajá Martins
Escritório Regional do IBAMA em Joinville
Rua do Príncipe, nº 226, sala 22/23
Ed. Pedro Salles, Centro, Joinville/SC
89.201-000

IBAMA / ESC. REG. JLLE/SC
RECEBIDO
16 SET. 2009
Gisele
Visto

Ao GABIN

Com Memorando nº 083/2009-NLA/SC

em anexo

30.09.09

Paulo Silvano
Analista Ambiental
IBAMA/SC Mat. 1365341

Fls.: 176
Proc.: 6995/08
Rubr.:

AMACOP

Associação de Maricultores Comunitários do Bairro do Paulas

Oficio nº. 11/2009.
A/c. Promotora de Justiça.
Dra. Simone Cristina Schultz.

São Francisco do Sul, 01 de setembro de 2009.

Viemos através deste expor o momento em que se encontram os maricultores desta associação comunitária, pois após a audiência pública de 27/08/09, mais uma vez fomos surpreendidos pelas ações desenfreadas do progresso portuário deste município.
Neste sentido só nos resta pedir ajuda a este órgão, pois é de notório conhecimento de todos que a instalação de um terminal graneleiro deste porte, a uma distância de +/- 800 metros de uma área de cultivo de mexilhões afetará diretamente a qualidade dos mesmos, pois todo material em decomposição no fundo do mar gera problemas ambienfais e sócio-econômicos. Convém relatar que esta associação já vem sofrendo inúmeras ações com a expansão do porto, onde em maio de 2007 fomos obrigados a pedir ajuda ao M.P.Estadual e Federal por causa de uma obra de dragagem de sucção e recalque; já em janeiro de 2008, com o problema do naufrágio da barcaça da Norsul, onde os reflexos ainda são visíveis em nossa produção , e agora a instalação deste terminal graneleiro.Nossa associação foi fundada em novembro de 1997, e nesses 12 anos vem trazendo um importante complemento na renda das 21 famílias que atualmente fazem parte do quadro de associados; citamos também que uma minoria tem na atividade da maricultura e da pesca sua renda única, portanto é de se acreditar que 50 % dos maricultores e da produção de S.F.Sul está na AMACOP.Desde o início a proposta era de executar o "bem manejo", usando os recursos naturais de forma auto-sustentável , a promover a solidariedade e a justiça social sem degradar o meio ambiente; neste sentido nossa associação a única a possuir 'utilidade pública' vem encaminhando vários ofícios em defesa de todas associações e em questões relacionadas a biodiversidade marinha que se encontra nas águas da Baia da Babitonga, tornando-se o "alvo" onde várias empresas exercem pressões a fim de esmagar nossa atividade.
Visando amenizar problemas futuros nas questões sócio-econômicas de conflitos de interesses com as atividades portuárias, nos colocamos á disposição para uma negociação de transferência da área de cultivo do Paulas para outras áreas, que estejam dentro das "áreas de preferência do P.L.D.M. - Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura-S.E.A.P.".
Tão certos que os problemas aparecem, e que terão de ser solucionados, acreditamos no apoio deste órgão que sempre nos ajudou.
Colocamos-nos á disposição para quaisquer esclarecimentos.
Sem mais para o momento agradecemos a atenção e aguardamos um desfecho satisfatório para todas as partes.

Geraldo Luciano do Nascimento
Presidente da AMACOP

EM BRANCO

Fls.: 177
Proc.: 6995/08
Rubr.:

Processo 02001.006995/2008-01

Interessado: Tgsc Terminais de Graneis de Santa Catarina S a e Fertimport S a
Cgc/cpf/matr:
Telefone:
Endereço:
Bairro:
Cep:
Municipio:
Tipo Interessado: Pessoa Física

Resumo Assunto: Licenciamento Ambiental do Empreendiment Mais..
Assunto: Licenciamento Ambiental
Data Protocolo: 20-11-2008 10:05:03
Documento Original: Memo nº 172/08-dilic

Seq	Destino	Tipo Destino	Data	Tipo Movimento	Despacho
3	Cotra	Ibama	24-11-2008 16:46:40	Andamento	
2	Cgtmo	Ibama	24-11-2008 13:36:41	Andamento	
1	Dilic	Ibama	20-11-2008 10:05:03	Entrada	

EM BRANCO

Fls.: 178
Proc.: 6995/08
Rubr.: mm

Processo 02026.002204/2008-88

Interessado: Tgsc Terminais de Graneis de Santa Catarina S a e Fertimport S a
Cgc/cpf/matr:
Telefone:
Endereço:
Bairro:
Cep:
Municipio:
Tipo Interessado: Pessoa Física

Resumo Assunto: Consulta de Grpu/sc Cessao Espaco Aquati Mais..
Assunto: Informacoes Em Geral
Data Protocolo: 19-09-2008 16:39:45
Documento Original: Req

Seq	Destino	Tipo Destino	Data	Tipo Movimento	Despacho
17	Fln/licamb	Ibama	20-08-2009 08:50:00	Andamento	
16	Fln/gabin	Ibama	13-08-2009 16:59:28	Andamento	02 Volumes.
15	Gabin	Ibama	15-06-2009 14:17:31	Andamento	
14	Icm/gabin	Ibama	19-05-2009 11:24:58	Andamento	
13	Direp	Ibama	15-05-2009 16:31:32	Andamento	
12	Cocat	Ibama	12-05-2009 10:16:47	Andamento	Ao Coordenador de Criação, Conforme Desp Mais..
11	Cgevis	Ibama	08-05-2009 09:47:29	Andamento	Á Cgevi, para Análise e Conhecimento.
10	Direp	Ibama	27-04-2009 12:23:11	Andamento	
9	Diusp	Ibama	30-10-2008 14:52:17	Andamento	
8	Icm/gabin	Ibama	29-10-2008 15:05:59	Andamento	
7	Gabin	Ibama	23-10-2008 14:37:58	Andamento	
6	Fln/gabin	Ibama	21-10-2008 17:11:56	Andamento	Em Retorno, Após Ciência.
5	Fln/licamb	Ibama	21-10-2008 11:29:10	Andamento	
4	Fln/gabin	Ibama	10-10-2008 11:46:00	Andamento	Com o Despacho Nº029/08-dilic.
3	Dilic	Ibama	02-10-2008 11:22:00	Andamento	
2	Fln/gabin	Ibama	19-09-2008 17:27:13	Andamento	Inf. Téc. nº 090/08-nla/sc.
1	Fln/licamb	Ibama	19-09-2008 16:39:46	Entrada	

EM BRANCO

Fls.: 179
Proc.: 6995/08
Rubr.:

IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência em Santa Catarina
Núcleo de Licenciamento Ambiental
Av. Mauro Ramos 1113, Centro, Florianópolis – CEP : 88020-303
Telefone: (48) 3212-3361 – www.ibama.gov.br

Memorando nº 083/2009 - NLA/SC

Florianópolis, 30 de setembro de 2009.

Ao Sr. Superintendente do IBAMA em Santa Catarina
GABIN/IBAMA/SC

Assunto: **Informações sobre empreendimentos licenciados pelo IBAMA; TGSC e FERTIMPORT; Ministério Público do Estado de Santa Catarina – 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Sul; OF. 373/09/1ªPJ; Documento nº 02026.004219/09; Ordem de Execução nº 002/09 – GABIN/SUPES/SC.**

1. A 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Sul requisita ao IBAMA *cópia de procedimento e eventuais licenças expedidas por este órgão em favor do empreendimento "Terminais Portuários TGSC e Fertimport"*, além de *manifestação sobre o contido no Ofício nº 11/2009 da AMACOP e sobre possíveis interferências, caso implementada a obra, na pesca tradicional de São Francisco do Sul.*

2. O processo de licenciamento dos empreendimentos mencionados vem sendo conduzidos pela coordenação de Licenciamento de Transportes deste Instituto – COTRA/CGTMO/DILIC (Processo nº 02001.006995/2008-01). Consultado o SISLIC – Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal, não foram encontradas informações acerca de eventuais licenças expedidas em favor dos respectivos empreendedores.

3. A empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA dos empreendimentos encaminhou a esta Superintendência, em 26.06.2009, uma via daquele estudo, em meio digital. Em 27.08.2009 foi realizada, em São Francisco do Sul, Audiência Pública para discussão do EIA/RIMA apresentados, na qual não foi possível a participação de técnicos deste Núcleo.

4. A respeito do estudo apresentado, técnicos deste NLA estão finalizando análise relativa ao mesmo. Com relação às questões apresentadas no Ofício encaminhado pela AMACOP e ao último questionamento do Ministério Público Estadual, o EIA traz algumas informações sobre a atividade pesqueira e a maricultura na área de influência dos empreendimentos no *Capítulo 5. Caracterização Socioeconômica do município de São Francisco do Sul* (cópia das páginas 121-127 em anexo). Já havia chamado a atenção dos técnicos deste Núcleo de que as informações sobre a importância da maricultura na área de influência dos empreendimentos foram obtidas a partir de uma única fonte (página 125). Parece haver, ainda, divergência de informações sobre a distância entre a área de cultivo de mariscos da AMACOP e a parcela aquática dos empreendimentos: o Ofício da AMACOP informa que essa distância seria de cerca de 800 m, enquanto o EIA aponta que essa distância seria de aproximadamente 1.300 m (página 125). No que se refere à atividade pesqueira, o EIA afirma,

EM BRANCO

especificamente com relação ao Bairro do Paulas, que a possibilidade de os empreendimentos *causarem interferências negativas na atividade pesqueira daquela comunidade são muito pequenas, mesmo por que, os arredores do porto não são utilizados para pesca, há anos* (página 122).

5. Assim sendo, tendo em vista que as informações disponíveis neste Núcleo podem estar incompletas e/ou desatualizadas, sugerimos encaminhamento do presente à COTRA/CGTMO/DILIC, visando ao melhor atendimento da requisição ministerial.

Atenciosamente,

Alexandre M. K. Costa
Analista Ambiental
NLA/SC

Germano A. de S. P. Martins
Analista Ambiental
NLA/SC

Paulo E. S. Silvano
Analista Ambiental
NLA/SC

EM BRANCO

Tabela 5.23: Produção da pesca artesanal em São Francisco do Sul, entre 1988 e 1998.

ANO	PRODUÇÃO (kg)
1988	274.199
1989	341.511
1990	---
1991	---
1992	---
1993	---
1994	---
1995	2.961
1996	148.645
1997	337.483
1998	547.829

Fonte: IBAMA, citado em SEAP/PR (2007).

De acordo com MACHADO (2007)[4], a comercialização do pescado em São Francisco do Sul é realizada em sua maior parte com os atravessadores. Há ainda, uma parcela que é comercializada diretamente com o consumidor final. Essa informação coincide com aquelas obtidas em conversa informal com o Sr. Alfredo Ari Cota, presidente a Associação dos Pescadores do Bairro dos Paulas. Diante disso, é pertinente colocar que não houve possibilidades de se fazer uma estimativa do montante financeiro levantado pelos pescadores com a venda dos pescados capturados.

Os relatos encontrados em SEAP/PR (2007) confirmam as afirmações anteriores, pois ressaltam que não há informações disponíveis, no tocante à renda gerada pela pesca artesanal, para nenhum município compreendido na área de abrangência do estudo, e, dentre eles está São Francisco do Sul. A mesma fonte salienta, ainda, que a renda não se restringe àquela aferida pelo pescador na venda do produto ao intermediário ou consumidor final e que há uma cadeia produtiva, que inclui o beneficiamento do pescado no próprio núcleo familiar do pescador ou em estabelecimentos de terceiros, com significativo aproveitamento de mão-de-obra, bem como vários serviços de manutenção de equipamentos e fornecimento de insumos.

A ATIVIDADE PESQUEIRA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Durante os trabalhos de campo realizados pela equipe técnica responsável por este estudo ambiental, inclusive em visitas à COLÔNIA DE PESCADORES Z-02, não se teve oportunidade de acesso aos dados oficiais relacionados especificamente aos pescadores residentes na Comunidade Bela Vista. Acredita-se que isso não se deu por má vontade das pessoas contatadas, mas sim, em função da inexistência dos mesmos.

Porém, em consulta aos estudos detalhados sobre a Comunidade Bela Vista, apresentada em APSFS (2005c), pode-se constatar que, dentre os responsáveis pelas 99 famílias residentes, apenas 3 (três) informaram a pesca, como sendo a atividade responsável pelo seu sustento.

[4] MACHADO, Marcon (Geógrafo), funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de São Francisco do Sul. Informação Pessoal, em 18/07/2007.

EM BRANCO

Sendo assim, optou-se por utilizar algumas informações que foram obtidas para a Região dos Paulas, que se localiza em área contígua à Comunidade Bela Vista e conta com 85 famílias que vivem exclusivamente da pesca artesanal.

Dentre os pescadores do Bairro dos Paulas, 90% atuam na pesca do camarão pelo método do arrasto de fundo que, segundo SEAP/PR (2007), consiste no emprego de uma rede de forma cônica, que é arrastada por uma embarcação motorizada equipada com portas, ou seja, pranchas de madeira ligadas à parte anterior da rede que possibilita a permanência da mesma junto ao fundo e com a frente aberta.

Outra informação de extrema importância para o presente estudo ambiental está ligada ao local em que os pescadores associados realizam seus trabalhos. Segundo informações do Sr. Alfredo Ari Cota, Presidente da Associação dos Pescadores do Bairro dos Paulas, em 13/08/2007, quase todos os associados praticam a pesca embarcada e sempre "lá fora" (*sic*), ou seja, em alto mar. Muitas vezes, eles chegam a se deslocar até o litoral paranaense e paulista em busca de produtos, o que os obriga a permanecer no mar por longos períodos, até 15 dias.

Isso permite concluir que as possibilidades da implantação e operação do empreendimento TGSC e FERTIMPORT causarem interferências negativas na atividade pesqueira daquela comunidade são muito pequenas, mesmo por que, os arredores do porto não são utilizados para pesca, há anos.

Conforme já abordado, a comercialização do pescado capturado pelos pescadores do Bairro dos Paulas, que em sua maioria é camarão, é realizada com atravessadores e se concentra, basicamente, na Peixaria do Nêne (**Figura 5.83**) que está localizada nas imediações do trapiche e funciona como um pequeno entreposto.

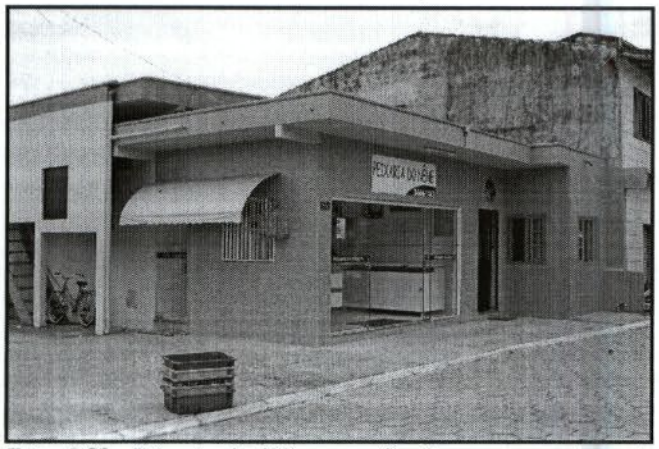


Foto 5.83: Peixaria do Nêne, que funciona como entreposto para o pescado capturado pelos pescadores do Bairro dos Paulas.

As dificuldades encontradas atualmente pelos pescadores associados à Associação de Pescadores do Bairro dos Paulas são, basicamente:

- A falta de uma estrutura específica destinada à manutenção das embarcações, atividade que é realizada na praia formada nos períodos de maré baixa, prejudicando as atividades pesqueiras por indisponibilizar a embarcação por longo período e, de certa forma, traz prejuízos ao ambiente local.

EM BRANCO

- O pequeno calado do trapiche devido ao acúmulo de sedimentos, que segundo os próprios pescadores poderia ser facilmente resolvido através de uma dragagem ou da ampliação do mesmo em mais 30m. Segundo eles já existe até local para a destinação do material dragado.

- Ausência de uma fábrica de gelo no local que os obriga a fazer longos deslocamentos para adquirir esse importante insumo da atividade pesqueira e, com isso aumentando seus gastos e reduzindo o período de trabalho.

C) MARICULTURA

A MARICULTURA EM SANTA CATARINA

O cultivo de moluscos em Santa Catarina estabeleceu-se como atividade produtiva em meados de 1988, tornando-se a partir de então uma importante alternativa para a geração de emprego, renda, desenvolvimento e eqüidade social nas comunidades litorâneas. Como acontece em qualquer atividade tida como novidade, no período inicial houve grande adesão de produtores, o que resultou em aumento significativo na produção. Além disso, foram observados esforços de várias instituições na busca da consolidação da cadeia produtiva (SEAP/PR, 2007).

O Estado de Santa Catarina é o maior produtor de moluscos marinhos do Brasil com aproximadamente 92% da produção brasileira de ostras e mexilhões. A produção de mariscos (mexilhões) vem evoluindo a cada ano, sendo que em 1995 foi de 3.500 toneladas, em 1997 foi de 5.500 toneladas e em 1999 foi de 7.500 toneladas. A SPG (2007) informa que no período compreendido entre 2003 e 2006, a produção média anual ficou em torno de 10.000 toneladas de mexilhões.

Essa atividade envolve cerca de 1.000 famílias e gera, aproximadamente, de 10 mil empregos diretos e indiretos. A área total de cultivo atinge 900 hectares e o montante financeiro movimentado anualmente fica em torno de R$ 100 milhões.

De acordo com a EPAGRI, alguns números importantes da maricultura em Santa Catarina são:

- Produtores: Estado (780) São Francisco do Sul (46)

- Produção de mariscos (2005): São Francisco do Sul 800 toneladas

Entretanto, o grande gargalo enfrentado pelo setor para essa consolidação e expansão diz respeito à regularização dos empreendimentos perante os diferentes órgãos competentes, devido a sua complexidade e custos.

Frente a estas dificuldades a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) editou a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17 (IN-17), DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 instituindo os ***Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM's)***, que são instrumentos de planejamento participativo para a identificação de áreas propícias à delimitação de parques aqüícolas marinhos e estuários, bem como, de faixas ou áreas de preferência para comunidades tradicionais, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da maricultura em águas de domínio da União.

EM BRANCO

Seguindo as orientações contidas na IN-17, a SEAP/PR disponibilizou recursos através de Convênio com a FUNDAGRO para elaboração dos PLDMs de Santa Catarina, oportunidade onde participaram as diversas instituições envolvidas com o desenvolvimento da atividade e do setor produtivo. Um dos documentos resultantes dessas atividades foi o seguinte: **PLDMs de Santa Catarina: Municípios de São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul e Itapoá.** (SEAP/PR, 2007), que contém as informações referentes ao PLDM dos referidos municípios e foi submetido à Audiência Pública junto às comunidades das áreas de abrangência em 26/09/2007.

A MARICULTURA EM SÃO FRANCISCO DO SUL

No município de São Francisco do Sul, os primeiros experimentos foram realizados em unidades localizadas na Praia do Forte, no Bairro dos Paulas e na Localidade de Laranjeiras, no ano de 1990.

A primeira unidade comercial francisquense localizava-se no Estaleiro e, logo em seguida surgiu outra, em maior escala na Enseada.

Segundo a AGENDA 21: SÃO FRANCISCO DO SUL DO FUTURO (2004), a maricultura é uma atividade consolidada no município, principalmente o cultivo de mexilhão, estando também o cultivo de ostras crescendo a cada ano, o que representa uma alternativa imediata de renda para os pescadores artesanais, embora muitas vezes sejam empreendedores de outras origens que estejam se dedicando a este segmento.

O crescimento da maricultura é uma oportunidade para o município, inclusive com a possibilidade de entrada em novos produtos, como o cultivo de algas, polvos e vieiras. Porém há uma necessidade visível de investimentos em avanços tecnológicos que visem impulsionar a atividade, como por exemplo, a instalação de filtros anaeróbios nas fossas sépticas para o tratamento dos esgotos sanitários das comunidades, visando a reduzir o risco de contaminação no cultivo de mexilhões e ostras.

A **Tabela 5.24** apresenta os principais pontos fortes e fracos destacados para essa atividade na AGENDA 21: SÃO FRANCISCO DO SUL DO FUTURO (2004).

Tabela 5.24: Pontos fracos e fortes da aqüicultura de São Francisco do Sul.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
- Grande demanda pelos produtos. - Boa aceitação dos produtos no Brasil. - Boas áreas para cultivo. - Apoio da prefeitura. - Apoio da EPAGRI. - Apoio da FAMASC (Federação dos Maricultores de Santa Catarina). - Bom conhecimento dos maricultores sobre a técnica de produção. - Cultivo experimental de sementes de mexilhões.	- Dificuldade na liberação das áreas para cultivo. - Falta de monitoramento da qualidade das águas nas áreas de cultivo. - Deficiência do aproveitamento de sementes. - Beneficiamento deficiente. - Comércio ilegal de sementes. - Comércio desordenado. - Poluição ambiental, como o lançamento de esgoto sem tratamento e óleo nas águas, desmatamento e aterro dos mangues. - Poluição visual dos cultivos. - Extração predatória de sementes nos costões. - Falta de destino adequado para material dragado, em especial do Porto.

Fonte: AGENDA 21: SÃO FRANCISCO DO SUL DO FUTURO (2004)

EM BRANCO

Fls.: 185
Proc.: 6995/08
Rubr.:

Deve-se destacar a recente evolução da maricultura na região, que vem se tornando progressivamente uma das principais atividades primárias no litoral catarinense e encontra na Baía da Babitonga um local extremamente favorável. Atualmente, segundo informações extra-oficiais, há cerca de 200 maricultores atuando na região de São Francisco do Sul.

A MARICULTURA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Não foi possível a obtenção de dados oficiais que pudessem demonstrar a importância da maricultura na área de influência do empreendimento, da mesma forma que para a atividade pesqueira.

Sendo assim, optou-se por consultar de maneira informal, pessoas envolvidas com a atividade. Portanto, os dados que serão apresentados foram obtidos em entrevista com o Sr. Juliano, que atualmente é secretário, mas já foi presidente da AMACOP (Associação dos Maricultores da Comunidade dos Paulas), que é uma associação que reúne 25 famílias de maricultores daquela localidade e possui sua área de cultivo a uma distância aproximada de 1.300m da área de implantação aquática dos empreendimentos TGSC e FERTIMPORT(**Figura 5.84**).

É importante ressaltar que a grande maioria dos maricultores associados à AMACOP não tem na maricultura sua principal fonte de renda, mas sim uma complementação de suas rendas mensais, geralmente ganhas em trabalhos ligados às atividades portuárias. Nenhum pescador artesanal do Bairro dos Paulas investe na maricultura atualmente.

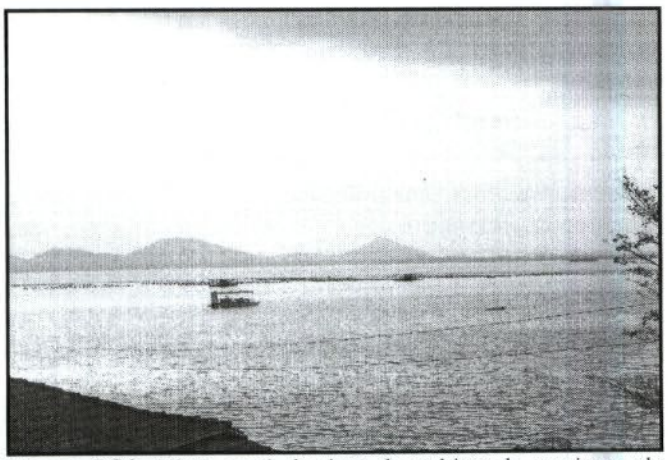


Figura 5.84: Vista geral da área de cultivo de mariscos da AMACOP, localizada a aproximadamente 1.300m da parcela aquática do empreendimento.

A área de cultivo da AMACOP é composta por 28 áreas de 2.500m^2 (50x50m) sendo 25 áreas pertencentes às famílias de maricultores e destinadas à produção comercial. As outras 3 áreas são destinadas à pesquisa e estão assim divididas: uma para a EPAGRI; uma para a Casa Familiar do Mar; e uma para as Universidades (UNIVILLE e UNIVALI).

EM BRANCO

Cada uma dessas áreas possui 12 cabos, conhecidos por *long lines*, os quais podem ter a produção escalonada de modo a permitir 12 colheitas mensais por ano, pelo sistema de rodízio, ou ser definida pelo produtor de acordo com a demanda, que é maior na temporada de verão. A produção média de cada *long line* é de 2.000kg de marisco na casca a cada 8 meses, que é o período médio de engorda adotado pelos produtores da AMACOP.

A AMACOP produz, em média, 40% do total dos mariscos produzidos em São Francisco do Sul que, segundo a EPAGRI, no ano de 2005 correspondeu a 800 toneladas. De acordo com informações do produtor, o rendimento médio do marisco produzido pela AMACOP é de 5/1, ou seja, cada 5kg do marisco em casca resulta em 1kg do marisco limpo. Além disso, o marisco de São Francisco do Sul tem uma excelente aceitação no mercado, tanto que os atravessadores do município de Penha, onde existe uma unidade de beneficiamento inspecionada pelo SIF (Sistema de Inspeção Federal) pagam em torno de 20% a mais ao produtor francisquense que está a mais de 150km de distância em comparação ao preço do produtor local, que fica a apenas 3km do entreposto.

Sendo assim, a maior necessidade dos produtores para o momento é, sem dúvida, a obtenção de uma unidade de beneficiamento totalmente equipada e credenciada no Sistema de Inspeção Federal (SIF), que possa atender a todos os maricultores francisquenses, eliminando os atravessadores e permitindo a agregação de valor aos seus produtos. Isso tudo visa proporcionar maiores rendimentos aos maricultores francisquenses.

Quanto às interferências negativas das atividades portuárias na produção de mexilhões da AMACOP, ressalta-se que a mais marcante é, sem dúvida, a dispersão de sedimentos observada nos períodos de realização das operações de dragagem dentro da Baía da Babitonga, principalmente nas situações que são feitos lançamentos de material dragado (sedimentos) na própria Baía. Isso ocorre pelo fato da pluma de dispersão de sedimentos atingir a área de cultivo, que pode contaminar os mariscos maduros e acarretar a interrupção da colheita. Conseqüentemente a geração de renda para o maricultor é cessada até que ocorra o processo natural de depuração do marisco.

Os maricultores da AMACOP, assim como todos os maricultores francisquenses, sofreram prejuízos consideráveis com a crise ocorrida em Outubro/2005, em função da super-safra. Essa crise resultou na desistência de todos os pescadores artesanais que praticavam a maricultura, fazendo com que apenas aqueles que possuíam outra fonte de renda se mantivessem na atividade até os dias atuais. Isso ocorreu por que os custos de produção do marisco são bastante elevados, em torno de 50% do preço final, o que exige elevados investimentos na época do plantio. Para os maricultores que permaneceram na atividade, os resultados da crise pararam de aparecer no início de 2007 e a atividade está retomando sua confiabilidade.

VISÃO GERAL DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DA MARICULTURA

A SEAP/PR (2007) destaca que a maricultura gera impactos ambientais positivos e negativos, como qualquer outra atividade. Por isso faz uma abordagem dos mesmos sob a ótica das informações técnicas científicas disponíveis e com bases confiáveis. Além disso, para cada impacto identificado sugere alternativas para potencialização, mitigação ou eliminação.

EM BRANCO

Com relação à malacocultura, que é o cultivo de moluscos, e o que mais interessa para a área em estudo, verifica-se que a produção cultivada apresentou crescimento extraordinário, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico de comunidades litorâneas do estado, causando impactos positivos, não somente em âmbito regional, como também nacional, uma vez que o Estado de Santa Catarina é responsável por mais de 90% da produção de moluscos no Brasil.

Por outro lado, o rápido crescimento da atividade também potencializou a geração de uma série de impactos negativos sociais, ambientais e de saúde pública.

De maneira geral, pode-se verificar que o cultivo de moluscos apresenta excelentes perspectivas de crescimento e sustentabilidade, desde que certas ações sejam efetivadas. No caso dos impactos sociais, devem ser implementadas as estratégias de gestão compartilhada entre os diferentes atores envolvidos, envolvendo principalmente as prefeituras, as comunidades e os maricultores, na busca de soluções destes impactos. Além disso, as instituições gestoras devem fazer com que a legislação vigente seja, realmente, observada.

Com relação ao setor produtivo (maricultores), devem ser implementadas ações governamentais, que promovam a revitalização e melhor estruturação das Unidades de Beneficiamento, resgatando assim o espírito cooperativista entre os produtores. As cooperativas de produtores, além de promover uma melhoria socioeconômica do setor envolvido, viabilizariam melhor a gestão dos impactos negativos.

A nível ambiental e de saúde pública devem ser implantados, prioritariamente, programas consistentes de monitoramento, que certifiquem as áreas, os moluscos cultivados e beneficiados, bem como a implantação de sistemas de depuração, nas principais áreas de cultivo. Entretanto, como medida imediata e preventiva, se sugere que as áreas de cultivo de moluscos observem os critérios, de profundidade e distanciamento da costa, apresentados na Instrução Normativa do nº 105/06 do IBAMA.

Finalmente, observadas estas considerações em relação à seleção de áreas de cultivo e implantação de programas de monitoramento, o estado de Santa Catarina poderá continuar assumindo a vanguarda da maricultura Brasileira, tanto em termos organizacionais como em termos produtivos.

D) CENÁRIO DESEJÁVEL, ESTRATÉGIAS E PROJETOS PARA O SETOR PRIMÁRIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

As informações ora apresentadas foram retiradas da AGENDA 21: SÃO FRANCISCO DO SUL DO FUTURO (2004) e mostram o que o município espera para o futuro dessas atividades no âmbito municipal.

CENÁRIO DESEJÁVEL

A pesca, a aqüicultura e a agricultura estarão se desenvolvendo de formas sustentáveis, com produção de boa qualidade e integradas ao turismo da cidade.

EM BRANCO

Fls 188
Proc 699508
Rubr.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede – Bloco C, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (0xx) 61 3316-1071, Fax: (0xx) 61 3225-0445 – URL: http://www.ibama.gov.br

TERMO DE RENUMERAÇÃO DE AUTOS

Por um equívoco na inclusão de documentos, a numeração do presente processo (02001.006995/2008-01), a partir da folha de n°189 será alterada, para numeração adequada.

Brasília, 09 de Fevereiro de 2010.

FABIOLA NUNES DEROSSI
ANALISTA AMBIENTAL – MATRÍCULA 1712580

EUGÊNIO PIO COSTA
COORDENADOR DE LICENCIAMENTO DE TRANSPORTES

EM BRANCO

Fls.: 174
Proc.:
Rubr.:

São Francisco do Sul, 10 de Setembro de 2009.

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC
Nº: 12.016
DATA: 30/09/09
RECEBIDO:
Flor

Fls 189
Proc 699508
Rubr

MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS

ASSUNTO: Realização de Audiência Pública para apresentação e discussão do EIA/RIMA do empreendimento (Terminal de Granel de Santa Catarina) TGSC e Terminal da Fertimport.

Iss Senhor:
Sebastião Custodio Pires
Rua SCEN Trecho 2
Edifício Sede Ibama

QUESTIONAMENTOS:

Depois de analisar o projeto apresentado em pauta, e em razão da mesma área de influência existir outras áreas confrontantes, com a possibilidade de se criar também um terminal portuário, projeto conceitual anexado no dia da audiência pública, e que foi o primeiro quesito a ser apresentado no dia, e em virtude de todos os projetos terem a necessidade do uso do mesmo canal secundário, perguntamos novamente.

1 - NO PROJETO EM QUESTÃO:

- A sua liberação não irá afetar a navegabilidade pelo canal secundário de outros empreendimentos?

- Este empreendimento não afetará a navegação do canal centenário, canal do baiagu, canal utilizado pelos pescadores e tráfego marítimo doméstico?

2 - NO PROJETO PROPOSTO E AINDA SOB A ÓTICA DA (ANTAC) COM RELAÇÃO AO SOMBREAMENTO:

- Como fica o mesmo em relação à legalidade com os terrenos lindeiros confrontantes?

- Porque os proprietários dos terrenos confrontantes não foram consultados a respeito deste projeto no quesito sombreamento direto e indireto?

À CGTMO

De ordem

Em 2.10.2009

Júlio Henrichs de Azevedo
Assessor Técnico
Matrícula nº 1364891
DILIC/IBAMA

À COTRA

p/ avaliação e atu-
dimento se couber.

Em 8/10/09

Rosa Helena Zago Loes
Coordenadora Geral de
Transportes Mineração e Obras
Civis-CGTMO/DILIC/IBAMA

Aos Analistas

Mariana

Flávia

~~Leandro~~

Fernando

e ao Técnico Especializado

Leandro

para análise e atendimento

Em 9/10/09

Tatiana Veil

Tatiana Veil de Souza
Coordenadora de Licenciamento de Transporte
Substituta / Matrícula 1319417
COTRA/CGTMO/DILIC/IBAMA

Fls.: 175
Proc.:
Rubr.:

Por fim requer-se que as respostas sejam encaminhadas se possível por e-mail e postadas no endereço abaixo:

Fls 190
Proc 699508
Rubr

Rua Hercílio Luz N 09 – Centro
São Francisco do Sul- SC
CEP 89240-000
urresta@urresta.com.br

HARRY SETTLE ADDISON

JORGE HEGEL URRESTA

BENEDITO RIBEIRO PORTELA

EM BRANCO

Associação Comunitária Recreativa dos Moradores do Bairro Paulas – ASCORP
Fundada em 13 de Abril de 1986
Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 05/12/1986
CNPJ 79.357.026/0001-41
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

Fls: 176
Proc.:
Rubr.

Fls 191
Proc 699508
Rub

OF. 029/2009 – ASCORP São Francisco do Sul, 10 de setembro de 2009.

Assunto: ***TERMINAIS PRIVADOS DE GRÃOS, ÓLEO VEGETAL E FERTILIZANTES.***

Cumprimentando-o cordialmente, a Associação Comunitária Recreativa dos Moradores do Bairro Paulas – ASCORP, neste ato representada por seu Presidente Senhor Geraldo Bernardo Aquilino, vem através do presente, encaminhar a Vossa Excelência documentação e concomitantemente moção contra a instalação de Terminais Privados de Grãos, Óleo Vegetal e Fertilizantes no Bairro Paulas.

Amparado no Art. 225, da Constituição Federal, bem como seus parágrafos e incisos, que esta Entidade sem fins lucrativos está recorrendo a Vossa Excelência com apoio da comunidade e várias entidades organizadas do Bairro Paulas, manifestando-nos contrários a estes tipos de empreendimentos em nosso município.

A comunidade francisquense sequer sabia deste projeto, não houve nenhum tipo de estudo social e econômico do empreendimento no Bairro Paulas, que compreende a Praia do Inglês, Praia da Figueira, Praia do Paulas, Bela Vista, Praia do Calixto, Praia das Varizes, Monte de Trigo e Portinho, todas no Bairro Paulas, sendo assim, não estava no EIA/RIMA apresentado no dia 27 de agosto de 2009, no Cine Teatro X de Novembro. Mentem quando dizem que não há muita constatação de espécie como Mero, Toninha, Boto Azul no local do empreendimento. Além de que sonegaram informações relativas aos produtos a serem comercializados (fertilizantes) conforme a folha de nº 61 comparando-se com a folha de nº 71. Quanto ao cultivo de mexilhões e de ostras, as pescarias artesanais, a extração de berbigão, caranguejo, siri e os passeios pelo estuário irão ficar comprometidos, principalmente pela poluição dos empreendimentos, e as pessoas que desenvolvem essas atividades serão excluídas com esse modelo de desenvolvimento, que prima pela concentração de renda, excluindo o social e degradando nosso meio ambiente, além da desvalorização dos imóveis.

Seguem anexas as seguintes documentações:

29- Ata da eleição da diretoria da ASCORP- fls nº 01 a 03;
30- Composição da diretoria – fls. nº 04 a 06;
31- CNPJ – fls. nº 07;
32- Ofícios para Entidades Representativas – fls. nº 08 a 24;
33- Ata da Assembléia Geral Extraordinária – fls. nº 25 a 33;
34- Abaixo Assinado – fls. nº 34 a 56;
35- Folder I– fls. nº 57 a 66;
36- Folder II – fls. nº 67 a 76;
37- Lei Municipal nº 126 de 30/04/1999 – fls. 77 a 79;
38- Moção de apoio à criação da Unidade de Conservação – Reserva de Fauna Baia Babitonga pela IGNIS – fls. 80 a 84;
39- Mapa do limite da proposta de criação da Unidade – fls. 85;
40- Portaria MMA nº 09 de 23 de janeiro de 2007 – fls. nº 86;
41- Portaria IBAMA nº 42 de 19 de setembro de 2007 – fls. nº 87 a 88;
42- Matéria Sandra Tavares – Fonte ICMBio de 20 de maio de 2009 – fls. 89 a 90.

PROTOCOLO/IBAMA
DILIC/DIQUA
Nº: 11.598
DATA: 16/09/09
RECEBIDO:

À CGTMO
em 16/09/09

À COTRA

providências

17/9/09

Rosa Helena Zuga Loes
Coordenadora Geral de
Transportes,Mineração e Obras
Substituta-CGTMO/DILIC/IBAMA

À

DRA. MARIANA

DRA. NÍGIA

DR. GUILHERME

PARA ANÁLISE E

PROVIDÊNCIAS.

Eugênio Pio Costa
Coordenador de Transportes
COTRA / CGTMO / DILIC / IBAMA

23/09/2009

Associação Comunitária Recreativa dos Moradores do Bairro Paulas – ASCORP
Fundada em 13 de Abril de 1986
Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 05/12/1986
CNPJ 79.357.026/0001-41
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

Rubr.:
Proc.:
Fls.: 197

Diante do exposto e baseado em documentos anexos, a comunidade e entidades do Bairro Paulas, posiciona-se ***contrária a implantação dos Terminais Privados de Grãos, Óleo Vegetal e Fertilizantes na Baia Babitonga, na localidade da Praia do Inglês, no Bairro Paulas, em São Francisco do Sul/SC.***

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente, reiterando votos de elevada estima e sinceras considerações.

Fls 192
Proc 699508
Rubr

Atenciosamente.

Geraldo Bernardo Aquilino
Presidente da ASCORP

Exmo. Senhor
Dr. Eugenio Costa
Diretoria de Licenciamento Ambiental - IBAMA
Brasília/DF

EM BRANCO

193
699508
Fls.: 178
Proc.:
Rubr.:
REGISTRO CIVIL TIT DOC PES. JURIDICOS
S. FRCO DO SUL

Ata da eleição da nova diretoria da Associação Comunitária e Recreativa dos Moradores do Bairro do Paulas "ASCORP".

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e nove, às nove horas, na Associação Recreativa da Bunge, localizada à Rua Francisco Mascarenhas, s/n, bairro Paulas, no município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, procedeu-se a eleição da nova diretoria, em cumprimento ao Edital de Convocação e em cumprimento ao artigo 18º do Estatuto. Precisamente às onze horas, conforme Edital de Convocação, o Presidente da Comissão deu por encerrada a votação. Compareceram assinando a lista de presença cinquenta e sete pessoas, que depositaram seu voto na urna, que após apuração, confirmaram os votos e presenças.

Diante do sufragio apresentado, e tendo em vista a apresentação de uma única chapa, ficou esta eleita para dirigir os destinos da associação, conforme o disposto no estatuto. Nada mais havendo a ser tratado, pelo Presidente, foi designado a posse da nova diretoria, para às doze horas e eu, Maria Cecília dos Reis, lavrei a presente ata que a subscrevo, juntamente com o Presidente Sr. Geraldo Luciano do Nascimento e os demais presentes.

Nair Campos da Silveira
Ademir Pereira
Edileia dos Santos
Carmen Lucia de Miranda
Cristina Izabel da Fonseca
[illegible]

Fl. 01

EM BRANCO

Fls: 194
699508
Rubr:

Fls.: 179
Proc.:
Rubr.:

REGISTRO CIVIL INT. DOC. PES. JURÍDICOS S. FRCO DO SUL

Ata de posse da nova diretoria da Associação Comunitária e Recreativa dos moradores do Bairro do Paulas "ASCORP". Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e nove às doze horas nas dependências da Associação da Bunge situada na Rua Francisco Moscarenhas, Snº, no bairro Paulas, município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, pelo Presidente foi tecido e enaltecido a vontade dos moradores do bairro do Paulas, bem como da diretoria eleita, acrescentando que a atual diretoria faça cumprir a proposta apresentada e levar às mãos das autoridades competentes para a execução das reivindicações. Assim, procedeu-se a posse da nova diretoria, a qual ficou assim composta:

Presidente: Geraldo Bernardo Aquilino CPF. 121.273.658-36
1º Vice Presidente: Luiz Carlos Varela - CPF. 029.434.919-77
2º Vice Presidente: João Aladir Rocha
Secretário Geral: Maria Cecília dos Reis - CPF. 720.120.309-63
1º Secretário: Aline Maria dos Santos
Tesoureiro Geral: Eliane Batista - CPF. 821.462.929-20
1º Tesoureiro: João Luiz Varela Junior
Dep.to Jurídico: José Carlos de Oliveira Aquilino
Depto Patrimônio: Marcio Luiz de Souza
Relações Públicas: Ridondo Cunha Junior
Conselho Fiscal:
Dartagmen José dos Reis.
Sergio Luiz Marcelino
Luiz Cardoso
Luciano José Luz
Wilson Felício dos Reis
Edileuza Maria dos Santos.

Fl. 02
937

EM BRANCO

Fls 195
Proc.. 699508
Rubr:

Fls.: 180
Proc.:
Rubr:

REGISTRO CIVIL III DOC. JURIDICOS FRCO. PELOTAS

016

Em seguida procedeu-se a posse, assinando a presente ata os presentes, bem como os novos eleitos.

Geraldo Bernardo Aquilino. Presidente com. Eleição

[illegible] - Secretária geral.

Edileia dos Santos - Moradora.

Carmen Lucia de Miranda moradora

José Carlos de Oliveira Aquilino moradoro

Carlos Felicio de [illegible] morador

[illegible] morador

Mario Luiz de Souza morador

Edenilson Felicio dos Reis morador

Luiz Carlos Varela 1º VICE PRESIDENTE

Roberto Revelino da Silva BUNG.

Geraldo Bernardo Aquilino PRESIDENTE.

Rolando Cunha Junior Relações Publicas

Jonathan de Jesus Aquilino.

Lz moradora - Conselho Fiscal.

Dartagnann José dos Reis filho. Morador

Nair Campos da Silveira

Jessica da Silveira Moradora

Monalisa da Silveira Moradora

Francisco da Silveira morador.

Ata de número dezenove da reunião da Associação Comunitária e Recreativa dos Moradores do Bairro Paulas - ASCORP.

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e nove, reuniram-se nas dependências do Clube de Terceira Idade Viva a Vida situado à Rua Mario Benjamin Robaina, snº, no bairro Paulas, em São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, a diretoria da associação acima referida, em que estiveram presentes os senhores: Geraldo Bernardo Aquilino, Eliane

Fl. 03

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS COMARCA DE São Francisco do Sul
Rua Coronel Oliveira, 233, Centro, São Francisco do Sul/SC, CEP: 89240-000 Fone: 047 3444 4977
Delair Corrêa Machado de Souza - Oficial

Protocolo nº: 18303, Livro A - 9, Folha 76
Registro nº: 13885, Livro B - 74
Dou fé, São Francisco do Sul, 01/09/2009. A Oficial _____.
Registro R$: 40,00 FRJ: R$ 0,00 Selo R$: 1,00 Total R$ 41,00

MARCIO LEOCADIO MACHADO DE SOUZA
OFICIAL SUBSTITUTO

Escrivania do Paz, Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Delair Corrêa Machado de Souza
Oficiala do Registro
Márcio Leocádio Machado de Souza
Oficial Substituto
Delton Luiz Machado de Souza
Eduardo Henrique Machado de Souza
Escreventes Autorizados
Cel. Oliveira, 233 - Fone: 3444-4977
Centro - São Francisco do Sul - SC
89240-000 - E-mail: crcivilsfs@ilhanet.com.br

Associação Comunitária Recreativa dos Moradores do Bairro do Paulas – ASCORP
Fundada em 13 de Abril de 1986
Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 05/12/1986
CNPJ 79.357.026/0001-41
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

REGISTRO CIVIL DE PES. JURIDICAS
S. FRCO DO SUL SC
Fls.: 181
Proc.:
Rubr.:

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2009.

Conforme edital e eleição realizada no dia 26 de Julho de 2009, na Associação da Bunge, os abaixo assinados foram empossados como os novos membros da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Comunitária Recreativa dos Moradores do Bairro do Paulas – ASCORP, pelo período de 02 anos.

Fls.: 196
Proc.: 699508
Rubr.:

DIRETORIA:

GERALDO BERNARDO AQUILINO – PRESIDENTE
RG – 5.959.927
CPF – 121.273.65836
Rua: Mario Benjamin Robaina, 331
Profissão: Arrumador

LUIZ CARLOS VARELA – 1° VICE PRESIDENTE
RG – 3.840.6551 – SSP/SC
CPF – 029.434.919-77
Rua: Mario Benjamin Robaina, 105
Profissão: Assessor Operacional

JOÃO ALADIR ROCHA – 2° VICE PRESIDENTE
RG – 1.867.466 – SSP/SC
CPF – 567.946.739-91
Rua: Mario Benjamin Robaina, 130
Profissão: Arrumador

MARIA CECILIA DOS REIS – SECRETÁRIA GERAL
RG – 2.055.825-2 – SSP/SC
CPF – 720.120.309-63
Rua: Francisco Mascarenhas, 1598
Profissão: Funcionária Pública Municipal

EM BRANCO

Associação Comunitária Recreativa dos Moradores do Bairro do Paulas – ASCORP
Fundada em 13 de Abril de 1986
Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 05/12/1986
CNPJ 79.357.026/0001-41
São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

REGISTRO CIVIL DE PES. JURÍDICOS
SÃO FRANCISCO DO SUL SC

Fls 197
Proc.. 699508
Rubr:

Fls.: 182
Proc.:
Rubr.:

ALINE MARIA DOS SANTOS – 1° SECRETÁRIA
RG – 4.427.173-5 – SSP/SC
CPF – 004.287.759-85
Rua: Florinda Caetano, 157
Profissão: Secretária

ELIANE BATISTA – TESOUREIRA GERAL
RG – 2.607.976 – SSP/SC
CPF – 821.462.929-20
Rua: Francisco Mascarenhas, 1306
Profissão: Funcionária Pública Municipal

JOÃO LUIZ VARELA JUNIOR – 1° TESOUREIRO
RG – 4.308.165-7 – SSP/SC
CPF – 006.829.79988
Rua: Rodovia Olívio Nóbrega, KM 2, sn°
Profissão: Contador

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA AQUILINO – DEPTO. JURÍDICO
RG – 20.821.897X – SSP/SP
CPF – 089.692.368-13
Rua: Mario Benjamin Robaina, 131
Profissão: Ajudante de Cozinha

MARCIO LUIZ DE SOUZA – DEPTO. PATRIMÔNIO
RG – 3.873.702 – SSP/SC
CPF – 000.591.259-85
Rua: Francisco Mascarenhas, 3013
Profissão: Arrumador

RIOLANDO CUNHA JUNIOR – DEPTO. RELAÇÕES PÚBLICAS
RG – 3.463.748—6 – SSP/SC
CPF – 987.929.979-53
Rua: Bertoldo Inácio de Amorim, 58
Profissão: Estudante

Fl. 05

EM BRANCO

REGISTRO CIVIL 1º DOC PES. JURIDICOS S. FRCO DO SUL SC
3
Fls.: 183
Proc.:
Rubr.:

CONSELHO FISCAL

Sérgio Carlos Marcelino

SERGIO LUIZ MARCELINO
RG – 3.133.617 – SSP/SC
CPF – 791.375.309-20
Rua: Florinda Caetano, 219
Profissão: Pescador

LUCIANO JOSÉ LUZ
RG – 3.137.446 – SSP/SC
CPF – 889.827.189-15
Rua: Florinda Caetano, 97
Profissão: Despachante Aduaneiro

198
699508

Edileuza maria dos Santos

EDILEUZA MARIA DOS SANTOS
RG – 37.026.208-6 – SSP/SC
CPF – 049.764.409-66
Rua: Virgilio Machado Cidral, 130
Profissão: Atendente

D'ARTAGMANN JOSÉ DOS REIS
RG – 1.351.984-0 – SSP/SC
CPF – 513.898.439-04
Rua: Francisco Mascarenhas, 1598
Profissão: Funcionário Público Municipal

Luiz cardoso

LUIZ CARDOSO
RG – 3.984.745 – SSP/SC
CPF – 069.473.199-43
Rua: Francisco Mascarenhas, 1598 - Fundos
Profissão: Pintor

WILSON FELICIO DOS REIS
RG – 3.744.511 – SSP/SC
CPF – 791.615.299-15
Rua: Francisco Mascarenhas, 1306
Profissão: Funcionário Público Municipal

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS COMARCA DE São Francisco do Sul
Rua Coronel Oliveira, 233, Centro, São Francisco do Sul/SC, CEP: 89240-000, Fone: 047.3444.4977
Delair Corrêa Machado de Souza - Oficial

Protocolo nº: 18303, Livro A - 9, Folha 76
Registro nº: 13885, Livro B - 74.
Dou fé, São Francisco do Sul, 01/09/2009. A Oficial _____.
Registro R$: 40,00FRJ:R$ 0,00 Selo R$: 1,00 Total R$ 41,00

Escrivania do Paz, Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Delair Corrêa Machado de Souza
Oficiala do Registro
Márcio Leocádio Machado de Souza
Oficial Substituto
Delton Luiz Machado de Souza
Eduardo Henrique Machado de Souza
Escreventes Autorizados
Col. Oliveira, 233 - Fone: 3444-4977
Centro - São Francisco do Sul - SC
89240-000 - E-mail: crcivilsfs@ilhanet.com.br

MARCIO LEOCADIO MACHADO DE SOUZA
OFICIAL SUBSTITUTO

Fls 199
Proc.. 699508
Rubr:

Fls.: 184
Proc.:
Rubr.:

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
79.357.026/0001-41		29/08/1991

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO COMUNITARIA RECREATIVA DOS MOR BAIRRO PAULAS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ASCORP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R FRANCISCO MASCARENHAS	SN	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.240-000	PAULAS	SAO FRANCISCO DO SUL	SC

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	08/03/2006

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia **06/11/2007** às **14:31:18** (data e hora de Brasília).

Voltar

Preparar página para impressão

A SRF agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

Fl. 07

EM BRANCO

Folha 200
Processo 6995/08
Assinatura:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – DILIC
COORDENAÇÃO GERAL DE TRANSPORTE, MINERAÇÃO E OBRAS CIVIS – CGTMO
COORDENAÇÃO DE TRANSPORTE - COTRA
SCEN – Trecho 2, Edifício Sede do IBAMA – Bloco A, Brasília – DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1071, Fax: (61) 61 3307-1328 – URL: http://www.ibama.gov.br/licenciamento

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos **nove** dias do mês de **fevereiro** do ano de **dois mil e dez**, lavro o presente Termo de Encerramento do **Volume 1** do Processo nº **02001.006995/2008-01**, referente ao Licenciamento Ambiental do Terminal de Granéis de Santa Catarina - TGSC/Fertimport, constituído das fls. **01** a **200**, devidamente numeradas e rubricadas.

FABIOLA NUNES DEROSSI
ANALISTA AMBIENTAL – Matrícula 1712580

EM BRANCO